

LISBOA

revista municipal



EDIÇÃO DA C. M. L. — ANO XLIV — 2.ª SÉRIE — N.ºs 5 e 6 — 3.º e 4.º TRIMESTRES DE 1983

ENCORPORAÇÃO

Nov. 1998



LISBOA

revista municipal

ANO XLIV — 2.ª SÉRIE — N.º 5 e 6 — 3.º e 4.º TRIMESTRES DE 1983 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: SALETTE
SIMÕES SALVADO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

AS ACTAS DAS SESSÕES DE ESTUDOS
OLISIPONENSES DA ASSOCIAÇÃO DOS
ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES • AZULEJOS
DE FACHADA EM LISBOA-III • LISBOA VISTA
PELOS ESTRANGEIROS (LEVANTAMENTO
BIBLIOGRÁFICO ATÉ AO FIM DO SÉC. XIX)
• SUMÁRIA HISTÓRIA E NASCENÇA DO CIRCULO
EÇA DE QUEIROZ • NO CENTENÁRIO DE UM
MUSEU ESQUECIDO • LISBOA - NOTICIÁRIO



EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Composição e impressão: Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora
2.ª edição • Tiragem: 1000 exemplares • Depósito Legal n.º 18 112 87



NA CAPA:

Pormenor do fundo (lado direito) do retrato do 1.º Conde de Ceiras pintado por Vernet e Van Loo e oferecido a seu filho primogénito por David Purry e Gerard de Visme. O quadro reproduz com grande fidelidade a zona do Mosteiro dos Jerónimos, Quinta da Praia, Convento do Bom Sucesso e Torre de Belém. (Reproduzida por gentileza da Câmara Municipal de Oeiras).

AS ACTAS DAS SECÇÕES DE ESTUDOS OLISIPONENSES DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SUMARIAÇÃO E NOTAS DE JOAQUIM PARRO
NOTAS E ÍNDICES DE FRANCISCO SANTANA
ESCOLHA DE ILUSTRAÇÃO E LEGENDAS DE SALETTE SALVADO

NOTA EXPLICATIVA

Emersas da poeira do tempo e da ingratição dos homens por acção do nosso ilustre consócio e meu querido amigo, Doutor Francisco Santana, quis a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses delegar no signatário o encargo de percorrer e inventariar, «em tudo o que tivesse interesse histórico», os quatro volumes que integram as Actas da Secção de Arqueologia Lisboense — continuada, a partir de 1925, pela Secção de Estudos Olisiponenses — no período de pouco mais de 21 anos (1912-1933) que tantos foram os da sua existência.

Embora voluntariamente aceite — à conta de obrigação moral — a tarefa não se antevia fácil em razão da escassez de tempo destinado ao seu cumprimento (pouco mais de 15 dias) e do trabalho, exaustivo, necessário à sua concretização.

A neutralizar esse aspecto penoso haveria, talvez — e foi alanceado por essa dúvida que me dispus a encetá-la — satisfações espirituais e sentimentais confirmadas, aliás, depois de nos termos desonerado do encargo.

Na verdade, descerrar o pórtico de um templo venerando não constituiria para nós — estamos certos — sensação mais agradável que a experimentada, durante largos dias, sem folgas ou feriados, nos momentos em que folheámos e seleccionámos, religiosamente, as páginas do escrínio valioso, aliciante, que integram as Actas das Secções de Arqueologia e de Estudos Olisiponenses.

Com efeito, da primeira à última dessas laudas, meticulosamente exaradas — além de acontecimentos assinaláveis — deparam-se-nos figuras proeminentes das Letras, das Artes e da Ciência

O Arço de Santo André visto do trecho final da Costa do Castelo. Corresponhia à antiga Porta de Santo André transformada em arco no Séc. XVII. Distingue-se claramente a lápide glorificando a Imaculada Conceição de Nossa Senhora, e que se encontra actualmente no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Carmo





Lápide do Arco de Santo André.

Lê-se claramente:

«A VIRGEM MARIA NOSSA S(E)N(H)ORA
FOI CONCEBIDA SEM PECCADO ORIGINAL.»

O lapidista, não muito hábil, teve as suas hesitações e precalços. Assim, na segunda linha, distingue-se um outro S começado a gravar e depois obliterado sem grande êxito. Na primeira linha o O e o S são mais pequenos e estreitos que as restantes letras. Os espaços apresentam também uma disposição muito irregular

em que avultam nomes como o de José Queirós, Mestre de Cerâmica artística e azulejaria — com lugar merecido nas selectas literárias —, mestres de estudos olisiponenses integrando uma frente inexpugnável, em que figuram Matos Sequeira, Vieira da Silva, Nogueira de Brito e Jesuíno Ganhado — discípulos e continuadores de Júlio de Castilho; Arqueólogos da categoria de Vergílio Correia — mais tarde jornalista e professor de História de Arte na Faculdade de Letras de Coimbra —, D. José Pessanha, Afonso D'Ornellas, Leite de Vasconcelos, Reinaldo dos Santos, Alberto de Sousa, Ribeiro Cristino, Alfredo da Cunha, Félix Alves Pereira, Borges Graíña, Alberto Mac Bride, António Aurélio da Costa Ferreira, Celestino da Costa, num apelo tácito à obra cultural do recém-nascido regime republicano, a alastrar por todo o território português.

Lembremos a propósito, e a título exemplificativo, além de Vergílio Correia — o «meu Director» do «Diário de Coimbra», com o malgrado Carminé Nobre em chefe de redacção —, a acção proficiente dos Mestres D. Carolina Michaëlis, de Joaquim dos Vasconcelos, seu marido, de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho («Quim Martins») e António Augusto Gonçalves, em Coimbra; e, embora num meio mais restrito — a cidade de Castelo Branco — a acção desenvolvida por Manuel de Paiva Pessoa, notário e bibliófilo — que impediu a transferência das tapeçarias flamengas

do antigo Paço Episcopal albacastrense para o Museu Machado de Castro —, por Elias Garcia, tenente-coronel, mestre de numismática e crítico de arte, engenheiro Sales Viana — sempre a «farejar» antiguidades e trechos de música folclórica da Beira Baixa — e doutores Ribeiro Cardoso e José Lopes Dias, meus conterrâneos, do meu conhecimento pessoal todos — três deles saudosos e queridos Amigos.

Para efeitos de selecção e estudo, bem três períodos ou fases se nos deparam na existência da Secção de Arqueologia Lisboense prosseguida, a partir de 1925, como dissemos, pela Secção de Estudos Olisiponenses.

O primeiro período constitui a época de estruturação e entusiasmo, toda ela centrada em torno da personalidade ímpar de José Queirós, preenchendo os anos de 1912 a 1920; o segundo período, da estabilização — de 1920 a 1925; finalmente, o terceiro período, de decadência, compreendendo os anos de 1925 a 1933, mais precisamente, de 17 de Julho de 1925 a 3 de Junho de 1933, data em que foi extinta a Secção de Estudos Olisiponenses.

Uma nota eloquente — tão eloquente como exemplar — há a registar: no decurso de pouco mais de duas décadas de existência — as mais conturbadas da vida portuguesa deste século — jamais a ideologia política ou partidária perturbou a vida das secções ou nelas foram adoptadas quaisquer atitudes políticas que pudessem comprometer os objectivos que se propunham: o mais exemplar civismo e tolerância constituíram da primeira à última sessão uma norma firmemente mantida longe das dissensões partidárias que, lá fora, dividiam os homens e cavavam, bem fundo, o excídio da Democracia...

Durante a primeira fase ocorreram, também, as efemérides mais importantes da Secção: a campanha enérgica, ainda que ineficaz, contra a demolição — os vândalos são de todos os tempos! — do Arco de Santo André; as diligências, também de resultado negativo, efectuadas no sentido de desembaraçar a Torre de Belém da «fábrica de gás» — que prejudicava a estética e a segurança do monumento manuelino — e a organização da Exposição Olissiponiana (sic), plena de êxito, no tríplice aspecto arqueológico, histórico e artístico.

No último período — durante o qual as sessões foram escassas e irregulares — é de salientar a presença do saudoso

escritor e olisipógrafo Luís Pastor de Macedo, tendo lavrado a acta de extinção o investigador, historiador e académico Senhor Machado Faria, nosso estimado consócio da actual Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Lisboa,
Palácio Regaleira aos
14 de Novembro de 1976.

Joaquim Parra

SESSÃO CONSTITUTIVA DE 27 DE DEZEMBRO DE 1912

A sessão foi aberta «às 10 horas da noite». Foram tomadas três resoluções:

1.ª — Oficiar ao Visconde de Castilho participando-lhe ter sido eleito, por unanimidade, presidente de honra da Secção.

2.ª — Promover uma intensa defesa dos monumentos arqueológicos lisboenses.

3.ª — Organizar, no mais curto lapso de tempo, uma exposição iconográfica e bibliográfica da cidade.

A Secção era constituída por José Queirós (presidente), D. José Pessanha (vice-presidente), Gustavo de Matos Sequeira (secretário) e pelos seguintes vogais: Jesuino Ganhado, Francisco Soares O'Sullivan, Ribeiro Cristino, António César Mena Júnior, Luís Bettencourt, Jacinto Bettencourt, Dr. Vergílio Correia, Afonso de Ornellas, Alberto de Gusmão Navarro, Augusto Botelho da Costa Veiga, Dr. Manuel José dos Santos Farinha, Xavier da Costa, Reynaldo dos Santos, Dr. Alberto Mac-Bride Fernandes, António José Arroio, Francisco Nogueira de Brito (1).

SESSÃO DE 3 DE JANEIRO DE 1913

Nogueira de Brito solicitou que, no officio a enviar ao Visconde de Castilho, ficasse mencionado ter sido ele o autor da proposta de que resultou o mesmo officio; Ornellas comunica que tendo sido encarregado de convidar Augusto Vieira da Silva (Engenheiro militar) para fazer parte da Associação dos Arqueólogos, Sua Ex.ª aceitou o convite e manifestou o desejo de participar nos trabalhos da Secção de Arqueologia; a respectiva proposta, elaborada por D. José Pessanha, foi aprovada por unanimidade.

Nogueira de Brito apresentou o primeiro artigo, de uma série que vai publi-

car num dos jornais de Lisboa, trabalho esse que foi apreciado por todos os consócios presentes.

Foi deliberado que as sessões da Secção se realizassem todas as 5.ª feiras.

SESSÃO DE 9 DE JANEIRO DE 1913

Aberta a sessão, o Presidente (José Queirós) comunicou que o Visconde de Castilho (Júlio) lhe manifestou o desejo «de lhe não fazerem manifestações de espécie alguma, recebendo a honrosa eleição para Presidente de honra da secção numa simples comunicação».

Ficou assente — para satisfazer o desejo de Mestre Júlio de Castilho — que o Presidente, isoladamente, desse cumprimento a tal missão.

Matos Sequeira depositou no arquivo da Secção num trabalho seu intitulado «Depois do Terramoto», primeiro de uma série de cinco volumes, com os quais projecta estudar os bairros ocidentais de Lisboa.

SESSÃO DE 16 DE JANEIRO DE 1913

Presidiu — O'Sullivan
Secretariou — Matos Sequeira

A sessão (aberta às 21 e 30 horas (ou, como ficou na Acta, «às 9 1/2 horas da noite») foi logo encerrada, «depois de se ter deliberado exarar um voto, lamentando a circunstância que motivou a falta do Sr. José Queirós, fazendo os assistentes sentidos votos para que em breve se encontre, de novo, ocupando o seu lugar». (Não concretiza a circunstância que impediu o Presidente de comparecer).

SESSÃO DE 23 DE JANEIRO DE 1913

Preside — D. José Pessanha
Secretaria — Matos Sequeira

Ficou resolvido que os sócios Nogueira de Brito e Matos Sequeira «arbitrassem o valor e o comunicassem a Direcção» de uma planta de Lisboa, da 1.ª década do século XVIII, desenhada e aguçada pelo sócio Jesuino Ganhado. Por proposta de Ganhado foi elaborada uma relação de pessoas e entidades — estranhas à Associação, que possuíssem documentos topográficos e iconográficos, os cedessem a fim de poderem ser exibidos na projectada Exposição Olisipponiana (sic).

Entre essas pessoas e colectividades», referimos: Visconde de Castilho, Vieira da Silva, Gomes de Brito, Pinto de Carvalho, Gama Barros, Braancamp Freire, Xavier da Cunha, Júlio de Vilhena, Brito Aranha, Vicente de Almeida d'Êça, Roque Gameiro, Alberto de Sousa e António Arroio; Câmara Municipal de Lisboa, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda, Academia das Ciências e Ministérios das Obras Públicas e do Fomento.

Em aditamento informa a Acta que Mena Júnior depositou na Secção nove documentos topográficos (que refere, numerados e descritos em síntese).

SESSÃO DE 13 DE MARÇO DE 1913

Presidente — José Queirós
Secretário — D. José Pessanha

Durante a sessão, o sócio D. José Pessanha prometeu oferecer à Secção um exemplar de fotografia representando a Casa dos Bicos em princípios do século XVIII.

José Queirós declarou ter em preparação um estudo sobre um activo centro cerâmico existente em Lisboa nos séculos XVII e XVIII ou, talvez, mesmo anteriormente, com noticia de alguns mestres — obreiros e pintores ceramistas.

SESSÃO DE 3 DE ABRIL DE 1913

Além da actividade de rotina (aprovação da acta anterior, carta de Cristino da Silva a pedir escusa de comparência por ter as «noites tomadas», etc.), o sócio D. José Pessanha ofereceu à Secção um «panneau» de azulejos representando a Ribeira Velha (séc. XVIII); o Sr. Ganhado propôs que se seleccionassem, na Biblioteca, Museu e Secção de Heráldica, todos os elementos referentes a Lisboa; Matos Sequeira declarou não ter recebido resposta a um requerimento seu à «Comissão dos Bens das Extintas Congregações Religiosas» sugerindo autorização para poder visitar e examinar as casas religiosas de Lisboa, «condenadas à transformação ou demolição»; por sua vez, D. José Pessanha propôs, e foi aprovado, que uma comissão da Secção levasse o problema à apreciação do Presidente da Associação dos Arqueólogos, o então grande escritor e jornalista Dr. Alfredo da Cunha; Matos Sequeira apresentou trechos topográficos de Lisboa e lembrou a vantagem de



Outro aspecto do Arco de Santo André que, quando porta, pertencia ao lanço oriental da cerca fernandina. À direita vê-se um grande nicho dos Passos mandado erigir em 1622.

se reproduzirem alguns desenhos do Livro manuscrito de Luis Gonzaga Pereira «Monumentos Sacros e Profanos de Lisboa», alguns a lápis e com risco de desaparecerem; Nogueira de Brito declarou ter encontrado — «entre os manuscritos da Biblioteca» — desenhos «que lhe parece» representarem o extinto Convento dos Caetanos» e pergaminhos, dos séc. XIV, XV e XVI respeitantes à freguesia de Santa Cruz do Castelo os quais, oriundos do Seminário de Santarém, se encontram na Torre do Tombo; D. José Pessanha referiu-se às comemorações do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos, a comemorar em Novembro desse ano de 1913, «que não deveria passar despercebido» — o que foi aprovado por unanimidade e que «constituirá» a «ordem» da próxima sessão.

SESSÃO DE 10 DE ABRIL DE 1913

As reuniões continuam à noite (9 1/2).
— Foram, nomeadamente, encarregados

Nogueira de Brito e Luis Bettencourt de estudarem o «melhor modo» de reprodução dos desenhos de Gonzaga Pereira acerca dos monumentos sacros e profanos de Lisboa; Nogueira de Brito sugeriu a criação de um boletim designado por «Arquivo Documental», ideia essa que ficou de ser submetida à apreciação da Assembleia Geral.

SESSÃO DE 17 DE ABRIL DE 1913

Lida a acta anterior, foi a mesma aprovada.

Na «ordem da noite» foi, largamente, discutida a proposta, apresentada anteriormente por D. José Pessanha no sentido de se celebrar o 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos inaugurando-se nessa data — 22.XI.1913 — a projectada exposição de Lisboa Antiga e inauguração dos retratos dos sócios falecidos.

Luis Bettencourt apresentou «curiosos trabalhos feitos em papel» — do

séc. XVIII — representando a estátua equestre e José Queirós uma coleção de cartas de jogar da «Real Fábrica de Lisboa» pintadas à mão — com costumes e trajes lisboetas do Tempo de D. João V. A sessão encerrou-se cerca da meia-noite.

SESSÃO DE 24 DE ABRIL DE 1913

O Presidente, José Queirós, declarou ter-se encontrado com o Presidente da Associação, Doutor Alfredo da Cunha, o qual pôs à disposição da «Secção de Arqueologia Lisbonense» «o seu importante diário» (*) para a divulgação de trabalhos sobre as antiguidades lisboenses. Acrescentou ter-se avistado, também, com o Presidente de honra da Secção — o Visconde de Castilho — que prometeu toda «a sua cooperação» para a projectada exposição olissiponiana — o que tudo foi recebido com «aplauso e regozijo». O Presidente declarou ter sido comprada pela Associação uma planta de Lisboa, do tempo de D. João V, desenhada pelo sócio Jesuino Ganhado.

Mena Júnior informou que a Exposição Lisboa Antiga terá, também, a colaboração do fotógrafo-amador Sr. Bácia.

Matos Sequeira — que, como habitualmente, secretariou — informou ter obtido do Sr. Caetano Alberto, director da revista *Ocidente*, «a cessão das suas colunas para os sócios da Secção inscreverem os seus estudos sobre Lisboa Antiga».

Matos Sequeira apresentou, ainda, um programa-projecto destinado à organização da Exposição, que foi aprovado nas suas linhas gerais.

Sugeriu-se, depois, que se iniciem as conferências, promovidas pela Secção, as quais seriam inauguradas pelo sócio «Sr. Leite de Vasconcelos» que versaria o tema sobre «Lisboa Romana».

Nogueira de Brito informou ter encontrado «entre os papéis», provenientes do Convento franciscano do Varatojo, um pergaminho referente à compra de casas e hortas, pela Rainha Dona Leonor a Dona Inês, em que se fez, em Lisboa, o Convento da Madre de Deus, compra essa, que se realizou «nas mesmas casas» em 21.1.1509, ao preço de 1300\$00.

Nogueira de Brito acrescentou ter encontrado num Códice da B. Nacional (863 a 1194) a planta do cadafalso em que se realizou o Auto de Fé, em 1629, na Ribeira Velha.

SESSÃO DE 1 DE MAIO DE 1913

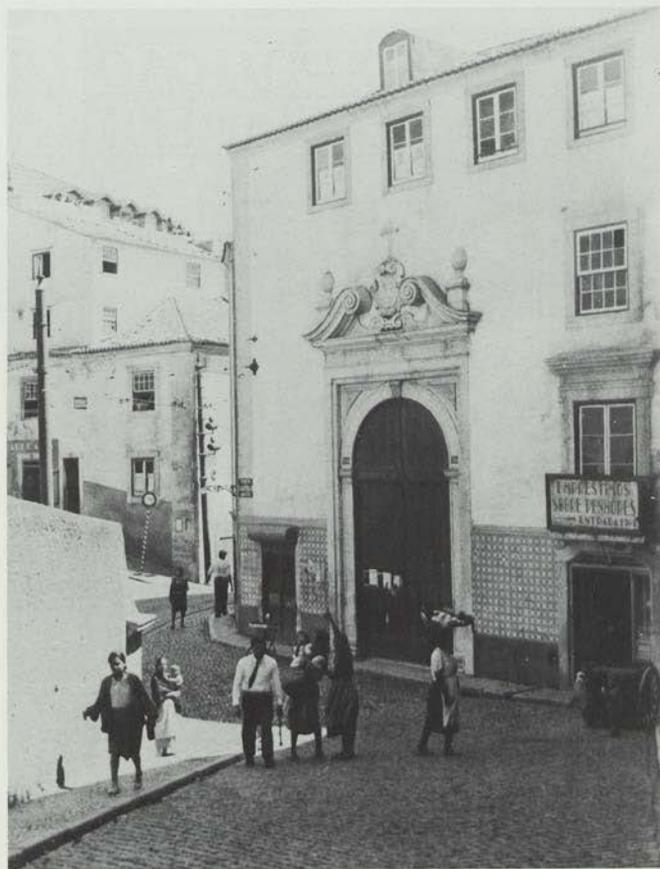
Ventilou-se a projectada comemoração das «bodas de ouro» da Associação sem se ter, definitivamente, assentado no programa.

Em seguida — com vista às comemorações — foi elaborada uma «lista» das antigas manufacturas existentes nas Amoreiras (relógios, tecidos de seda, pentes de marfim, caixas de papelão e verniz, lacre, cutelarias, faianças, botões, tapeçarias, estuques, etc.) organizada por Matos Sequeira e José Queirós.

SESSÃO DE 8 DE MAIO DE 1913

Aprovada a acta anterior. Continua o estudo da projectada Exposição sobre a Lisboa Antiga.

Apesar dos protestos da opinião pública e dos esforços da Associação dos Arqueólogos o Arco foi demolido em Junho de 1913 para facilitar a circulação dos eléctricos, entretanto também sacrificada ao progresso



A Exposição sobre temas lisboetas começou por se chamar olisiponiana, acabando por designar-se «Exposição Olisiponense». Reuniu, de facto, centenas de peças com grande interesse para a história de Lisboa e despertou tanto interesse que o número de visitantes num mês ultrapassou um milhar

Agradeceu-se a colaboração do Arquitecto Gaya dada às obras de reparação, melhor, preservação das ruínas do antigo Convento do Carmo, onde funcionaria a Associação dos Arqueólogos.

SESSÃO DE 28 DE MAIO DE 1913

(A questão do Arco de Santo André)
O sócio Ganhado informou que a Câmara «já concedeu licença» para a demolição do histórico Arco de Santo André, lembrando que a Secção tem o dever de «evitar semelhante desrespeito» pelo que os presentes — José Queirós, Mena Júnior, Gusmão Navarro, Dr. Vergílio Correia, Ornellas, Cisneiros, Matos Sequeira, além do proponente — se so-

lidarizaram com a proposta e sugeriram a redacção de um protesto para a Imprensa matutina e que o mesmo fosse apresentado, pela secção, à Câmara M. de Lisboa.

Gusmão Navarro sugeriu — com vista à Exposição da Lisboa Antiga — que se requisitasse «a instalação da Sala Romana», que os retratos dos sócios se colocassem nas cimbalhas dos armários da Biblioteca, colocando-se o busto de Sousa Viterbo» no eixo da sala principal, acerca da arrumação das estantes, etc.

O Presidente insurgiu-se contra a construção de um muro no Castelo da Feira oficiando-se, nesse sentido, no Conselho de Arte e Arqueologia do Distrito do Porto.

Matos Sequeira congratulou-se com a cedência para figurar na Exposição, pela Igreja de S. Luís, de um quadro precioso — que descreveu — representando a Virgem de porto seguro.

SESSÃO DE 30 DE MAIO DE 1913

O sócio Sullivand declarou ter falado com o secretário do M.º do Interior acerca do problema do Arco de Santo André reiterando aquela entidade a decisão já tomada (no sentido de demolição) por não haver lei que desse satisfação aos sócios da Secção, os quais elaboraram alguns comunicados para os jornais, de protesto contra tal decisão.

SESSÃO DE 2 DE JUNHO DE 1913

D. José Pessanha — referindo-se, lendo a Lei de 16 de Maio de 1911 e «a classificação oficial de 9 de Dezembro de 1908» — concluiu: ser o Arco de Santo André (*) monumento nacional tendo sido aprovada, por unanimidade, a redacção de um comunicado para os jornais e sugerindo-se ao M.º do Interior, que, antes da demolição, fosse ouvido o Conselho de Arte e Arqueologia e pedido o patrocínio do titular do Interior, do «Sr. Dr. Júlio Dantas»...

A «Secção de Archeologia Lisbonense» lavrou, em 30.V.913, o seu «veemente protesto» contra a projectada demolição.

SESSÃO DE 5 DE JUNHO DE 1913

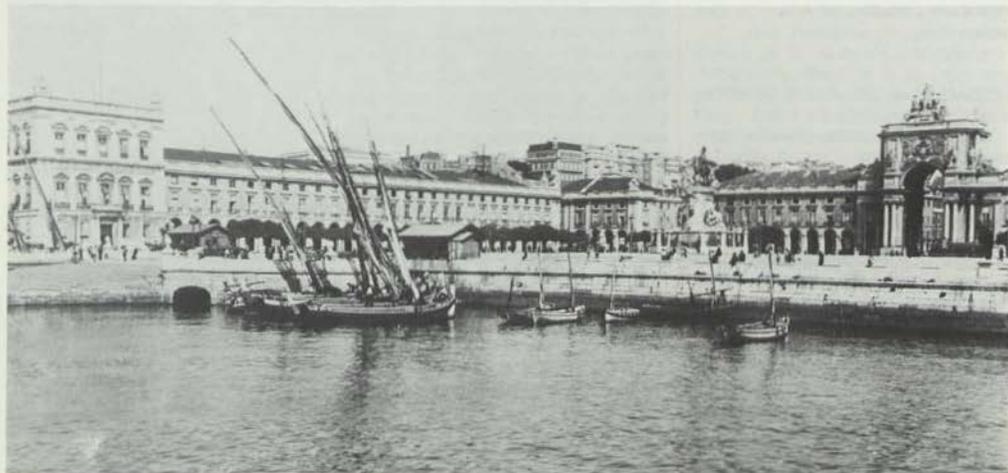
Continuou a «troca de impressões» acerca do Arco de Santo André (*) e re-





Entre as posições firmes tomadas pela Secção de Arqueologia Lisboense conta-se a da oposição à arborização da Praça do Comércio, que ao mesmo tempo se encheria de quiosques. Ao fundo, à direita vê-se a pesada silhueta do Castelo de S. Jorge completamente mascarado por edifícios posteriores de que só se veria liberto em 1940.

Um outro aspecto da Praça do Comércio com alas frondosamente arborizadas. Em primeiro plano distinguem-se algumas elegantes fragatas e outros barcos mais miúdos que, durante séculos, encheram o Tejo e Lisboa de encanto e, entretanto, foram também sacrificados em nome do progresso



Santo André seja publicado no Boletim ficando encarregado de tal missão o sócio G. Matos Sequeira.

Tratou-se ainda da organização das comemorações (em Novembro de 1913) do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos.

SESSÃO DE 18 DE JUNHO DE 1913

Por proposta de José Pessanha ficou assente a inventariação da parte artística, monumental e histórica de Lisboa, dividindo-se a cidade em áreas, que ficariam a cargo de cada um dos sócios da Secção.

Aprovou-se, em seguida, o programa da «Exposição Olissiponense» que seria:

Programa da Exposição Olissiponiana, a realizar em Novembro

Grupo 1.º

Cerâmica — produtos das antigas olarias de Lisboa e seu termo.

Grupo 2.º

Plantas, perspectivas e vistas panorâmicas de Lisboa, anteriores à transformação da cidade (1880).

Grupo 3.º

Bibliografia Lisbonense

- Monografias e panegíricos
- Roteiros
- Folhinhas e calendários
- e mapas dicionários das paróquias

e) Crónicas e memórias acerca dos edifícios civis e religiosos da cidade

Grupo 4.º (varia)

Documentos diversos que interessam à etnografia e etnologia da cidade (*).

SESSÃO DE 25 DE JUNHO DE 1913

Presidente: José Queirós

Secretário: Matos Sequeira

Lida e aprovada a acta anterior. O Presidente apresentou à sessão um folheto do conimbricense Mestre António Augusto Gonçalves no qual aquele ilustre arqueólogo lavra o seu protesto contra a demolição da Igreja do antigo Convento de S. Bento, a cavaleiro do Jardim Botânico fundado por Vandelli, na época pombalina, continuado por Brotero e, nos nossos dias, pelos Professores Júlio Henriques, Carriço, Quintanilha e Abílio Fernandes.

A sessão resolveu que fosse elaborada uma moção à próxima Assembleia

Geral solidarizando-se com o protesto de Mestre António Augusto Gonçalves. (¹)

Depois de o Presidente «ter falado» sobre um quadro antigo representando uma vista parcial de Lisboa, de que falaria «numa próxima reunião» e de, por proposta de Mena Júnior, ter ficado exarado um voto de sentimento pelo falecimento do antigo sócio Dr. Rodrigo Veloso — foi encerrada a sessão com uma troca de impressões acerca da projectada divisão de Lisboa por áreas, para efeitos de inventariação dos seus monumentos.

SESSÃO DE 2 DE JULHO DE 1913

Presidente: José Queirós

Secretário: Matos Sequeira

Estando presentes: D. José Pessanha, Mena Júnior, Nogueira de Brito, Ornellas e Costa Veiga.

Aprovada a acta anterior. Por intermédio de Pessanha, tomou-se conhecimento de um legado deixado à Associação pelo falecido consócio Júlio Augusto Ferreira, facto esse que muito sensibilizou os presentes. Matos Sequeira leu «dois bilhetes» do Dr. Vergílio Correia — que viria a reger a Cadeira de História de Arte na Fac. de Letras de Coimbra e a dirigir o jornal «Diário de Coimbra», nos anos 40 — ausente em Itália.

José Queirós apresentou a fotografia do quadro, de que falara na última sessão, representando parte de Lisboa, a qual figuraria na Exposição comemorativa do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos (Exposição Olissiponiana).

Matos Sequeira apresentou, então, um plano destinado à inventariação monumental de Lisboa, por áreas, assim estruturado: 1.ª classe — cruzeiros, arcos históricos e chafarizes; 2.ª classe — brasões de armas, nichos, registos de azulejos e azulejos monumentais, relógios de sol, lápides e inscrições e janelas e portas ornamentais. 3.ª classe — templos, palácios, edifícios públicos e particulares, casas típicas e memoráveis. 4.ª classe — vestígios de cercas e fortificações, muralha fernandina e joanina.

As áreas teriam, resumidamente, a distribuição seguinte:

1.º — Belém e Ajuda — Ribeiro Cristiano.

2.º — Alcântara, Necessidades, Lapa, Janelas Verdes, Santos, Mocambo e Madragoa — Matos Sequeira.

3.º — Estrela, Santa Isabel, Campo de Ourique e Fonte Santa — Gusmão Navarro.

4.º — Bairro Alto e Jesus — José Queirós.

5.º — Chagas, Santa Catarina, S. Paulo, Conde Barão, Esperança — Soares O'Sullivan.

6.º — Príncipe Real, Praça da Alegria, Rato, Amoreiras, Baixa da Avenida e Campolide — Matos Sequeira.

7.º — Chiado, Carmo, Trindade, Corpo Santo — José Queirós.

8.º — Baixa — Luís Bettencourt.

9.º — Poço do Borratém e S. Domingos — idem.

10.º — Intendente, Mouraria, Olarias, Arroios e Penha de França — Nogueira de Brito.

11.º — Pena e Encarnação, S. Sebastião da Pedreira — Matos Sequeira.

12.º — Bemposta, Estefânia, Socorro — Costa Veiga.

13.º — Alfama e Castelo — Jesuino Ganhado.

14.º — S. Vicente, Graça, Santa Apolónia — Ornellas.

15.º — Sete Rios, Benfica, Lumiar, Luz, Telheiras e Carnide — Mena Júnior.

SESSÃO DE 16 DE JULHO DE 1913

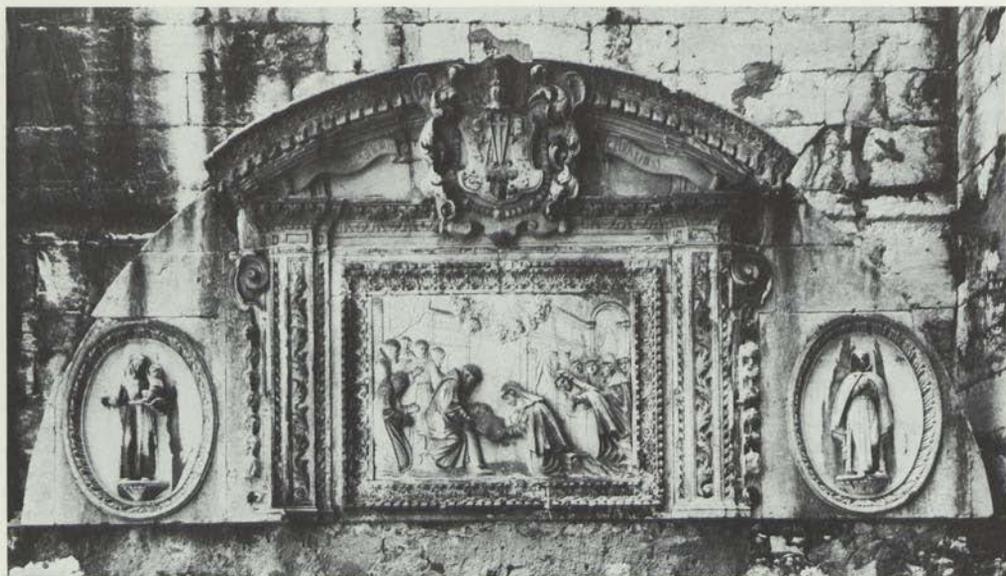
O expediente habitual: lida e aprovada a acta, José Queirós propôs para sócio o distinto aquarelista Alberto de Sousa tendo sido, imediatamente, elaborada a proposta a submeter à Assembleia Geral; José Queirós propôs, também, a remoção de uns quadros que impedem, na Igreja de S. Roque, a visão nitida dos «famosos azulejos» de Francisco de Matos pelo que os sócios fariam uma visita àquele templo, no dia 18 de Julho de 1913.

SESSÃO DE 23 DE JULHO DE 1913

O Presidente advogou a necessidade de se preservar o Monumento de Camões da inundação que o cerca e da acção nefasta do rapazio.

Tratou-se, em seguida do problema, ventilado na reunião precedente, destinado a remover os quadros e molduras que ocultam os azulejos de Francisco de Matos, em S. Roque, tendo-se lido uma carta de apoio de Vítor Ribeiro, grande investigador e funcionário da Misericórdia.

Matos Sequeira informou a secção acerca de alguns registos de azulejos



A demolição do que restava do Convento das Francesinhas que ocupara, grosso modo, a área correspondente, nos nossos dias, ao Jardim junto à Assembleia da República, preocupou também estes olisipógrafos que conseguiram fazer recolher no Museu do Carmo um timpano de porta esculpado, único elemento arquitectónico que sobreviveu daquela casa conventual

existentes na área que lhe foi distribuída.

Tito Larcher ofereceu à Associação um prato de faiança, de Leiria, do séc. XVIII, para figurar no seu Museu privado.

SESSÃO DE 30 DE JULHO DE 1913

José Queirós informou ter instado, junto das entidades da Misericórdia, a fim de providenciarem no sentido de pôr a descoberto, em S. Roque, os azulejos de Francisco de Matos fazendo o que se fez, poucos dias depois, e, com tanta felicidade, que se descobriu uma tela do séc. XVI sobre um passo da vida de S. Roque, atribuída a Gaspar Dias.

José Queirós anunciou, também, a descoberta recente de dois grandes desenhos representando aspectos de Lisboa, anteriores ao terramoto de 1755, os quais foram adquiridos pelo Dr. Celestino da Costa, célebre Professor de Medicina, ao médico May Figueira.

Descreve, pormenorizadamente, em seguida, os desenhos: o 1.º representa a parte oriental do Rossio; o segundo o Terreiro do Paço visto da banda do rio, ao lado da Alfândega.

Em seguida, Matos Sequeira propôs que se representasse à Câmara, e foi

aprovado, protestando contra a alteração dos nomes das ruas.

Sugeriu-se, no final, que a secção promovesse diligências para a colocação, no Asilo do Rato, de uma lápide na sepultura de Padre José Agostinho de Macedo.

SESSÃO DE 6 DE AGOSTO DE 1913

Lido o expediente — aprovação da acta anterior, justificação de ausências de Ribeiro Cristino e D. José Pessanha — tratou-se do caso dos azulejos da Igreja de S. Roque e da necessidade de se proceder à restauração do quadro de Gaspar Dias, ali descoberto, pouco antes. Tratou-se, no final, de se elaborar uma lista de livros e de obras que figurariam na Exposição Olissiponiana.

SESSÃO DE 13 DE AGOSTO DE 1913

Gusmão Navarro — a propósito da descoberta no antigo Convento de S. Bento, actual Assembleia da República, de um sino do séc. XVI — propôs a organização de um Museu de sinos pela secção — proposta que foi aprovada *em principio*.

Tratou-se, depois, das dificuldades encontradas tendentes à desobstrução dos azulejos de S. Roque. José Queirós declarou que, afinal, o quadro de Gaspar Dias não «tem o merecimento histórico que se presumia». O sócio Navarro preconizou que se oficiasse à Comissão de Arte e Arqueologia a fim de seguir, com atenção, o curso das obras que se estava a efectuar em S. Roque.

SESSÃO DE 20 DE AGOSTO DE 1913

Depois de lido o expediente, Nogueira de Brito informou que o quadro de Gaspar Dias, na Igreja de S. Roque, tinha sido recolocado sobre os azulejos e que a secção «vinha lutando» no sentido de serem desobstruídos; o Sr. Mena informou que se deslocara a S. Bento onde examinou dois sinos — em vez de um como informara Gusmão Navarro — que pertenceram à torre do relógio daquele antigo Convento. Descreve, pormenorizadamente, os referidos sinos: ornatos, altura, diâmetro, inscrições, etc.

SESSÃO DE 27 DE AGOSTO DE 1913

Matos Sequeira referiu-se, exaustivamente, aos quadros descobertos por José Queirós na Casa do Despacho de S. Roque, os quais pertenceriam ao 1.º ou 2.º quartel do séc. XVI, em virtude de algumas figuras que neles estão representadas, designadamente, as de D. Manuel e D. João III.

Por sua vez, José Queirós comunicou o «modo como descobriu os quadros» — o que não ficou consignado na acta.

Nogueira de Brito informou ter visitado a Igreja Matriz dos Olivais, do séc. XV, que descreveu largamente.

Matos Sequeira referiu-se à existência de uma ermida na Quinta da Ramada, em Frielas, «a qual possui azulejos do séc. XVIII muito bons».

Falou-se ainda da existência de um documento — que seria lido e extractado pela secção — «do princípio do séc. XVI em que os frades de S. Domingos autorizam os Jesuítas a fundar a Capela de S. Roque em terreno seu».

Foi apresentada proposta — aprovada por unanimidade — louvando a forma, impecável, como José Queirós tem dirigido os trabalhos da secção de Arqueologia Lisboense.



Ermida da Salvação da Paz, já com evidentes sinais de abandono, tal como se apresentava aos olhos dos lisboetas no dealbar do século

SESSÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 1913

Foi apresentado o pintor Alberto de Sousa que ofereceu a sua colaboração para ilustrar parte do inventário — já iniciado pela secção — dos monumentos de Lisboa.

José Queirós declarou ter descoberto uma vista perspectiva do Rossio, do séc. XVI, pertencente ao Dr. João Luís da Fonseca.

Por proposta de Mena Júnior foi exarado um voto de sentimento pelo falecimento de Pedro Augusto Ferreira, abade de Miragaia, continuador da obra de Pinho Leal («Portugal Antigo e Moderno»).

SESSÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 1913

Preside: José Queirós
Secretaria: (interinamente) Dr. Vergílio Correia.

Entre outros assuntos: um sócio não identificado verbera o procedimento dos «indígenas» do Lumiar por terem destruído uma cruz do séc. XVII, que se achava no adro da Igreja informando, a propósito, que Júlio de Castilho, escrevera um artigo sobre o assunto na «Nação», no mês de Agosto (?). Tratou-se, ainda, da organização da Exposição Olissiponiana, comemorativa do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SESSÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 1913

Presidente: José Queirós
Secretário: D. José Pessanha
Entre alguns assuntos — tais como a autorização para os sócios da Associação poderem visitar os antigos conventos, dada pela Comissão na Extinção das Congregações Religiosas, Ministério da Justiça e dos Cultos — foram tratados problemas relacionados com a Exposição comemorativa das Bodas de Ouro da Associação dos Arqueólogos, admitindo-se que a mesma fosse realizada para «depois do Inverno». (A Exposição integrada em várias cerimónias comemorativas do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos, estava marcada para Novembro de 1913).

SESSÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 1913

Secretário: D. José Pessanha
Expediente: habitual.

Proseguiu, nomeadamente, a discussão acerca da projectada Exposição do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos (Exposição Olissiponiana).

SESSÃO DE 30 DE SETEMBRO DE 1913

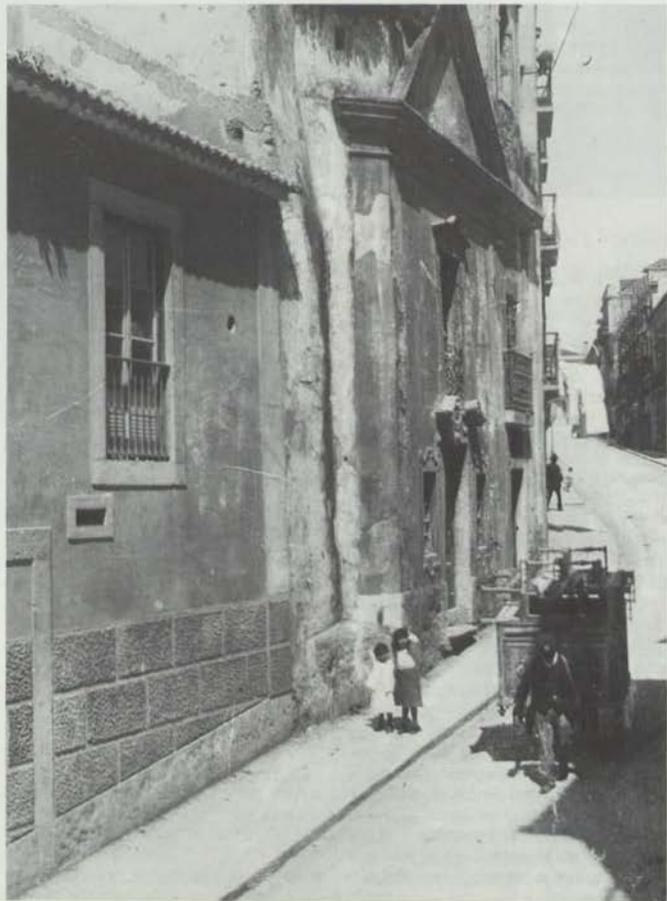
Presidente: José Queirós
Secretário: Pessanha
Expediente. Segue-se a troca de impressões sobre a Exposição do 50.º ani-

versário da Associação dos Arqueólogos.

O Presidente congratulou-se com o facto de as suas indicações estarem a ser seguidas na restauração da Igreja de S. Roque, e Mena Júnior preconizou a ideia de se «explorar» — «até onde for possível» — a biografia de Francisco de Matos, autor dos azulejos, «assinados e datados», integrados no mesmo templo.

Mena Júnior e Nogueira de Brito enaltecem a publicação «Registos da

A mesma Ermida, hoje desaparecida, tal como se apresentava a quem penosamente subia a ingreme Calçada de Santana. Em primeiro plano um «moço de fretes» ajuda à mudança de residência de um aparador e guarda-loiça de uma mobília Henrique II, então ainda em moda



paróquia de Santa Cruz do Castelo», da autoria de Edgard Prestage e Pedro de Azevedo.

SESSÃO DE 7 DE OUTUBRO DE 1913

Presidente: Queirós
Secretário: Matos Sequeira
Lida e aprovada a acta anterior.
Prossegue a troca de impressões acerca das comemorações do cinquentenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SESSÃO DE 15 DE OUTUBRO DE 1913

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira
A sessão foi preenchida com a discussão das projectadas comemorações do cinquentenário da Associação dos Arqueólogos.

SESSÃO DE 21 DE OUTUBRO DE 1913

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira
Continuaram, os sócios, a tratar da organização das comemorações do 50.º aniversário da Associação (trabalhos preparatórios).

SESSÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 1913

Idem, Idem.

SESSÃO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1913

Matos Sequeira manifestou a sua desaprovacão à deliberação da CML no sentido de se proceder à jardinagem do Terreiro do Paço, salientando que tal projecto, a concretizar-se, iria fazer periclitar a harmonia architectónica da Praça — no que obteve a solidariedade dos consócios.

O Presidente propôs que as reuniões da secção de Arqueologia Lisbonense se realizassem às 3.ª e 6.ª feiras. Passou-se, em seguida, a tratar das comemorações do 50.º aniversário da Associação, preconizando-se que a sessão solene fosse presidida por Alfredo da Cunha, presidente da Assembleia Geral, e que o sócio Carvalheira (?) fizesse um conspecto da vida associativa nos seus 50 anos.

SESSÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 1913

Continuaram os trabalhos preparatórios das comemorações do 50.º aniversário da Associação.

SESSÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1913

Idem.

SESSÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1913

Idem.

SESSÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1913

Tratou-se da organização da «próxima» sessão solene comemorativa do cinquentenário da Associação dos Arqueólogos.

SESSÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1913

Presidiu Pessanha (por doença de Queirós) e secretariou Matos Sequeira. Pessanha sugeriu que a designação de Exposição *Olissiponiana*, integrada nas comemorações do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos, seja substituída por (Exposição) *Olisiponense*, «visto ser assim mais correctamente formada a palavra».

Seguidamente, tratou-se de vários pormenores relacionados com as comemorações do cinquentenário.

SESSÃO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1913

Tratou-se da organização da Exposição comemorativa do 50.º aniversário da Associação.

SESSÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 1913

Continuam as «discussões» com vista à organização da Exposição comemorativa do 50.º aniversário da Associação de Arqueólogos.

SESSÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1913

Idem.

SESSÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1913

Idem: assistiram os Srs. *Luís Kail*, artista e crítico de Arte, e o Sr. Neves,

funcionário da Academia das Ciências. José Queirós informa que o Sr. Bensaúde cederá nove peças de faiança para figurarem na Exposição, comemorativa do cinquentenário da Associação (16).

SESSÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1913

Idem, tendo assistido, a parte da sessão, *Cardoso Mata* e *Picotas Falcão*.

SESSÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1913

Idem.

SESSÃO DE 9 DE JANEIRO DE 1914

Idem

SESSÃO DE 16 DE JANEIRO DE 1914

Idem: trocaram-se, também, impressões destinadas à elaboração do catálogo e «sobre outros assuntos» relacionados com a Exposição.

SESSÃO DE 21 DE JANEIRO DE 1914

Continuaram, os sócios, a tratar de diversos pormenores relacionados com a organização da Exposição Comemorativa do 50.º aniversário da Associação.

SESSÃO DE 23 DE JANEIRO DE 1914

(Não houve sessão, não se tendo, porém, indicado as razões).

SESSÃO DE 24 DE ABRIL DE 1914

Matos Sequeira propõe que se atribua aos expositores um diploma «que serviria como que de agradecimento à gentilíssima cedência dos objectos das suas colecções»...

SESSÃO DE 15 DE MAIO DE 1914

Continua a ocupar-se da Exposição... e, através do Presidente, José Queirós, a secção de Arqueologia Lisbonense 15

«lavra» o seu protesto contra a projectada venda, pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha, dos azulejos da Capela de S. Sebastião.

Trocaram-se, também, algumas impressões «acerca do descalabro artístico» citando o signatário (Matos Sequeira) alguns factos frisantes sucedidos, ultimamente, nas Francesinhas e na Igreja do Rato»...

TERMINA O LIVRO I DAS ACTAS

LIVRO 2.º (1914-1917)

SESSÃO DE 19 DE JUNHO DE 1914

Presidente: José Queirós
Secretário: D. José Pessanha

A propósito da destruição do cruzeiro da vila da Alhandra foi nomeada uma Comissão — Queirós, António Arroio e J. Pessanha — no sentido de se promover um Congresso de todas as colectividades, interessadas na conservação dos monumentos nacionais, a qual apresentaria uma proposta, pormenorizada, à aprovação da Assembleia Geral.

SESSÃO DE 3 DE JULHO DE 1914

Presidente: Queirós
Secretário: Pessanha

Aberta a sessão, o Presidente sugeriu que se devolvam, com o devido agradecimento, as cadeiras que desde a Exposição Olisiponense se encontravam na Sala da Biblioteca. Ventilou-se o problema da conservação — especialmente dos azulejos — da Capela (Ermida) da Salvação e Paz em risco... de ser demolida (Pessanha declarou, na qualidade de vogal e secretário do Cons. de Arte e Arqueologia, que iria empregar os melhores esforços no sentido de impedir a demolição (!)).

SESSÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 1914

Presidente: Queirós
Secretário: Pessanha

Como habitualmente, foi lido o expediente.

Queirós referiu-se «ao brilho que à época precedente deu a Exposição Olisiponense» e congratulou-se com os resultados obtidos em excursões aos arredores de Lisboa que ele, e outros sócios, tinham realizado na periferia da Capital.

Pessanha congratulou-se, ainda, com o «reatar» dos trabalhos da secção de Arqueologia Lisbonense tendo o presidente aderido à satisfação, manifestada, e sugerido que a secção promova esforços no sentido da remoção do gasómetro, junto da Torre de Belém, ideia «calorosamente aplaudida por todos os vogais presentes».

«O sr. Dr. Reynaldo dos Santos lembra quanto seria interessante (promover-se) uma exposição de fotografias de monumentos e trechos manuelinos», ideia essa que foi muito aplaudida.

SESSÃO DE 30 DE OUTUBRO DE 1914

O Dr. Mac. Bride Fernandes (médico) ofereceu uma fotografia de um cruzeiro

Apesar dos protestos da Secção de Arqueologia Lisbonense a Ermida da Salvação da Paz foi demolida. No seu lugar ergueu-se este imóvel que em nada contribuiu para a beleza ou dignificação do local





O Gasómetro de Belém constituiu um dos problemas com que a secção se debateu durante várias sessões. Aqui se vê, o extremo ocidental de Belém, contíguo a Pedrouços, numa fotografia anterior à construção da Avenida da Índia e ao ordenamento espacial causado pela Exposição do Mundo Português. À esquerda o Palácio Marialva demolido em 1960.

do Hospital de S. Lázaro. Ficou assente que a sugestão de Queirós, em 19 de Junho, no sentido de se promover a realização de um Congresso Arqueológico, fosse submetida à apreciação da Assembleia Geral. Sobre a projectada Exposição fotográfica de monumentos e trechos manuelinos — sugerida por Reynaldo dos Santos — ficou assente que o assunto seria tratado, conjuntamente, pela secção de Arqueologia Lisbonense e secção de Arqueologia da Renascença. O sócio Ganhado ficou encarregado de saber «qual o estado da questão judicial entre a C.M.L. e a Comp.^a do Gás» acerca do gasómetro de Belém.

SESSÃO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1914

Presidente: Queirós
Secretário: Pessanha

Ganhado declarou nada poder adiantar acerca do problema da Torre de Belém. Queirós leu um artigo de Boavida Portugal intitulado «A Catedral de Renes (sic.) e a Torre de Belém».

SESSÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1914

D'Ornellas informou que uma lápide, séc. XVII, que esteve no Arco de Santo André, ingressou no recheio do Museu... por oferta da Carris (!). A propósi-

to foram salientados os esforços da secção, tendentes à conservação do Arco, sugerindo o presidente que se registem num folheto — o que foi aprovado. A secção congratulou-se com a decisão da Academia das Ciências mandando imprimir, a expensas suas, «o notável trabalho do Sr. Matos Sequeira sobre o passado de Lisboa».

SESSÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1914

O Presidente fala sobre o «lamentável caso da Torre de Belém» resolvendo-se formular um «protesto colectivo» contra essa bárbara destruição».

Nomeou-se, depois, uma Comissão encarregada de promover a realização de uma exposição sobre arte manuelina a qual, comissão, ficou constituída por José Queirós, Reynaldo dos Santos, Mac-Bride Fernandes, António Arroio e D. José Pessanha.

A proposta de Melo Breyner ficou assente que se promoveria uma exposição de retratos portugueses, devida a artistas nacionais e estrangeiros. Pessanha lembrou que devia proceder-se à preservação da Igreja da Conceição Velha. Foi nomeada uma Comissão — Breyner, Reynaldo dos Santos, Mac-Bride e Xavier da Costa — para proceder ao exame da ossada do padre José Agostinho de Macedo «a fim de autenticarem,

pelas características apresentadas ser de um indivíduo da idade e estatura do talentoso polígrafo».

SESSÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1914

Voltou a ventilar-se o assunto — já tratado — da lápide, do séc. XVII, que esteve no Arco de Santo André e recolheu, por diligências de d'Ornellas, «durante as férias», ao Museu.

SESSÃO DE 8 DE JANEIRO DE 1915

Assina D. José Pessanha, conservando-se a folha em branco na qual, portanto, não foi exarada a acta da sessão.

SESSÃO DE 29 DE JANEIRO DE 1915

O Presidente, José Queirós, achou necessária a continuação dos trabalhos da secção de Arqueologia Lisbonense,

interrompidos em consequência da Exposição Ollisiponense «cuja organização necessitou de todas as actividades».

Ficou assente que cada sócio fornecesse estudos acerca da área que lhe foi confiada. O Dr. Xavier da Costa informou que o Dr. António Aurélio da Costa Ferreira manifestara o desejo de examinar as ossadas de José Agostinho de Macedo «a fim de elaborar um estudo clínico», facto que mereceu a congratulação de todos os presentes os quais sugeriram a agregação daquele notável médico à Comissão nomeada, oportunamente, para proceder a esse exame.

SESSÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1915

O Presidente lamentou que estejam a ser vendidos, ao desbarato, alguns azulejos de antigos Conventos e Palácios, tais como Salésias, Santo António dos Capuchos, Palácio Regaleira, no Largo de S. Domingos, etc.

O Dr. Vergílio Correia refere-se a alguns azulejos que visitou durante uma excursão a Montemor-o-Novo.

SESSÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1915

Queirós comunicou o receio, em que estava, de as obras de reparação do antigo Convento de S. Pedro de Alcântara alterarem as características do mesmo monumento. Ganhado declarou que se deve, desde já, proceder à arrumação, na sala Ollisiponense, dos objectos que figuraram na Exposição do 50.º aniversário da Associação dos Arqueólogos.

SESSÃO DE 5 DE MARÇO DE 1915

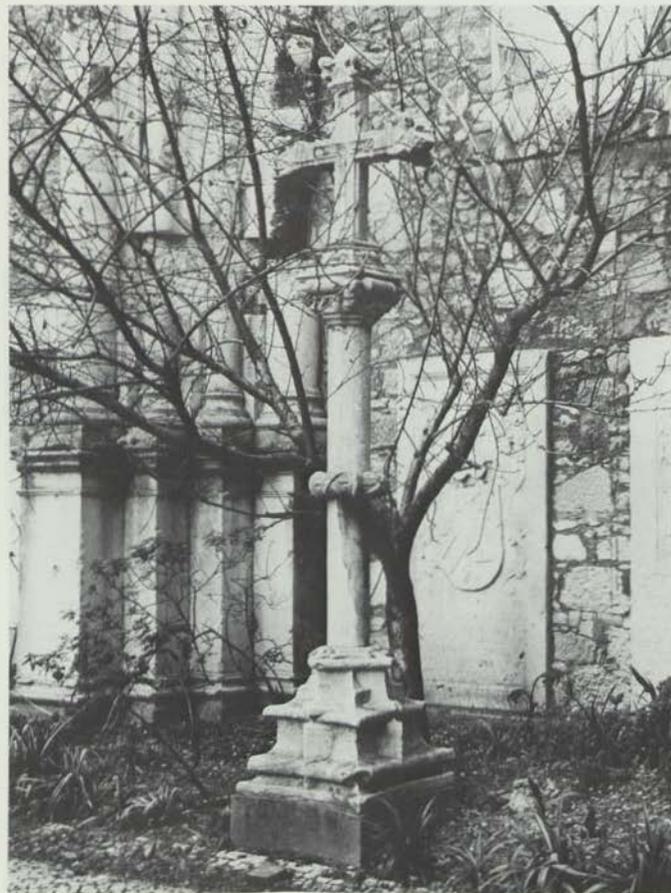
Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

Foi sugerida a nomeação de uma Comissão, que se aviste com o Ministro da Justiça, a fim de impedir a venda da Igreja de S. Lourenço em Carnide. Mena Júnior informou que as obras de S. Pedro de Alcântara se resumem a consolidar as grades do edifício, e que recolherão ao Museu as campas e um baixo-relevo que pertenceram ao Convento das Francesinhas.

SESSÃO DE 12 DE MARÇO DE 1915

Presidente: Queirós
Secretário: Matos Sequeira

A bellissima peça quinhentista que é o Cruzeiro da desaparecida Ermida de S. Lázaro foi também recolhida no Museu do Carmo





O estado lamentável da Torre de Belém foi uma outra preocupação. A vizinhança dos gasómetros e a inatural ligação ao forte do Bom Sucesso prejudicavam seriamente o monumento manuelino. É curiosa a instalação em ferro com guarita gomada imitando as curiosas cúpulas manuelinas em pedra.

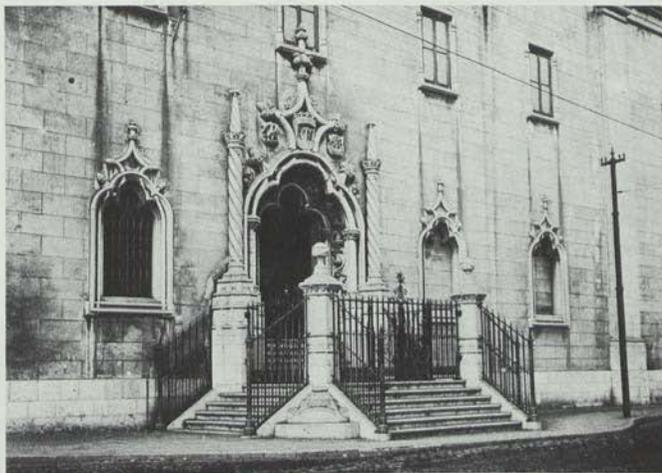
A Igreja da Madre de Deus constituiu mais um tema de trabalho. Aqui se vê a entrada tal como ficou após os restauros do Séc. XIX com arranjo monumental de falsos elementos manuelinos, entretanto também removidos

Queirós deu conhecimento de que efectuara uma visita à Igreja de S. Lourenço de Carnide — de que faz minuciosa descrição, salientando os silhares de azulejos valiosos e um púlpito do séc. XVI — e que envidará todos os esforços, junto do Ministro da Justiça, para que a mesma não seja vendida.

SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1915

Matos Sequeira informou das diligências tendentes ao exame das ossadas de José Agostinho de Macedo, fazendo a descrição das mesmas com o objectivo de as identificar.

Mena Júnior informou existirem, num quintal da Travessa do Açogue, vestígios da antiga Igreja de Santo André e, nas oficinas do Sr. Paulino Ferreira, vestígios de comunicação subterrânea entre

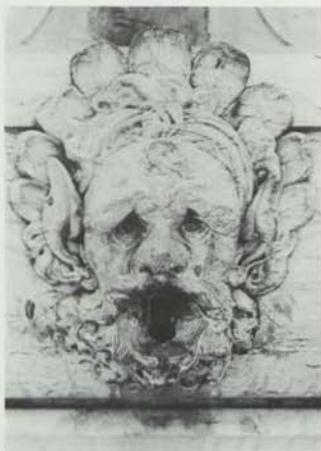


Grças à acção da Secção de Arqueologia Lisbonense foi retirado da parte conventual do Carmo uma lápide de sepultura e guardada no Museu. A inscrição reza assim: «ESTA SEPULTURA HE DE Y DE GUIMARÃES ALFAGEME». As palavras, escritas em letra gótica, estão separadas por elementos gráficos que sugerem um motivo vegetal estilizado. Para além da inscrição que fez atribuir a sepultura ao lendário alfageme de Santarém, há a notar o «sinal» ou «marca» com que o sepultado certamente assinalaria as suas obras. A sua semelhança com as siglas lapidares é notável, mas, neste caso, não será de confundir.



O Chafariz das Janelas Verdes e a sua imponente qualidade estética não escaparam à atenção destes cuidadosos olisipógrafos. Ainda hoje do notável conjunto das fontes utilitárias de Lisboa esta se destaca pela sua grande beleza e enquadramento monumental

Um bellissimo pormenor do mesmo chafariz: carranca que serve de bica



os antigos Conventos da Trindade e do Carmo.

A propósito, mencionam-se vestígios de passagens subterrâneas em diversos pontos da cidade (no Borratém, no Convento dos Barbadinhos, a Santos). Queirós diz ter ido examinar azulejos, em Benfica, representando o Rossio e o Terreiro do Paço.

SESSÃO DE 9 DE ABRIL DE 1915

Matos Sequeira ocupa-se de uma proposta de ida a Évora em viagem de estudo de uma comissão da Secção, e refere-se a casos da secção «que a seu ver mostram a existência de más vontades externas contra a mesma».

D'Ornellas informou que o Sr. Vieira da Silva «tornará em breve para a secção» e que o nome do Beato António era António Borges Leitão. O Presidente manifestou o desejo que se recolhessem elementos destinados à Exposição da Renascença, proposta por Reynaldo dos Santos. Matos Sequeira referiu-se a uma porta da muralha fernandina — denominada «Porta dos Estaus» — que viu mencionada num documento do séc. XV.

SESSÃO DE 16 DE ABRIL DE 1915

São recebidos, na qualidade de novos sócios, Dr. Costa Ferreira (Aurélio) e Osório de Castro (¹).

Xavier da Costa informa a secção acerca das diligências efectuadas pela Comissão a que preside e oportunamente nomeada, no sentido de se proceder à identificação das ossadas de José Agostinho de Macedo. O orador acrescentou que a identificação se ficava devendo ao trabalho do antropólogo Costa Ferreira, o qual, a propósito, apresentou a «sua brilhante comunicação». Seguiu-se esclarecedor debate entre o orador e Matos Sequeira e doutores Xavier da Costa, Santos Farinha e Vergílio Correia.

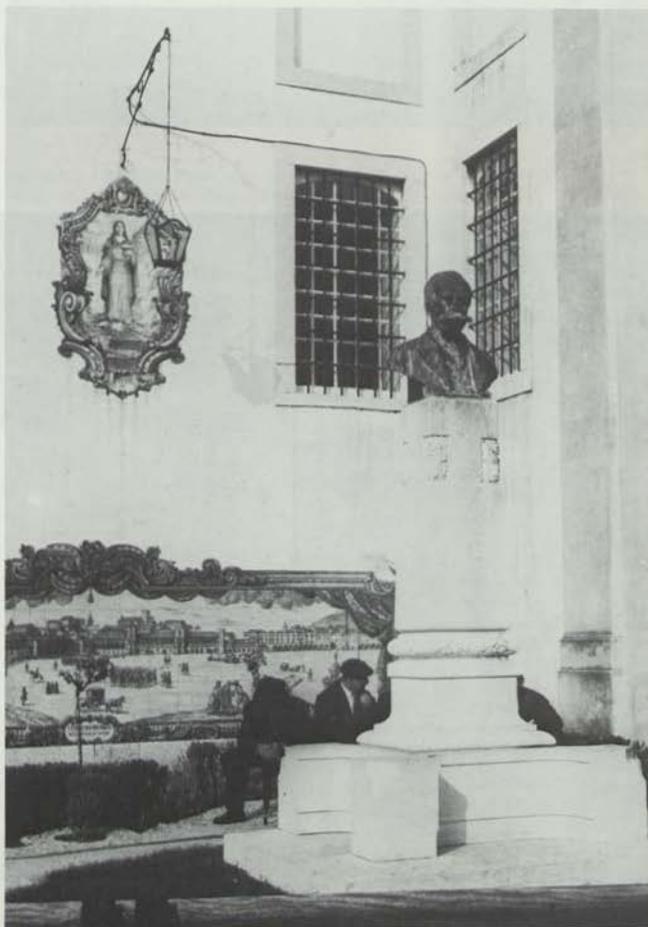
Matos Sequeira — em presença da importante comunicação do Dr. António Aurélio da Costa Ferreira — propôs que o mesmo cientista fosse nomeado sócio honorário da Associação dos Arqueólogos Portugueses, proposta essa que foi aprovada. No final, o Sr. D. José Pessanha congratulou-se com o importante trabalho, apresentado na sessão pelo

Dr. Costa Ferreira (que nem sequer ficou resumido na acta) tendo sido encerrada a sessão às 0 h 1/2.

SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 1915

José Queirós congratulou-se por ser recebido, como sócio, o Dr. Afonso de Lemos e enaltece a sua acção a favor da defesa da Torre de Belém, trocando-se, em seguida, impressões sobre a forma de conseguir libertar o monumento da «péssima» vizinhança da Companhia do Gás.

Monumento a Júlio de Castilho no Jardim do Miradouro de Santa Luzia. Curiosamente em relação a este local Matos Sequeira, na Secção, pronunciava-se com severidade, não reconhecendo à Igreja de Santa Luzia o direito de sobrevivência



A Secção pronuncia-se também sobre um «palácio setecentista», nas Portas do Sol. Trata-se evidentemente do Palácio Azurara, hoje sede da Fundação Ricardo Espírito Santo. Este era o seu aspecto exterior no princípio do século, com um revestimento de azulejo industrial

SESSÃO DE 28 DE MAIO DE 1915

É recebido o fotógrafo de arte, Sr. Bácia, como elemento da secção. Bácia, por sua vez, ofereceu duas provas fotográficas contando construções antigas e características de Lisboa.

O Presidente informou acerca dos resultados de visitas que efectuou, com outros consócios nos arredores de Lisboa (Vila Franca de Xira, Sacavém e Alenquer) prometendo, oportunamente, elaborar relatórios sobre tais excursões.

SESSÃO DE 12 DE JUNHO DE 1915

Através de Bácia é oferecida à secção uma obra da autoria do Visconde de Castilho (Júlio) sobre o pintor José Rodrigues. O Sr. Telles Martins ofereceu à Associação uma série de roteiros e outros folhetos sobre Lisboa. José Queirós e Matos Sequeira informaram acerca dos resultados de uma visita que realizaram a S. Quintino e Torres Vedras.



SESSÃO DE 18 DE JUNHO DE 1915

Pessanha exortou os consócios da secção — «que, pode dizer-se, representa a Associação» — a trabalhar e não se deixar adormecer «à sombra dos louros colhidos pela Exposição Olisiponense»; procurou-se incentivar a actividade associativa com novos empreendimentos, maxime, com a promoção da Exposição de Arte Manuelina, organização da Sala Olisiponense, etc. Para a concretização dessas iniciativas, Pessanha «resolve ir convocar a Direcção».

SESSÃO DE 19 DE NOVEMBRO DE 1915

Presidente: Queirós
Secretário: Matos Sequeira

Pessanha sugeriu a necessidade de «se preservar o túmulo de D. Fernando» e, a propósito das grutas pré-históricas de Cascais, propôs que a C. Municipal da vila desobstrua o recinto e conserve limpo o monumento». O Dr. Vergílio Correia, a propósito das grutas, prestou vários esclarecimentos referindo-se a um relatório do geólogo Carlos Ribeiro, o qual, se supõe, deve ter desaparecido. Pessanha preconizou a necessidade de se reorganizar o Museu, «cujo estado deixa muito a desejar», pedindo o auxilio do Ministério do Fomento.

SESSÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 1915

Pessanha dá conta das diligências efectuadas no sentido de se reorganizar o Museu, «sobretudo a desobstrução das naves dos entulhos que ali se encontram», a esta sugestão se associou o Presidente (José Queirós) que apelou para a boa-vontade de todos e resolveu-se, depois, organizar uma visita de estudo à Madre de Deus, marcando-se a mesma para o 1.º domingo de Janeiro (1916). Pessanha falou sobre a pintura e José Queirós sobre a cerâmica; Matos Sequeira sobre a parte histórica e Carvalho sobre a parte architectónica da Madre de Deus.

SESSÃO DE 31 DE DEZEMBRO DE 1915

Trocaram-se impressões sobre a projectada visita de estudo do «edifício» da Madre de Deus a qual foi marcada para domingo, dia 16 de Janeiro. Matos Sequeira falou sobre algumas antiguidades



lisboetas, nomeadamente, das termas romanas. O sócio Dr. Alves Pereira apresentou alguns «utensílios de carácter paleolítico, recolhidos no Estoril», os quais suscitaram a intervenção do Dr. Vergílio Correia.

SESSÃO DE 21 DE JANEIRO DE 1916

Falou-se da necessidade de se reorganizar o Museu, tendo José Queirós, Matos Sequeira e Rosendo Carvalho referido as diligências já efectuadas, destinadas a concretizar esse objectivo. Ainda, sobre o assunto das obras a realizar, ficou assente pedir-se a colaboração da Direcção-Geral das Obras Públicas no sentido de serem removidos para o Museu dois túmulos encontrados no Convento do Salvador.

Seguidamente, Matos Sequeira fez uma comunicação acerca da etnografia dos bairros de Santos, Madragoa, Esperança e Mocambo, no séc. XVI.

SESSÃO DE 28 DE JANEIRO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

O Presidente propõe que se solicite ao Comando da Guarda Republicana a colaboração das praças da mesma guarnição, no sentido do policiamento da porta monumental do Museu, a fim de se evitar

O Palácio Azurara, visto do Sul, depois das grandes obras de restauro que lhe devolveram a sua antiga dignidade

A Casa da Rua dos Cegos, foi, sem dúvida, um dos «casos» que mais ocupou a Secção. Exemplar quinhentista, raro numa Lisboa após o terramoto, a sua conservação e salvaguarda do registo de azulejos constituiu um tema de debate largamente tratado

«que o rapazio o danifique com pedradas»; Matos Sequeira falou sobre a floricultura em Lisboa, desde o séc. XVI até à actualidade, e Nogueira de Brito ocupou-se de um documento encontrado no arquivo da Estrela, onde se fala dos trabalhos executados naquele monumento pelos Arquitectos Manuel Caetano de Sousa e Caetano Tomás, dos seus honorários, custo dos materiais de construção, etc.

SESSÃO DE 4 DE FEVEREIRO DE 1916

Trocaram-se impressões «acerca da factura do catálogo e do programa que deve ser executado pelos seus membros (da secção), durante o corrente ano».

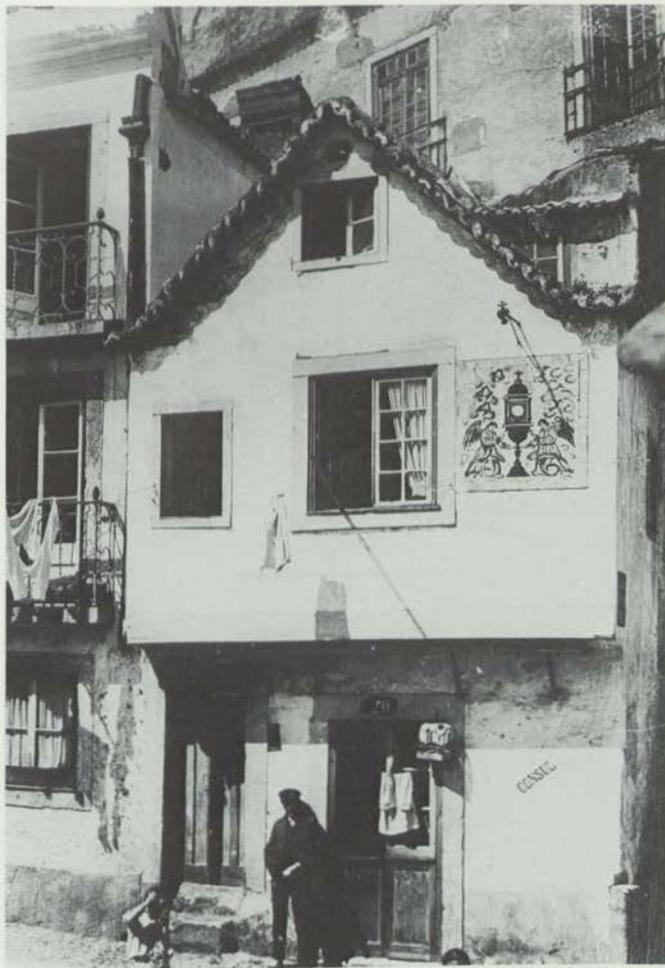
SESSÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 1916

O Presidente (José Queirós) «referiu-se à necessidade de se distribuir novamente pelos sócios o estudo da nossa capital». Pessanha informou ter visitado,

«com os seus alunos», a Sé de Lisboa e insiste no sentido de a secção promover a realização da anunciada visita de estudo à Madre de Deus; Mena Júnior refere-se a uma cópia, feita em 1886, de uma vista de Lisboa, desde Carcavelos a Xabregas, gravada em 1763, e oferecida ao Conde de Lippe, esperando apresentá-la, em breve, à Secção de Arqueologia Lisbonense.

O Presidente (José Queirós) refere-se à doença do sócio Cordeiro de Sousa propondo — com a aprovação de todos os sócios presentes — que D. José Pessanha o visite, em nome da secção; Mena Júnior informou ter, por sua vez, já visitado Cordeiro de Sousa o qual voltou a manifestar o desejo de contribuir para a realização das obras no edifício do Carmo; o Dr. Vergílio Correia informou ter descoberto «num dolmen, em Belas, uma escultura representativa de figura humana»; o presidente agradeceu a intervenção do Dr. Vergílio Correia «manifestando o desejo que Sua Ex.ª na próxima sessão, apresente um desenho da escultura a que se referiu».





Um outro aspecto da mesma casa em que se vê claramente o «registro» de azulejos, hoje desaparecido. Trata-se da apresentação do Santíssimo por dois querubins para adoração e pode ter constituído o elemento central de um frontal de altar reaproveitado. O pequeno elemento em ferro destinava-se à suspensão da candeia para iluminar o Santíssimo.

SESSÃO DE 17 DE MARÇO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

O Dr. Vergílio Correia fez «uma interessante comunicação acerca de um edifício solarengo dos fins do séc. XV, princípios do século XVI, junto à Póvoa de Santa Iria a que a gente do sítio chama «A TORRE». O orador descreve, depois, minuciosamente, a edificação torrejada, na qual ainda existem arcos em

ogiva nas janelas — o que mereceu a atenção de todos e uma sugestão de D. José Pessanha de uma visita de estudo a esse monumento.

SESSÃO DE 17 DE ABRIL DE 1916

Matos Sequeira leu um trabalho sobre a história da guloseima alfacinha em que fornece várias notícias acerca da venda, fabrico e comércio de doces, do século XVI ao século XIX. Tratou-se, em se-

Igreja de Santa Catarina ou dos Paulistas, designação por que também é conhecida. A sua classificação como monumento nacional encheu de júbilo a Secção que já se pronunciará sobre a sua importância



guida, de alguns problemas internos e assentou-se que se realizasse, no próximo mês, a anunciada visita de estudo à Madre de Deus e uma excursão a Mafra.

SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

Matos Sequeira referiu-se às tapeçarias do Paço da Ribeira as quais se encontram descritas num livro, impresso em Lisboa em 1670, da autoria de

D. Diogo Henriques de Vilhegas, intitulado «Pyramide natalicio e Baptismal», dedicado aos reis D. Pedro 2.º (sic.) e D. Maria Francisca Victória, celebrando o nascimento e baptismo da Infanta D. Isabel Maria Josefa. O mesmo sócio (Matos Sequeira) fez largas considerações sobre o assunto, «encerrando-se a sessão às 11 e meia da noite».

SESSÃO DE 5 DE MAIO DE 1916

O Presidente (José Queirós) fez uma comunicação — na sequência da que

Matos Sequeira fizera na sessão anterior — acerca dos adornos das salas do Paço da Ribeira. Referindo-se ao nascimento e baptismo da Infanta D. Isabel Maria Josefa, filha de D. Pedro 2.º, mencionou uma obra intitulada «Obelisco Português Cronológico, genealógico e panegírico que afectuosamente construiu D. António Álvares da Cunha — ao mais fausto dia, que em muitos séculos viu Lisboa da sereníssima Infanta D. Isabel Maria Josefa, oferecido a Augusta e Real Alteza do Príncipe D. Pedro N.S.», impressa em Lisboa em 1669 na oficina de António Craesbeck de Mello. José Queirós leu, em seguida, alguns períodos dessa obra (os quais constam fora do texto da acta). A comunicação foi muito apreciada e os presentes manifestaram o desejo da sua publicação.

SESSÃO DE 16 DE JUNHO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

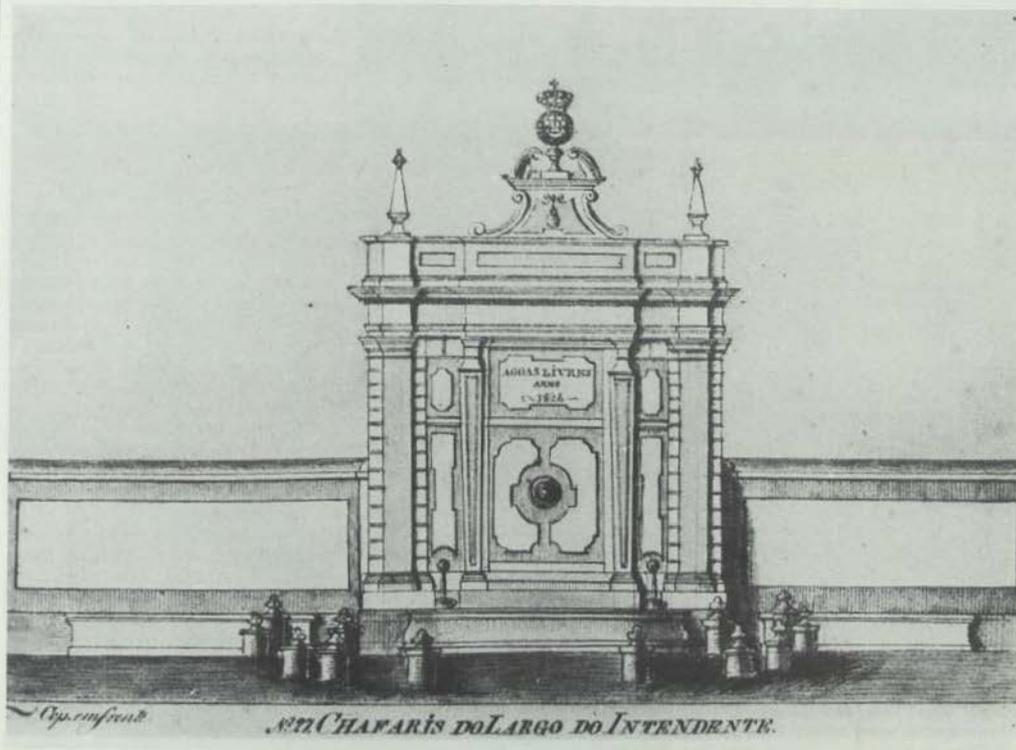
Teve a presença do novo sócio D. Sebastião Pessanha, filho de D. José Pessanha, que agradeceu as referências que lhe foram feitas pelo Presidente. O novo consócio propôs — e foi aprovado — que ficasse exarado na acta um voto de congratulação pelo êxito da excursão que a secção realizou, finalmente, a Évora. Matos Sequeira sugeriu que se estudassem as bases do trabalho a realizar pela secção, no próximo ano (1917) e D. José Pessanha referiu-se à importância de uma viagem de estudo a Coimbra — também no próximo ano (1917). O mesmo consócio apresentou, também, uma proposta — a qual foi aprovada — que «o próximo ano social» se iniciasse com uma visita à Sé de Lisboa.

SESSÃO DE 23 DE JUNHO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

O Chafariz do intendente, tal como nos surge num desenho contemporâneo da sua 1.ª versão. A água é recolhida num único grande tanque e o acesso defendido por «frades» de pedra.

O conjunto, delineado com certa monumentalidade, encostava a uma parede de fundo criando um efeito cenográfico





O Chafariz do Intendente ainda com a coroa real sobrepujando a esfera armilar. É notória a alteração do envolvimento assim como a disposição das bacias de água

Lido o expediente habitual, Matos Sequeira referiu-se a um trabalho da sua autoria, que já iniciou, intitulado «Roteiro Histórico da Cidade» (Lisboa). O orador expôs alguns dados históricos relativos à freguesia da Conceição Nova, «colhidos nos livros paroquiais», nomeadamente, acerca das destruições ali feitas pela peste de 1580, durante a qual se chegou a fazer os enterramentos na via pública — «defronte das casas dos defuntos». Matos Sequeira fez, também, considerações acerca da topografia do local, profissões dos seus moradores, designação dos arruamentos e registos de óbitos.

SESSÃO DE 30 DE JUNHO DE 1916

Expediente habitual (leitura e aprovação da acta da sessão anterior).

Matos Sequeira declarou ter encontrado o Sr. Bάρcia que lhe fizera duas comunicações que irá, em seguida, transmitir à secção. Uma dessas comunicações foi a existência de um poço circular na Ermida de Nossa Senhora

dos Remédios em Alfama — à entrada da porta de ingresso ao templo — que tem junto uma bacia, octogonal, com uma inscrição em gótico mas ilegível.

O orador refere-se, depois, à fundação da Ermida (1581) e à Irmandade dos pescadores que tinha lá a sua sede e ao compromisso, elaborado em 1606, e se conserva no «precioso livro, feito em 1608 com valiosas iluminuras» constituindo, assim, uma valiosa obra de arte.

A segunda comunicação — feita por Matos Sequeira com informações fornecidas por Bάρcia — foi a da descoberta na Capela de Santo Aleixo, no claustro, da Sé de Lisboa, de dois túmulos antigos: um com uma estátua jacente de mulher e, o outro, com uma escultura, grosseiramente esculpida, de um bispo.

Ainda Matos Sequeira informou acerca da existência de subterrâneos em Alfama cuja entrada lhe foi, afinal, revelada. Tais subterrâneos ligam-se com as galerias que descem do Castelo até ao Tejo passando, uma delas, sob a Sé de Lisboa, onde «é interrompida por um carneiro da Igreja». Muitos sócios combinaram, na tarde do dia seguinte, deslocarem-se à Sé com o objectivo de estudarem os túmulos recém-descobertos.

SESSÃO DE 6 DE JULHO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

Expediente habitual. Pediu, imediatamente, a palavra o consócio D. José Pessanha, que «diz ter ido no passado domingo, à Ermida de Nossa Senhora dos Remédios a que se referira o signatário (Matos Sequeira) na sessão anterior». O orador afirmou que, em seu entender, o portal do templo não pode datar de 1581, «nem tão pouco ter sido transferido para ali de outro ponto», «visto avultar na ornamentação, na parte superior, o símbolo do Espírito Santo, o que significa ter sido feito para a ermida propositadamente».

Na verdade — salienta — «diz-se que tal Ermida, na Lisboa Antiga, vem mencionada no Foral de Lisboa de 1500», ignorando, contudo (ele orador) «se nesse documento a referência é feita à Corporação (dos pescadores) ou ao edifício». E acrescenta: «Igualmente mencionam a Ermida do Santo Espírito, à «Porta da Maria Parda», a Estatística de Lisboa de 1552, o Sumário de Cristóvão Roiz de Oliveira, João Baptista de Castro, no Mapa de Portugal, Moreira de

Mendonça, na História dos Terramotos (pág. 133), «A Ribeira de Lisboa» (pág. 138), o «Portugal Antigo e Moderno (tomo IV – pág. 132) que marca a sua fundação em 1581, o «santuário Mariano» e ainda outras obras.

Depois de desfazer contradições entre uma outra ermida — do mesmo nome e que foi erecta, logo após o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, por mareantes na freguesia de Santa Cruz do Castelo, segundo afirma Baptista de Castro — e aquela a que se refere Cristóvão de Oliveira, no Sumário,

localizando-a na freguesia de Santo Estêvão de Alfama, ou seja, a ermida considerada.

José Pessanha descreve, depois, sumariamente, a Ermida sublinhando que — à parte o poço — «o templo tem algumas coisas interessantes», referindo-se aos azulejos, do século XVIII, quadros do séc. XVI, XVII e XVIII — uns e outros na Sala do Despacho; refere-se, depois, aos quadros, do séc. XVII, no corpo da Igreja e no coro e bem assim aos azulejos a tinta azul, embora vulgares.



O Chafariz do Intendente, depois de mudada a sua localização e removida, por deliberação camarária, a coroa real. De nada valeu o esforço da Secção, pois a coroa foi, de facto, retirada

Comentando a comunicação de D. José Pessanha, Matos Sequeira declarou que, sobre o assunto, não procedeu a qualquer investigação especial — firmando-se apenas em apontamentos que possuía — e que «as citações de Sua Ex.^a acerca da data da fundação da Ermida não dizem respeito a ela, mas sim à Ermida do Santo Espírito, na freguesia de Santa Cruz do Castelo, que fora fundada realmente pelos mareantes da carreira da Índia, logo ao alvorecer do século XVI».

«Concluído este incidente» — segundo reza a acta — o Sr. D. José Pessanha informou os sócios presentes que tendo o «jornalista Sr. Alpoim (o célebre político e grande dissidente do Partido Progressista monárquico, José Maria de Alpoim, correspondente, durante cerca de 30 anos em Lisboa, do jornal «PRIMEIRO DE JANEIRO») feito referência ao Museu de Mafra dando como seu organizador o Sr. Martins de Carvalho, o Sr. José Queirós lhe escrevera, reclamando para si essa missão».

Por sua vez, «o Sr. Alpoim, na seguinte correspondência, transcrevendo a carta, declara ter feito tal alusão por ignorância, rectificando, com prazer, a sua notícia nesse ponto e elogiando, merecidamente, o trabalho do nosso consócio e presidente desta secção» (de Arqueologia Lisbonense).

SESSÃO DE 13 DE JULHO DE 1916

O Presidente (José Queirós) enalteceu a comunicação feita, na sessão anterior, por D. José Pessanha acerca da Irmandade dos Remédios; Alberto de Sousa chamou a atenção dos presentes para a solicitação apresentada ao Comando da GNR, pela Câmara de Santarém, no sentido da cedência e remessa do túmulo e espada do alfageme, encontrados no Quartel do Carmo; Nogueira de Brito solidariza-se com a proposta de Alberto de Sousa, preconiza que a Associação sirva de intermediária na diligência e esclarece que «a descoberta foi feita em 1899 ou 1900, pelo Sr. Engenheiro Monteiro de Lima». A propósito, Matos Sequeira propõe que uma comissão — constituída por Nogueira de Brito, D. José Pessanha, Alberto de Sousa e José Queirós — «procure o Sr. Comandante da Guarda, para o fim de se procurar a pedra tumular» — o que foi aprovado; por sua vez, Mena Júnior sugeriu que «a Campa venha para o

Carmo e a espada, se efectivamente existe, se remeta para Santarém; caso não se entenda que pelo seu carácter histórico deva ser exposta em algum museu».

D. José Pessanha diz ter recebido uma carta, chamando a atenção dos arqueólogos para a ermida da RAMADA, que já mereceu a atenção da Associação, e salienta «comunicar o facto porque ele comprova quanto os trabalhos associativos têm difundido o gosto pela arqueologia, interessando nela muita gente».

SESSÃO DE 21 DE JULHO DE 1916

O Presidente (José Queirós) informou que a Comissão, nomeada na reunião anterior, esteve no Comando da Guarda Nacional Republicana onde foi amavelmente recebida — e cumulada de atenções — pelo respectivo Comandante, General Correia Barreto, o qual deu todas as ordens no sentido de os comissionados poderem proceder às investigações que julgassem necessárias com o objectivo de encontrarem a pedra tumular do Alfageme.

Correia Barreto (foi Ministro da Guerra do Governo Provisório da República) acedeu, igualmente, ao pedido de as sentinelas do Carmo vigiarem o Museu «defendendo-o das investidas e tropelias do rapazio».

A Comissão — em sinal de deferência para com o general Correia Barreto — solicitou que o mesmo senhor se considerasse sócio benemérito da Associação dos Arqueólogos.

Trocaram-se, em seguida, impressões acerca do assunto, tendo Nogueira de Brito emitido a opinião segundo a qual a campá do Alfageme deve integrar-se no recheio do Museu do Carmo e, a espada, no Museu de Artilharia, «como peça de um alto valor histórico».

Após intervenções de Matos Sequeira e de Mena Júnior acerca do problema, o Dr. Xavier da Costa propôs ao Sr. Engenheiro Monteiro de Lima pedindo-lhe informações sobre o local onde Sua Ex.^a encontrara o túmulo de Alfageme. No final, Matos Sequeira informou a secção acerca de uma visita de estudo que efectuou com outros consócios, entre os quais o Dr. Vergílio Correia, Alberto de Sousa e Dr. Félix Alves Pereira às galerias subterrâneas da Rua de Afonso de Albuquerque (Alfama) e sugeriu que a Associação solicite uma visita ao subso-

lo do Rossio, «onde ainda se encontram restos do Palácio da Inquisição».

SESSÃO DE 28 DE JULHO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

A sessão, como as anteriores, efectuou-se à noite, tendo sido aberta às 9 1/4 e encerrada à meia-noite.

Matos Sequeira comunicou ter efectuado, na companhia de outros consócios, segunda excursão às galerias subterrâneas da Rua de Afonso de Albuquerque «num comprimento de 86 metros».

Depois descrevera a galeria que «é de abóbada quase revestida de excelente reboco», e data de 1729: «De quando em quando vêm-se nas paredes uns nichos para lanternas e, sempre que a galeria muda de direcção, clarabóias entapadas; a altura é variável: à entrada tem de se andar curvado mas, nos três últimos terços já o pé direito é maior, cerca de 1,75 m». Bárca comunicou que o livro «Poços, Bicas e Chafarizes», de Veloso de Andrade, se refere à galeria ou aqueduto, que Matos Sequeira visitou, e que a água que foi aproveitada, no reinado de D. Pedro V para abastecer as cozinhas reais do Paço da Ribeira, provinha de um poço que existiu nas Cruzes da Sé, entulhado pelo terramoto de 1755.

Matos Sequeira esclareceu conhecer muito bem a obra citada, «mas que se esquecera absolutamente dos dados que a mesma indica acerca do aqueduto». Por outro lado, o mesmo orador propôs que se organize uma excursão ao subsolo da Baixa de Lisboa a fim de ser elaborado um relatório em que se estude «as famosas conservas de agoa (sic) as quais ainda se encontram por estudar».

SESSÃO DE 4 DE AGOSTO DE 1916

O convidado da secção, Eugénio Roeseiro, a propósito da galeria da Rua Afonso de Albuquerque, afirmou que o

O Palácio Foz convertido em unidade comercial com o rés-do-chão completamente ocupado por lojas. Matos Sequeira denunciou, com vigor, esta situação dado o atropelo estético envolvido



aqueduto se prolonga muito além das casas da Rua do Barão; Gusmão Navarro sugeriu a organização de outra visita de estudo a fim de «se tirar do aqeduto uma planta exacta».

O Presidente declarou ter realizado diligências com o objectivo de se promover uma visita à região subterrânea da Baixa lisboeta. Por sua vez, um outro convidado da secção — o Dr. Borges Grainha, escritor, bibliófilo e Professor do Liceu de Passos Manuel — comunicou que tem estudado de há muito a permanência dos Jesuítas no nosso País interessando-lhe, no momento, os colégios de Santo Antão-o-Novo e de Santo Antão-o-Velho (Coleginho); este último o edifício jesuítico «mais antigo não só de Portugal mas da Europa».

Borges Grainha propôs que a secção de Arqueologia Lisbonense proceda ao estudo de outras dependências que os jesuítas possuíram na Capital, tais como, S. Roque, Cotovia, Santo Antão-o-Novo, Seminário de Arroios, etc. O Dr. Vergílio Correia propôs — e foi aprovado — que os consócios efectuem uma visita de estudo ao Coleginho.

Eugénio Roseiro referiu-se a uma visita que efectuou às «Termas da Rua da Prata», ficando a discussão do assunto reservada para a sessão seguinte.

SESSÃO DE 11 DE AGOSTO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

O Presidente felicita Borges Grainha pela sua comunicação feita na sessão anterior. Por sua vez, Borges Grainha oferece, em nome do Dr. Costa Santos, dos Hospitais Civis, um trabalho clínico sobre o Hospital Real-de-Todos-os-Santos, e ocupa-se, novamente, da história do Coleginho, nomeadamente, dos seus azelejos de que apresentou algumas fotografias.

Matos Sequeira retomou o tema sobre o Coleginho e aulas dos jesuítas «onde aprendiam numerosos escolares religiosos e seculares».

O Presidente (Queirós) propôs — e foi aprovado — um voto de louvor ao Presidente da Assembleia Geral, Doutor Alfredo da Cunha, pelas diligências desenvolvidas no sentido de se imprimir o relatório elaborado pela secção acerca das visitas de estudo ao termo de Lisboa o qual, já concluído, ficou na mesma.

Nogueira de Brito leu um valioso documento, de 1517, que se refere à construção do Terreiro do Trigo e foi por ele descoberto na Torre do Tombo. Esse documento contém, também, informações acerca das obras da Misericórdia Velha e algumas indicações sobre a topografia daquela zona de Lisboa.

SESSÃO DE 18 DE AGOSTO DE 1916

Matos Sequeira fez uma descrição da Igreja do Coleginho (Santo Antão-o-Velho) salientando que a data da construção remonta aos primeiros anos do 2.º quartel do século XVIII e que a disposição geral do templo não foi afectada com as obras de reconstrução, posteriores ao terramoto de 1755. Em seguida, Nogueira de Brito leu documentos (apensos à acta) dos séculos XV, XVI e XVII referentes à topografia de Lisboa, «e cujo excepcional valor documental o Sr. Presidente encarece». Alberto de Sousa propôs — o que foi aprovado por unanimidade — que volte a imprimir-se o Boletim da secção. Pôs-se, novamente, o problema das passagens subterrâneas no Rossio, que os técnicos da Câmara negam e o sócio Ganhado afirma existirem, ficando marcada uma visita de estudo a essas galerias, «logo que se obtenha qualquer indicação satisfatória».

SESSÃO DE 21 DE AGOSTO DE 1916

Sócios presentes: José Queirós, Matos Sequeira, Nogueira de Brito, Luís Bettencourt, Gusmão Navarro, Afonso d'Ornellas e Alberto de Sousa: (nada se encontra manuscrito figurando apenas um recorte do «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», de 23/8/1916, com um retrato do Santo Condestável e notícia desenvolvida do que ocorreu na sessão. O artigo tem como título «Um outro retrato de Nuno Álvares» e como subtítulo «Associação dos Arqueólogos Portugueses».

SESSÃO DE 25 DE AGOSTO DE 1916

Sócios presentes: José Queirós, Afonso d'Ornellas, Nogueira de Brito, Jesuino Ganhado, Matos Sequeira, Alberto de Sousa, Navarro e Dr. Joaquim Rasteiro: o resto da página (e a página seguinte) estão em branco.

SESSÃO DE 1 DE SETEMBRO DE 1916

Sócios presentes: Rasteiro, Sebastião Pessanha, Ganhado, Ornellas, Cisneiros, Nogueira de Brito, Matos Sequeira e Navarro. Como sócios proponentes, assistiram Eugénio Roseiro e Domingos Igreja. (Nada ficou exarado na acta).

SESSÃO DE 8 DE SETEMBRO DE 1916

Presidente: José Queirós
Secretário: Matos Sequeira

Queirós informou — justificando a sua falta à sessão anterior — ter-se deslocado a Moura a fim de examinar a tábua de Nuno Álvares Pereira e outros monumentos, colhendo notas acerca da cerâmica existente naquela vila alentejana. Acerca da tábua representando o Condestável — a qual foi objecto de estudo nas últimas reuniões — Queirós emitiu a opinião de que a mesma «deve datar do séc. XVI».

Alberto de Sousa interpelou o Sr. Queirós no sentido de recolher mais «algumas notícias acerca da tábua de Moura».

Ganhado informou a secção acerca das obras de ajardinamento de Santa Luzia.

Matos Sequeira — «que chegou naquela altura» — referiu-se ao problema emitindo a ideia de que se instasse com a Câmara para que desse início às obras de ajardinamento desse local e bem assim «de demolição do templo e barrações anexos».

D'Ornellas informou ter já muito adiantado o seu tratado biográfico sobre D. António Caetano de Sousa — que oferece à Associação e aos sócios presentes — o qual constituiu o 4.º volume de uma obra subordinada ao título «História e Genealogia».

Trocaram-se ainda impressões acerca da demolição ou conservação de um Palácio setecentista das Portas do Sol e acerca das obras a efectuar no Museu da Associação.

SESSÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 1916

Presidente: Queirós — assinado pelo secretário, D. Sebastião Pessanha o qual, com a sua letra, lavrou a acta.

Matos Sequeira pediu informações acerca do túmulo do Alfageme «que se disse ter sido encontrado no Quartel do Carmo».

Nogueira de Brito leu dois documentos de interesse, para o estudo da Lisboa Antiga: um de 1432, constitui uma carta de aforamento a Fernão Rodrigues, escrivão das contas, «dos banhos» existentes, em Lisboa, no Largo do Chafariz d'El-Rei», que lhe foi feito por Pedro Annes Lobato; o outro de 1434 constitui uma licença aos caçadores de Lisboa para caçarem nas zonas limítrofes de Lumiar, Alverca e Sacavém.

SESSÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 1916

Presidente: Queirós — assina, pelo secretário, Sebastião Pessanha.

Nogueira de Brito informa que visitou a vila de Alenquer onde pôde observar, na Igreja da Várzea, «o mais completo abandono em que se encontra o túmulo de Damião de Goes». Queirós esclareceu que o estado de abandono do túmulo de Damião de Góis já tinha merecido o reparo, «há muito anos», do Sr. Joaquim de Vasconcelos (marido de D. Carolina Michaëlis). Matos Sequeira sugere que o túmulo seja removido para o Museu da Associação «no caso de não se obter a sua conservação condigna em Alenquer».

Por proposta de Queirós ficou assente que se submetesse o problema à apreciação do Sr. Cordeiro de Sousa, «não como funcionário das Obras Públicas, mas como consócio»: para esse efeito, foi nomeada uma comissão constituída por Queirós, Mena Júnior, Nogueira de Brito e Matos Sequeira.

No final, Matos Sequeira informou ter visitado, com José Queirós, as bicas de Andaluz e de Arroios onde observou escudos do séc. XIV e emite a opinião de que o brasão da cidade de Lisboa «deve ter-se começado a usar no reinado de D. Pedro I».

SESSÃO DE 29 DE SETEMBRO DE 1916

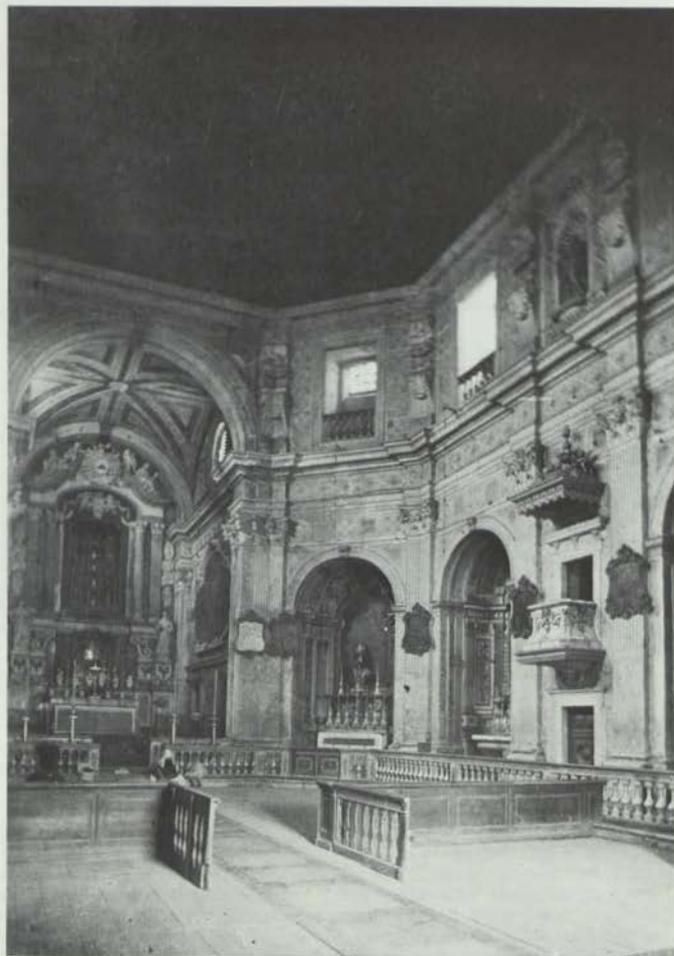
Presidente: Queirós continuando, a assinar pelo secretário, D. Sebastião Pessanha.

Matos Sequeira — secundado pelos sócios presentes — protestou contra o projecto de ajardinamento do Terreiro do Paço; Ganhado diz que um seu colega da Câmara fez, «já há anos, quando se pensou no ajardinamento do Terreiro do Paço, uma opposição tenaz a esse projecto», e Queirós declara que, «infeliz-



Igreja do Menino Deus, imponente edificio mandado erguer por D. João V e cujo principal architecto terá sido Frederico Ludovice. Sobre a porta principal lê-se numa cartela de pedra que a data de lançamento da primeira pedra foi a 4 de Julho de 1711

O interior da Igreja do Menino Deus permanece um dos menos conhecidos de Lisboa, apesar da sua imponência e riqueza de materiais



mente, crê na possibilidade de a vegetação se manter no Terreiro do Paço, lembrando o caso dos jardins dos Cais do Sodrê, dos Estorís, etc.».

D. Sebastião Pessanha informou da actividade que tem desenvolvido, e das adesões recebidas, no sentido de se realizar uma Exposição de Tapetes de Arraiolos.

Alberto de Sousa lembra a necessidade de se ampliar a colecção de postais da Associação. Finalmente, Nogueira de Brito enaltece uma proposta de José Queirós tendente a chamar a atenção das entidades oficiais para a conservação do património artístico de Évora e sugere que, fora dos trabalhos da secção, se empreguem esforços nesse sentido.

SESSÃO DE 6 DE OUTUBRO DE 1916

Matos Sequeira propõe um voto de pesar pelo falecimento do consócio Eduardo Freire de Oliveira pondo em destaque o valor dos seus estudos sobre Lisboa — o que foi aprovado por unanimidade.

Nogueira de Brito lê algumas notas, «muito interessantes», extraídas dos livros de óbitos da freguesia de Santos, «das quais fica cópia junto a esta acta».

A propósito, Matos Sequeira refere-se a monumentos e ruas da referida zona lisboeta e José Queirós refere-se ao chafariz do Largo das Janelas Verdes, «atribuindo a Machado de Castro a figura que o encima».

Matos Sequeira solicitou a Nogueira de Brito que continue a estudar os arquivos paroquiais de Lisboa, «principalmente nas freguesias cujos arquivos ele não investigou».

SESSÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 1916

Presidente: Queirós, continuando a assinar pelo secretário D. Sebastião Pessanha.

Matos Sequeira instou com o Presidente no sentido de chamar a atenção para a conservação do património histórico e artístico de Évora, sugestão com a qual se solidarizou Alberto de Sousa. Queirós respondeu que devia aguardar-se a reunião da Assembleia Geral, não concordando «com tal orientação Nogueira de Brito, Alberto de Sousa e Sebastião Pessanha».

Ribeiro Cristino, por sua vez, pergunta quais os monumentos que, em Évora, foram demolidos (?) (ultimamente). Mena diz julgar necessário que o relato das sessões seja publicado nos jornais — o que é aprovado — e Xavier da Costa declara «ser de opinião que, só esses relatos, não se deve aludir ao assunto de Évora».

SESSÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 1916

Queirós trata dos azulejos, do séc. XVII, «recentemente vendidos», que pertenciam à casa quinhentista, n.º 20-22, da Rua do Cego — salientando o seu grande valor — e manifesta indignação quanto à pressa como se procedeu à venda, devidamente autorizada pela Câmara Municipal.

A propósito, Matos Sequeira sugeriu a criação, junto da Câmara, de uma Comissão de Arqueólogos «que inventariasse tudo o que em Lisboa existe digno de se conservar».

Finalmente, Nogueira de Brito leu interessantes extractos dos registos paroquiais da freguesia dos Anjos, no séc. XVI, sobre os quais Matos Sequeira fez curiosas considerações».

SESSÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 1916

Presidente: Queirós
Secretário: D. Sebastião Pessanha

O Presidente (Queirós) refere-se à venda do painel de azulejos, que esteve numa casa da Rua do Cego, declarando «poder provar, com testemunhas, que evitou, há quatro anos, a sua venda a um estrangeiro». Matos Sequeira propôs que, na presente sessão, se tratem de assuntos «respeitantes à próxima Assembleia Geral».

Ferreira Braga comunica que o Sr. Padre Borba (Professor de Música no liceu Passos Manuel e apreciável musicógrafo) se referiu, em alguns sermões e conferências, a relíquias do Condestável existentes na Ordem do Carmo. Apresentou uma proposta — que «se procure o mesmo Sr. para se esclarecer o assunto». D'Ornellas refere-se a um manuscrito — «que está na posse de uma pessoa das suas relações» — respeitante ao Convento do Carmo e «instata» para que o túmulo de Nuno Álvares Pereira seja exposto ao público no dia 1 (de Novembro).

Matos Sequeira comunicou ter lido um documento, de 1781, em que se afirma existirem, ainda, alguns fragmentos do primitivo túmulo do Condestável e sugere que, «na sua próxima comemoração, a figura de Nuno Álvares seja somente encarada como português que tanto contribuiu para a nossa nacionalização» (foi encerrada a sessão cerca da meia-noite).

SESSÃO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1916

Presidente: José Queirós servindo de secretário Sebastião Pessanha.

D'Ornellas diz ter ido à Ordem do Carmo onde procurou «saber quais os objectos que ali se guardam como relíquias do Condestável, tendo constatado que se trata de objectos de valor secundário». D. Sebastião Pessanha sugeriu que se organize, integrada no Museu, «uma sala etnográfica», no que foi aprovado pelo Dr. Vergílio Correia e José Queirós; Alberto de Sousa declarou que esteve, recentemente, em Évora onde verificou que os monumentos daquela cidade estão a ser objecto de defesa e conservação — tal como sugerira, recentemente, na secção o Presidente José Queirós, que se congratulou com tal medida adoptada pela autoridades ebrenses.

Por seu turno, o Dr. Vergílio Correia sugeriu que o consócio Alberto de Sousa faça, oportunamente, uma comunicação «sobre o que viu em Évora».

D. Sebastião Pessanha propôs um voto de pesar pelo falecimento de Tavares Proença Júnior, ilustre arqueólogo, natural de Castelo Branco, recentemente falecido.

SESSÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1916

Foram tratados vários assuntos, nomeadamente, acerca das relíquias do Condestável encontradas na Ordem Terceira do Carmo (Ferreira Braga); Jesuino Ganhando participa que numas escações, efectuadas no Largo do Pelourinho, foram encontrados alguns restos do Palácio da Ópera, destruído pelo terramoto de 1755; Perry Vidal occupou-se do «porquê» da denominação da Rua do Benfamoso; D. Sebastião Pessanha — depois de declarar que enviará para os jornais uma notícia acerca dos trabalhos da secção — congratulou-se com o bom

acolhimento que teve na Assembleia geral uma sugestão no sentido de ser criada (no Museu) uma secção de Etnografia.

SESSÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1916

Queirós informou que, na última reunião da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, foi muito apreciada a sua proposta acerca da defesa e conservação dos monumentos de Évora e que se dê conhecimento ao Dr. António Aurélio da Costa Ferreira «do aparecimento de ossadas que estavam enterradas nos carneiros agora encontrados».

Queirós declarou, ainda, ter notado, na estátua de D. José, a falta de alguns degraus da base explicando Matos Sequeira que «o terreno tem cedido ali bastante, devendo ser essa a causa apontada pelo Sr. Queirós. Sebastião Pessanha, «por parte de D. José Pessanha» declara que a Igreja dos Paulistas (Santa Catarina) vai ser considerada monumento nacional; sobre o mesmo templo falaram, ainda, Queirós e Matos Sequeira que propôs — o que foi aprovado — que se officie ao Inspector das Bibliotecas e Arquivos acerca das péssimas condições em que se encontram os arquivos paroquiais de Santa Catarina e que sejam catalogados e arrecadados convenientemente os «roes» das descobertas, «cujo valor pôs em destaque»; Nogueira de Brito propôs, também, que se officie ao Sr. Júlio Dantas (das Bibliotecas e Arquivos) no sentido de «serem recolhidos» os livros das Câmaras Eclesiásticas. «É aprovado».

Falariam ainda sobre os mesmos assuntos Perry Vidal, Matos Sequeira, Nogueira de Brito e Ferreira Braga.

SESSÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1916

Queirós informou ter verificado, numa gravura contemporânea, «que a estátua equestre de D. José tem apenas os degraus actualmente visíveis e comunicou ter pedido ao governador civil «o rigoroso policiamento» do Largo do Carmo — tendo sido, amavelmente, atendido. A propósito da estátua de D. José, Perry Vidal declarou que uma parte do Terreiro do Paço é propriedade de um particular; D. José Pessanha informou, com prazer, que já terminaram as reparações promovidas na «Casa típica do Largo de Santo André» as quais «foram de pouca mon-

ta»; Matos Sequeira declarou ter elaborado, em tempos, um trabalho em que se indicava a maneira como se devia fazer a codificação dos monumentos de Lisboa, «instando para que se proceda a esse trabalho». D'Ornellas lembrou a conveniência de se elaborarem verbetes de cada uma das ruas onde se anotaria quanto a elas se referisse.

SESSÃO DE 8 DE DEZEMBRO DE 1916

Alberto de Sousa referiu-se a duas notícias do jornal «A Capital» protestando contra quem tentar lançar a dúvida sobre a competência do Sr. José Queirós, que foi encarregado desse trabalho (que não menciona). Propôs um voto de homenagem a Queirós, o qual foi aprovado por aclamação.

O Presidente agradeceu e declarou «não esperar receber tal pago, depois do muito que tem trabalhado pelo nosso País». José Queirós felicitou, depois, Matos Sequeira — no que foi secundado pelos presentes — pela publicação do «excelente livro», «Depois do terramoto».

Ferreira Braga falou acerca de uma casa, na Rua da Procissão (¹), interessante por nela ter residido a Princesa Maria Francisca Benedita, fundadora do Asilo de Runa (Torres Vedras).

Matos Sequeira apresentou um projecto — que foi aprovado — destinado à inventariação das construções, de carácter artístico, da cidade de Lisboa.

D'Ornellas lembra que já foram distribuídos os diplomas aos expositores da «Exposição Ollisiponense».

Ribeiro Cristino e Perry Vidal leram algumas notas, que colheram, para a inventariação proposta pelo Sr. Matos Sequeira.

SESSÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 1916

Jesuino Ganhado declarou que a Câmara Municipal deliberou, em sessão, de 29.XI mandar retirar a Coroa Real que encimava o Chafariz do Intendente; Queirós informou que a Secção só teve conhecimento da deliberação camarária, em 8 de Dezembro, pelo que já era tarde para formular o seu protesto. O consócio Guimaraes sugeriu a José Queirós que a Associação proteste contra o estado deplorável em que se encontra a estação pré-romana de Briteiros, tendo Luis Bettencourt sugerido que, a propó-

sito, seja submetida uma proposta à Assembleia Geral; Jesuino Ganhado considerou o «assunto muito urgente» sugerindo, por isso, que a Direcção se ocupe dele, «visto se não saber se a Assembleia Geral se poderá reunir brevemente».

SESSÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1916

Queirós congratulou-se pelo «aparecimento da publicação «A Arte Religiosa em Portugal» e felicitou o consócio Alberto de Sousa «por ter vendido ao Chefe do Estado um quadro, da sua autoria», que esteve integrado na Exposição de desenho e aguarela, promovida pela Sociedade Nacional de Belas-Artes.

Alberto de Sousa agradeceu e perguntou se o Conselho de Arte e Arqueologia assentava já nalguma resolução acerca dos quadros do século XVI, existentes na Ermida dos Remédios. O Presidente respondeu que coisa alguma lhe constava, ainda, sobre o assunto. Por sua vez, D. José Pessanha declarou que o Dr. José de Figueiredo (do Museu de Arte Antiga) estivera, também, na Ermida dos Remédios onde examinou os quadros, mas que «não sabe, porém, mais nada».

Matos Sequeira sugeriu que seja ajardinado o terreno anexo à Igreja de Santa Luzia e preconizou a demolição do templo, pois é «absolutamente destituído de interesse». Queirós pediu que seja integrado no Museu da Associação «todo o pórtico lateral das Francesinhas, inclusivamente a parte de madeira».

Matos Sequeira ocupa-se, em seguida, da Quinta do Monte Olivete onde esteve D. Duarte «fugido à peste que grassava em Lisboa» e afirma ter já a confirmação dessa efeméride por informação do Sr. Pedro de Azevedo (Conservador da Torre do Tombo, investigador notável e historiador).

O Dr. Vergílio Correia associa-se ao voto de louvar a Matos Sequeira, aprovado na última sessão, pelo seu livro «Depois do terramoto».

SESSÃO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1916

Mena Júnior felicita José Queirós por ter sido encarregado de proceder à inventariação de todas as obras de cerâmica, especialmente azulejos, existentes no País e com valor artístico.

Nogueira de Brito propôs — e ficou exarado na acta — um voto de louvar ao

Sr. Rosendo Carvalho «pela forma artística como elaborou os projectos e dirigiu a construção de uma leitaria na Avenida da Liberdade».

SESSÃO DE 5 DE JANEIRO DE 1917

Presidiu Queirós, secretariado por Sebastião Pessanha.

Matos Sequeira lamenta que o antigo Palácio Castelo Melhor (actual Palácio Foz) «esteja descaracterizado pela série de estabelecimentos que mancham a sua fronteira». Queirós narra as diligências que efectuou em tempos, no sentido do Estado adquirir esse Palácio.

Matos Sequeira faz a entrega de mais algumas notas sobre o inventário de Lisboa. Por sua vez, Bettencourt exhibe uma aquarela de Coute, onde se vê a Estrela e a Estrelinha, actual hospital militar.

SESSÃO DE 12 DE JANEIRO DE 1917

Alberto de Sousa pergunta ao Presidente em que ponto se encontram os problemas do registo de azulejos da Rua dos Cegos e da Igreja do Menino-de-Deus; D. José Pessanha informou que a igreja vai ser declarada monumento nacional; Alfredo Guimarães declarou saber que o Ministro da Instrução despachou o pedido da Associação «de cédência dos motivos arquitectónicos, de interesse, do Convento das Francesinhas»; Vergílio Correia sugere que a secção se ocupe, exclusivamente, de assuntos sobre arqueologia lisbonense; Alfredo Guimarães fala do estado da

Torre de Belém e pede que, «a valer», se trate do assunto (¹⁴); Rodrigues Simões chama a atenção para as obras da Igreja de Santa Engrácia e salienta que, quanto à Torre de Belém, «entende que nada se conseguiu».

SESSÃO DE 26 DE JANEIRO DE 1917

D. José Pessanha informa que a Igreja dos Paulistas foi declarada monumento nacional. Trocaram-se várias impressões acerca da projectada «Exposição de Tapetes de Arraiolos». Alfredo Guimarães propôs que um pequeno cofre com os ossos do Condestável Nuno Álvares Pereira, que se conserva na Igreja de S. Vicente, seja guardado na Batalha.

SESSÃO DE 2 DE FEVEREIRO DE 1917

Matos Sequeira informou que foi publicado o «obituário de S. Roque», da autoria de Victor Ribeiro, com estudos importantes sobre medicina, pintura, etc.

Foi aprovada uma sugestão de Guimarães Navarro propondo uma visita de estudo ao Palácio da Bacalhoa; Perry Vidal informou que aparecerá, brevemente, uma revista de bibliografia histórica.

Além de outros assuntos, ventillou-se a inauguração, próxima, da Exposição de Tapetes de Arraiolos e a organização, «na próxima Primavera», de várias excursões de estudo.

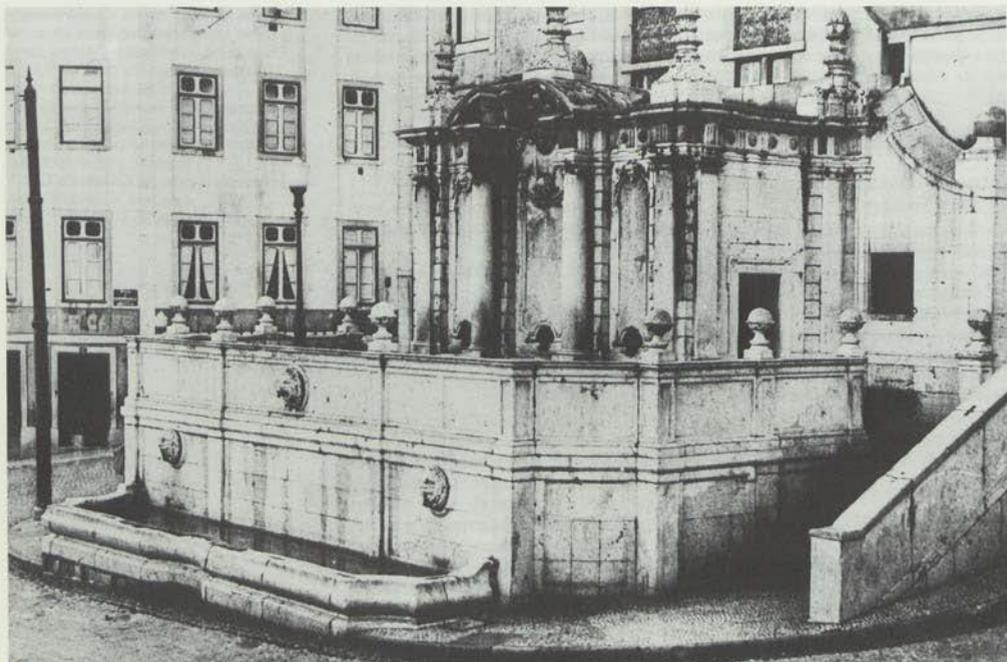
SESSÃO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1917

Foram ventilados diversos assuntos relacionados com a arqueologia lisbonense.

Estas curiosas contas de vidro «agri» foram romanticamente descritas como «fencidas» e «vitricadas», dentro duma perspectiva histórica típica da época.

Trata-se de exemplares feitos pelo processo das «camadas sucessivas» com forte coloração azul, branca e vermelha. De acordo com o inventário teriam sido encontradas em entulhos no local do Quartel da G.N.R. na Rua Nova da Estrela. Encontram-se guardadas no Museu do Carmo





O Chafariz da Esperança tem sido uma das peças mais notáveis da arquitectura monumental que caracterizou o abastecimento público de água. A gravura não abrange, infelizmente o remate do espaldar, mas vê-se, claramente o tanque destinado aos animais e um piso elevado para abastecimento directamente das bicas

O Presidente informou a existência, na Rua dos Bem-Casados, de duas casas com inscrições lendo-se, em uma delas, a data de 1622 (?); Matos Sequeira — num estudo que tem feito acerca da «Cruz das Almas» — diz que numa casa, desse local, existe uma pedra com as armas dos *Rebelos*. Voltando a usar da palavra, Matos Sequeira sugeriu a realização de uma visita ao Convento dos Marianos e a Campolide.

SESSÃO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1917

Presidente: José Queirós
Secretário: D. Sebastião Pessanha

O Presidente cumprimentou o Sr. Lage por ser a primeira vez que participa nos trabalhos da secção. O novo consócio agradeceu. Matos Sequeira tratou da casa da Cruz das Almas — de que já tinha falado na sessão anterior — e chegou à conclusão que a cruz, que deu o nome ao local, já existia desde 1618.

Por intervenção de Alberto de Sousa, houve troca de impressões acerca do painel de azulejos existente numa casa da

Rua dos Cegos. O Presidente deu conta das diligências efectuadas e informou saber que a casa vai ser vendida, pelo que pede a intervenção da Associação dos Arqueólogos na resolução do assunto.

Foi deliberado officiar à Câmara nesse sentido.

SESSÃO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1917

D. José Pessanha leu uma «representação» — a entregar à Câmara — acerca da casa da Rua dos Cegos. Foi deliberado que a mesma fosse entregue no dia 28 (4.ª feira).

Matos Sequeira referiu-se às obras da Rua dos Bacalhoeiros, acrescentando que «ainda ali se encontram vestígios do antigo cais».

SESSÃO DE 9 DE MARÇO DE 1917

O Presidente (Queirós) referiu-se à morte do Doutor Manuel de Arriaga — primeiro Presidente eleito da República

Portuguesa — lembrando a sua visita à Exposição Olisiponense, tendo ficado satisfeito ao saber que todas as peças de cerâmica expostas eram portuguesas, propondo que, em sinal de sentimento, se encerre a sessão — o que foi aprovado.

SESSÃO DE 16 DE MARÇO DE 1917

O Presidente referiu-se ao êxito alcançado pela Exposição de Tapetes de Arraiolos.

Foram tratados, depois, diversos assuntos internos da secção e das relações entre esta e a Assembleia geral.

Nogueira de Brito leu algumas notas, de grande interesse, extraídas do livro de óbitos da freguesia de S. Vicente, pelo que foi felicitado pelo Presidente.

SESSÃO DE 20 DE ABRIL DE 1917

Ficou assente a realização de visitas de estudo a diversos monumentos e locais de Lisboa.

SESSÃO DE 11 DE MAIO DE 1917

D'Ornellas congratulou-se por ingressarem brevemente, no Museu da Associação, algumas lápides, provenientes da Capela da Quinta da Ramada (no antigo carneiro ali existente).

O Presidente propôs — e foi aprovada — que a visita de estudo, comemorativa do feriado de 10 de Junho, se realize à vila de Sintra.

SESSÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1917

O Presidente deu as boas-vindas ao general Castelo Branco, João Perestrelo e Joaquim Fontes.

Matos Sequeira participa que «foram oferecidas à Associação umas contas vitrificadas, que devem ser fencias fazendo, a propósito, uma comunicação interessante». O mesmo orador sugeriu que se intensificassem as visitas de estudo em Lisboa, referindo-se ao compromisso, iluminado, da Ermida dos Remédios e aos seus quadros do século XVI.

Nogueira de Brito participa que foi encarregado, de colaboração com Matos Sequeira, de elaborar o «Roteiro Histórico de Lisboa».

O Dr. Xavier da Costa referiu-se à iniciativa e manifestou a esperança de que «nesse trabalho se faça a história rigorosa dos nomes das ruas de Lisboa».

SESSÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1917

O Presidente deu conta do estado em que se encontra o problema do Chafariz da Esperança. Por sugestão de Xavier da Costa — e por proposta do Presidente — foi encarregado o consócio D. José Pessanha de redigir uma notícia para os jornais acerca do Chafariz da Esperança, a fim de se acabar «com o enxovalho que fez dessa peça arquitectónica um lugar de fruta»; Matos Sequeira falou acerca da remoção dos túmulos, existentes na antiga Igreja do Salvador, e da necessidade de os mesmos serem transferidos para o Museu. Ficou resolvido submeter esse problema à apreciação da Direcção.

D. José Pessanha comunicou ter visitado as obras da Sé — da direcção do architecto Couto — e as descobertas ali feitas no lanço sul (do claustro). Por sugestão do Dr. Xavier da Costa — e proposta do Presidente — ficou assente uma visita às referidas obras, no dia 2 de Dezembro; Alberto de Sousa comunicou ter encontrado, na Biblioteca Nacional uma pasta contendo desenhos, «um dos quais mostrando a fachada Norte («até hoje desconhecida») do antigo Palácio das Cortes Reais — junto do Arsenal.

Um aspecto curioso do abastecimento do público no chafariz da Esperança. As carrancas que deitavam a água ainda eram as peças originais em bronze



SESSÃO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1917

Tratou-se do problema do Chafariz da Esperança (cujo objectivo consistia na remoção de duas barracas, construídas junto ao mesmo, prejudicando a sua visita e segurança).

Nogueira de Brito — referindo-se a uma observação de Ribeiro Cristiano — sobre o desaparecimento do azulejo da casa seiscentista da Rua dos Cegos pede que se realizem esforços no sentido do mesmo ser substituído através de uma reprodução; «o presidente deu informações acerca do estado da questão» e referiu-se ao abandono a que estava votada, em Sacavém, a Igreja da Purificação. A propósito, o general Castelo Branco informou acerca das diligências, que tem efectuado, com o objectivo desse templo ser declarado monumento nacional; o consócio Dr. Fontes (Joaquim) pede providências destinadas à conservação dos azulejos do Hospital de S. José; Mena Júnior informou que vão ser removidos para o Museu do Carmo alguns antigos túmulos da antiga Igreja do Salvador, e ter encontrado na Quinta da Baldaia, em Benfica, uma pedra com o brasão de armas do Infantado. Nogueira de Brito comunica ter observado, numa casa, em Santa Apolónia, azulejos do século XVIII. Ficaram assentes visitas ao coro da Madre de Deus e à Sé de Lisboa.

SESSÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1917

José Queirós (Presidente) — D. José Pessanha (Secretário)

O Presidente fez uma comunicação sobre uma pequena Capela, do século XVIII, descoberta na cerca do convento da Estrela.

Matos Sequeira deu notícia de uns azulejos do século XVII, existentes na estufa do Jardim da Estrela, em que há interessantes episódios de uma corrida de touros. O Dr. Xavier da Costa fez algumas considerações acerca da exposição de um quadro de Sequeira e sugeriu que «talvez nas «Memórias» de Beckford se encontre alguma alusão ao referido quadro» e se diligencie saber se em Inglaterra, na colecção daquele escritor, existem outros quadros do mesmo pintor.

Finalmente, Alberto de Sousa declarou que, em visita recentemente efectuada à Ermida dos Remédios, encontrou o arquivo em desordem, um dos

quadros do séc. XVI desconjuntado, etc., «o que mais uma vez prova que os esforços desta secção, em geral, são inefficazes».

Acerca do assunto, o Presidente prometeu intervir junto do Ministério da Instrução.

SESSÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1917

Presidente: Queirós
Secretário: Perry Vidal

João Perestrelo ofereceu à Associação um livro, da sua autoria, intitulado «O princípio da nacionalidade»; D. José Pessanha declara ter sido adquirido, pelo Conselho de Arte e Arqueologia, um trabalho do pintor Alberto de Sousa «integrado na Exposição de desenhos e aguarelas inaugurada, ontem, na Sociedade Nacional de Belas-Artes». O mesmo orador lamenta não ter, também, adquirido a aguarela representando a Casa do Despacho da Ermida dos Remédios, em Alfama, «onde se encontram, além de interessantes peças de mobiliário, alguns quadros portugueses quinhentistas» e propõe que na acta da sessão se exare um voto de louvor pelos trabalhos, fixando dois aspectos da Lisboa Antiga.

Queirós associou-se às palavras de D. José Pessanha e emitiu algumas considerações «acerca da necessidade de manter integros certos lugares reconhecíveis, pelo interesse artístico e arqueológico que oferecem».

Alberto de Sousa agradeceu as referências.

«O sócio Senhor Matos Sequeira»... (não continua).

SESSÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 1917

Presidente: Queirós
Secretário: Perry Vidal

Queirós informou estar a secção autorizada a realizar uma visita à Capela do antigo Convento da Estrela e «lembrou quanto são apreciáveis os lindos azulejos que ali se encontram».

Matos Sequeira forneceu indicações sobre leilões de quadros e obras antigas — «effectuados em tempos passados».

O presidente diz que se deslocou ao Ministério da Instrução a fim de participar, ao referido titular, o estado de abandono em que se encontra a Ermida dos Remédios. Ficou assente, com o secre-

tário do Ministro, que a secção elabore uma exposição de cuja redacção foi encarregado D. José Pessanha que leu, aos consócios presentes, o referido trabalho.

Por proposta de Perry Vidal foi o mesmo exarado na Acta.

FIM DO 2.º LIVRO DE ACTAS

(¹) Proposta de Jesuino Ganhado de que fosse criada a Secção de Arqueologia Lisbonense consta da acta da Assembleia Geral de 13 de Maio de 1912 (Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, a pág. 533 do n.º 11 do T. XII — Julho/Setembro 1912). (F. S.)

(²) Talvez «Olaris do Monte Sinay», a que é feita nota de recepção em «O Occidente», de 30 de Novembro de 1913. (F. S.)

(³) O «Diário de Noticias». (J. P.)

(⁴) O arco pertencia aos condes da Figueira os quais venderam por 6000\$00 à Comp.^a Carris. Esta empresa, para prolongar, em alguns metros, escassas dezenas de metros, a tracção de carros electricos, extinguiu o ascensor da Graça e obteve autorização para assentar os carris, através do Largo de Santo André, até ao Largo de S. Tomé — tal como se encontra hoje. (J. P.)

(⁵) Junto às actas encontram-se diversos recortes de jornais, de que podem destacar-se os que contêm artigos de André Brun, uns versos de Esculápio e a seguinte carta à redacção, publicada no «Século» e assinada por Vicente de Lisboa:

«Sr. redactor — Lá estão os alevins a contarem com a veneravel porta da cerca de D. Fernando. Passei por lá hontem e pude vêr o inicio da demolição e observar igualmente o especial cuidado, com que se resguarda o solar do sr. conde de Figueira, o vendedor d'aquelle vestigio historico que os azares da sorte puzeram ao alcance dos interesses de sua ex.^a»

Não sei se me indignou mais o vandalismo que a poderosa companhia está praticando a salvo e protegida pelo desleixo nacional se esse desvelo com que se protege o palacio do fidalgo que vendeu uma reliquia cidadã a troco de seis contos de réis, afora o resto.

Há em Portugal, dizem, uma coisa chamada opinião pública. Se isso é verdade, ainda não vi occasiã melhor para ella se manifestar e para que o povo, que é o verdadeiro dono e guarda dos monumentos da sua terra, defenda a todo o transe os poucos vestigios que restam da velha cidade.

Está a Propaganda a chamar turistas a Portugal e nós a darmos cabo de tudo quanto ha cá para vêr. Em que irá parar isto, sr. redactor?»

Já no «Diário de Noticias» de 16 de Março de 1910 se publicava uma carta de Júlio de Castilho respeitante à prevista demolição do Arco. Essa carta foi reproduzida no boletim da Associação (T. XII, 5.ª, série, n.º 1, 1910, pp. 58 e 59) e, parcialmente, em «O Occidente» de 10 de Junho de 1913.

Os versos de Esculápio e a carta transcrita foram publicados por «O Século» nos números de 2 e 3 de Junho de 1913. Este último número veicula também a interessante informação de ter declarado o eng.º Borges de Sousa, director da Companhia Car-

ris, que a mesma «está pronta a colocar um baixo relevo no cunhal do palácio, reproduzindo, fielmente, o estado actual do arco de Santo André, e tendo inscritas as suas dimensões, a data da sua demolição e quaesquer outras indicações que interessem aquele monumento histórico».

Já em 31 de Maio o mesmo jornal dedicava variada informação ao problema do arco de Santo André. Noticiava diligência no dia anterior efectuada pela Associação junto da Câmara Municipal. Em nota sobre o assunto afirmava estar «ganhando foros de caso do dia esta questão do Arco de Santo André». Informando ter a Carris decidido «substituir o velho elevador da Graça por veículos eléctricos», registava: «Os desconjuntados carroções verdes que por ali giravam desapareceram da circulação. O último que passou debaixo do histórico arco surpreendeu-o a fotografia que reproduzimos e que gentilmente nos foi fornecida pelo sr. Carlos Silva, proprietário da conhecida fotografia Fidelidade, na calçada de Santo André, 18 e 20». Registe-se também que, em 1983, no mesmo local e sob a mesma denominação, a fotografia, embora encerrada, lá continua (F. S.).

(*) Verifica-se pelo catálogo da Exposição que o Grupo 1.º se manteve, o 2.º se desdobrou em 2.º (Planos. — Plantas anteriores à transformação da cidade (1880) e 3.º (vistas e aspectos da cidade, seus bairros e monumentos), o 3.º, agora designado 4.º, pouco se alterou: a) Monografias; b) Roteiros, folhinhas, calendários, folhetos e mapas divisionários das paróquias; c) Crónicas e memórias acerca de edifícios civis e religiosos de Lisboa) e o 4.º, passando a 5.º, manteve o mesmo conteúdo. (F. S.)

(*) A. A. Gonçalves constituiu, em relação a Coimbra, um vulto paralelo ao de Mestre Júlio de Castilho para a capital; foi professor da Aula Livre de Desenho, director das obras de restauro da Sé Velha e, mais tarde, de Santa Cruz de Coimbra. (J. P.)

(*) No número do dia 29 e sob o título de «O Cruzeiro do Lumiar». Também Sousa Viterbo lhe dedicara uma nota (em que transcreve a carta de Castilho), publicada a pág. 159 a 161 do T. X do «Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes». (F. S.)

(*) Trata-se de Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira que se desempenhou do encargo em sessão solene efectuada em 23 de Novembro de 1913 e presidida pelo presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga. O trabalho na altura lido, intitulado «Um feixe de saudades», está transcrito a partir da pág. 91 do «Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes», T. XIII, N.º 3, 1914. (F. S.)

(*) Foi inaugurada em 24 de Março de 1914. O «Diário de Noticias» de 24 anuncia a inauguração da exposição, ilustrando o artigo em que o faz com reprodução da capa do catálogo da mesma. Em 25 dá notícia detalhada da inauguração feita pelo Presidente da República e com a presença de membros do corpo diplomático e diversas outras personalidades.

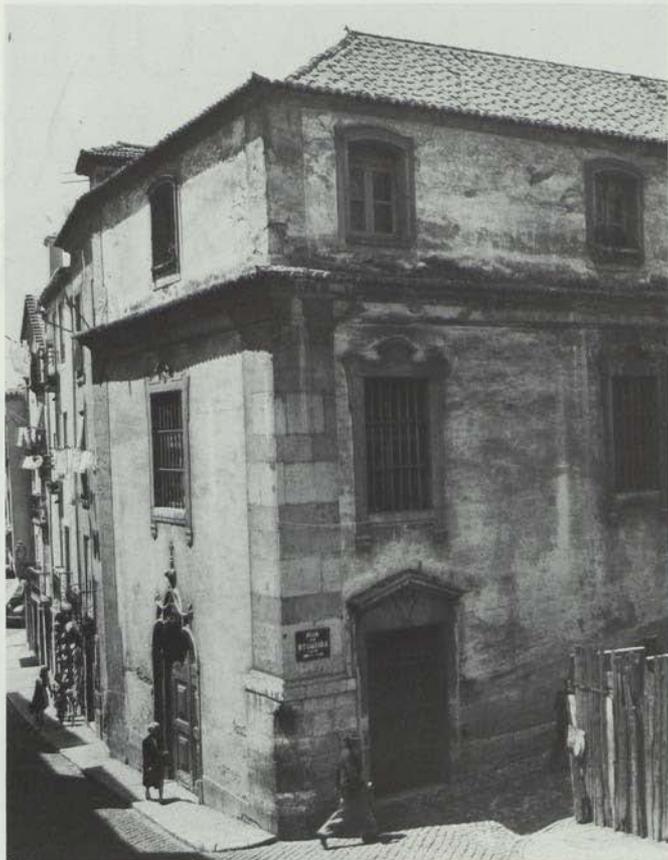
«O Occidente», no seu número de 10 de Abril, dá interessante e bem documentada notícia do acto. (F. S.)

(*) A ermida ergueu-se ao meio da Calçada de Santana, encostada à muralha fernandina. (J. P.)

(*) Dr. Alberto Osório de Castro. (F. S.)

(*) Actual R. Cecílio de Sousa (J. P.)

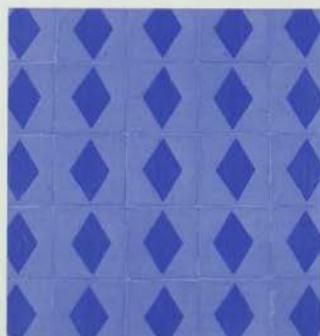
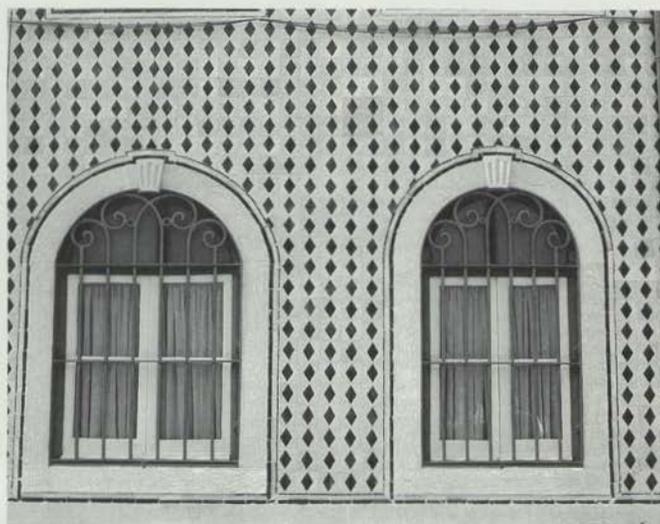
(*) Ao problema do inestético gasómetro plantado nas proximidades da Torre de Belém refere-se a «Revista de Turismo», pelo menos, nos seus números de 20 de Fevereiro de 1918 e de 20 de Julho, 20 de Setembro e 5 de Outubro de 1919; neste último faz referência a cartaz alusivo editado pela Associação. (F. S.)



A Ermida do Espírito Santo, em Alfama, é um dos temas de Lisboa que mais ocupou e preocupou os membros da Secção. O aspecto exterior que a gravura documenta não foi particularmente beneficiado pela passagem dos anos

Aspecto posterior da mesma ermida documentando reparações e adaptações. No interior do templo tinha fama a água de um poço de onde fora retirada uma imagem da Virgem, de onde a tradição de se chamar também «dos Remédios», esta pequena capela

AZULEJOS DE FACHADA EM LISBOA - III



Azulejos estampilhados
da Fábrica Viúva Lamego.
R. Pau de Bandeira, 60
- Fig. 16 a e b

c) IDENTIFICAÇÃO DAS FÁBRICAS DE ORIGEM

Os azulejos que ainda se encontram em muitas fachadas dos prédios de Lisboa tiveram origem em várias fábricas. Algumas delas mantêm-se em laboração, embora a sua produção esteja sobretudo orientada para cópias de padrões antigos e para painéis encomendados, como as Fábricas Viúva Lamego e Constância, em Lisboa, ou para a loiça doméstica, sanitária e decorativa como as fábricas de Sacavém em Lisboa e das Devezas no Porto. Outras, como a Olaria do Desterro e as fábricas de Campolide, Carvalhinho, Miragaia e Cavaquinho, fecharam há vários anos as suas portas. Mais recentemente, o mesmo aconteceu à Cerâmica Lusitânia, ao Arco do Cego, cujos terrenos foram vendidos a uma instituição bancária, correndo-se o risco de se perder mais um importante exemplar do nosso parque de indústria cerâmica.

O que é certo é que os azulejos de cada uma destas fábricas têm características próprias que, em muitos casos, nos permitem identificar a sua origem. Esta identificação baseia-se na recolha de numerosos elementos, uns objectivos e rigorosos, tais como a consulta de catálogos ou as marcas gravadas no reverso dos azulejos, outros mais incertos, tais como as técnicas de fabrico, os materiais utilizados, as dimensões, os desenhos e as cores, assim como os frisos e cercaduras que acompanham certos padrões.

Alguns azulejos podem ser facilmente reconhecidos graças à marca que apresentam no reverso da chacota, ou tardo. Sacavém, por exemplo, produzia azulejos cujo tardo, com canelado transversal, apresenta uma inscrição com o nome da fábrica e, esporadicamente, uma pequena coroa cuja forma sofreu algumas alterações ao longo dos anos.

No entanto, este tipo de marcação era bastante irregular e encontram-se hoje numerosos azulejos com o tardo canelado que são provavelmente da Fábrica de Sacavém, mas que não possuem qualquer inscrição.

A Fábrica do Desterro produzia também azulejos com o reverso canelado no sentido transversal, muito semelhantes aos da Fábrica de Sacavém e geralmente com a seguinte inscrição: «FÁBRICA DESTERRO - LISBOA».

Os azulejos produzidos pela Cerâmica Lusitânia apresentam um canelado em diagonal ou em cruz, em que se encontram inscritas as palavras: «CERÂMICA-LUSITÂNIA-LISBOA», ou apenas «LUSITÂNIA».

A Fábrica Viúva Lamego, uma das maiores produtoras de azulejos de fa-



Azulejos estampados da Fábrica de Sacavém,
R. Sociedade Farmacêutica, 9.

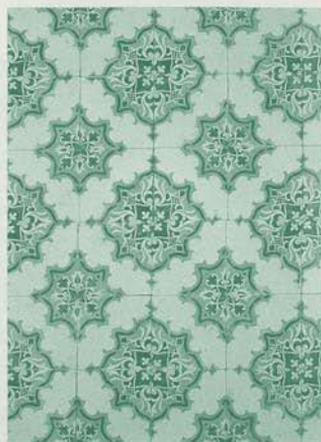
- Fig. 17 a e b





Azulejos estampados
da Fábrica de Sacavém.
R. Henrique Alves, 7

- Fig. 18 a e b



chada em Lisboa, só começou a marcar os seus azulejos por volta de 1942, o que torna difícil a identificação daqueles que foram fabricados no final do século passado e nas primeiras décadas deste. De facto, o reverso da chacota era completamente liso, tal como o das fábricas Goarmon e Constância, não existindo qualquer marca de referência à fábrica de origem.

Pelo contrário, a Fábrica das Devezas no Porto, que ao que sabemos sempre marcou os seus azulejos, fabricava uma chacota cuja face posterior, quadriculada (2,5 cm x 2,5 cm), se assemelha a uma «tablette» de chocolate onde se pode ler em maiúsculas: «A.A. COSTA & C.ª - F.ª DAS DEVEZAS».

Os poucos azulejos da Fábrica do Carvalhinho que encontramos, possuem um canelado transversal de cerca de 8 mm, bastante mais estreito, portanto, que o de Sacavém (que varia entre 1,5 cm e 2 cm), onde se pode ver a seguinte inscrição: «CARVALHINHO - PORTO».

Quanto aos azulejos da Fábrica de Faiança das Caldas, dos quais restam alguns exemplares em Lisboa, apresentam o tardo com estrias irregulares feitas por meio de um estilete.

Parte destes azulejos têm, no entanto, uma marca com a inscrição «F.F. Caldas» em que as três letras maiúsculas se encontram entrelaçadas e semi-sobrepostas, por vezes acompanhadas da indicação do ano em que foram produzidos.

Outras fábricas como Campolide, Miragaia, Cavaquinho, Sto. António do Vale da Piedade, produziram, igualmente, azulejos de fachada em grande quantidade. No entanto, não foi encontrado nenhum azulejo com a marca destas fábricas, sendo possível que alguns dos exemplares não identificados tenham sido por elas produzidos.

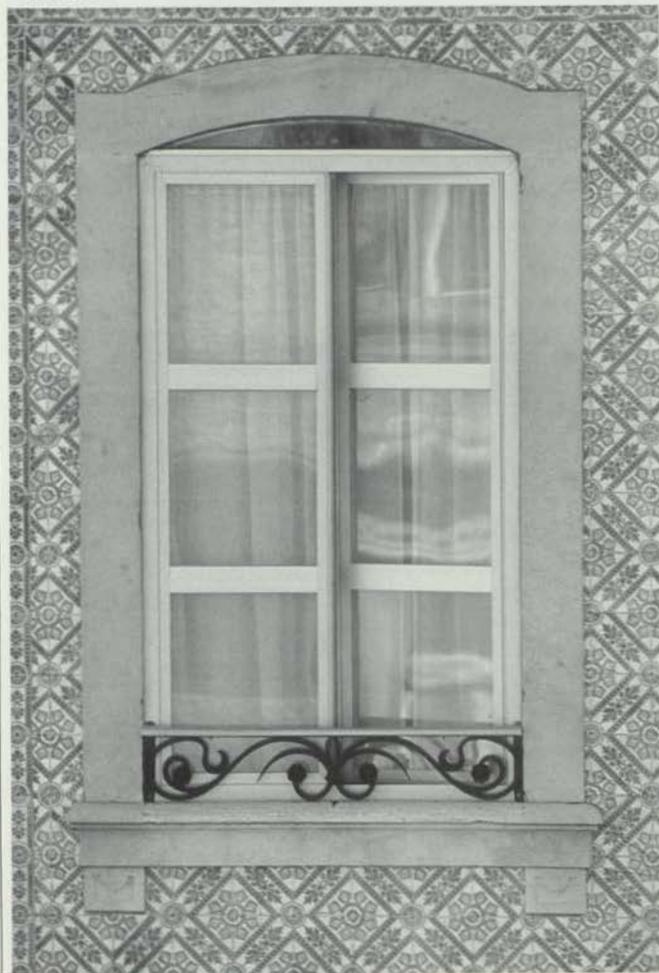
Mas se nem todas as fábricas marcavam os azulejos e se algumas apenas os marcavam esporadicamente, outras características respeitantes às diferentes técnicas de fabrico fornecem, por vezes, indicações orientadoras da origem dos vários exemplares.

Em primeiro lugar, o conhecimento da matéria-prima pode contribuir para identificar alguns azulejos. A argila utilizada no seu fabrico é um silicato de alumina hidratado, cuja cor natural é acinzentada e que pode apresentar tons mais ou menos avermelhados consoante a quantidade de óxido de ferro que contém. Obtém-se deste modo os chamados barro branco e barro vermelho. Por outro lado, a consistência e a plasticidade das argilas estão relacionadas com a percentagem de água que contém. As fábricas de Sacavém, do Desterro e Carvalhinho utilizavam o pó de pedra, de



Azulejos estampados da Fábrica do Desterro.
R. Gonçalves Crespo, 36

— Fig. 19 a e b



cor branca, constituída por uma argila sem ferro misturada com quartzo moído. Outras fábricas, entre as quais destacamos a Fábrica Viúva Lamego, em Lisboa, utilizavam uma mistura de barro branco e barro vermelho, provenientes, respectivamente, da zona de Monsanto e do Parque Eduardo VII, e da zona onde se situa, hoje, o Estádio da Luz. A massa da chacota adquiria, assim, uma cor tanto mais avermelhada quanto maior fosse a proporção de barro vermelho na mistura. A Fábrica das Caldas da Rainha usava um barro de cor bastante avermelhada que permite algumas vezes, para além doutras indicações, identificar os seus azulejos.

Também as diferentes dimensões dos azulejos podem fornecer indícios sobre a sua origem: as fábricas de Sacavém, Desterro e Lusitânia baseavam a sua produção no azulejo de 15×15 cm., enquanto a Fábrica Viúva Lamego produzia azulejos de dimensões mais reduzidas (13×13 cm ou 14×14 cm), o mesmo acontecendo com as fábricas das Devezas, Carvalhinho e Constância. Apenas foi encontrado um exemplar das Devezas com 15 cm \times 15 cm que, curiosamente, reproduz, através da técnica da estampilha, um dos desenhos mais frequentes dos azulejos estampados da fábrica do Desterro.

É claro que estas dimensões nem sempre são exactas devido à retracção do material, por efeito do calor, ser bastante variável. Mas aquilo que podemos dizer é que, dum modo geral, os azulejos de Sacavém, Lusitânia e Desterro são maiores do que os originários de outras fábricas.

Embora de menor importância e possuindo apenas um papel orientador, há que referir a maneira de cortar a chacota. Na Fábrica Viúva Lamego, onde a produção era mais artesanal, a chacota era cortada à faca, ficando os seus bordos ligeiramente biselados. Esta característica, ao permitir uma melhor penetração da argamassa no intervalo dos azulejos, proporcionava maior aderência à superfície onde eram colocados. Noutras fábricas, como por exemplo Sacavém, onde a produção era já mecanizada, a chacota era cortada à máquina, ficando os bordos e as faces dos azulejos perfeitamente ortogonais.

Um dos aspectos de maior interesse para a identificação dos azulejos diz respeito às técnicas de vidragem e pintura. As mais divulgadas em Lisboa eram a pintura sobre o vidro e a estampagem ou impressão a talhe doce.

Na primeira, a chacota era recoberta com um vidro opaco, de cor branca (opacificado com estanho) sobre o qual se aplicavam as tintas. Os azulejos eram decorados com desenhos habitualmente simples e pintados por um processo que



Tardoza da Fábrica do Desterro

Tardoza da Fábrica de Sacavém





Tardoz da Cerâmica Lusitânia

Tardoz da Fábrica das Devezas



consistia em colocar sobre o vidrado uma estampilha, ou seja, um papel alçaço oleado com linhaça, no qual estavam recortados os desenhos pretendidos. Passava-se o pincel com tinta sobre os recortes e, quando se levantava a estampilha, ficavam pintados no azulejo os desenhos correspondentes aos recortes. Para cada azulejo era necessário um número de estampilhas igual ao número de cores utilizadas. Era esta a técnica vulgarmente adoptada pela maioria das fábricas de Lisboa, nomeadamente Viúva Lamego, Lusitânia e Constância. Aos azulejos pintados com esta técnica dá-se o nome de estampilhados (fig. 15 a e b e 16 a e b).

Pelo contrário, as fábricas de Sacavém e do Desterro caracterizavam-se pela aplicação de vidrado transparente e pela utilização duma técnica diferente: a estampagem ou impressão a talhe doce. A técnica de estampagem consiste em imprimir previamente em papel o desenho pretendido por meio duma placa de zinco ou de cobre recortada e, seguidamente, passar para a chacota o desenho impresso (estampa ou decalcomania) por meio duma prensa. Por último, é aplicada uma camada de vidrado transparente. Embora algumas destas matrizes de metal fossem produzidas nas próprias fábricas, a maioria era importada de Inglaterra, o que explica, aliás, a semelhança entre as várias estampas utilizadas na decoração dos azulejos e os desenhos mais em voga em Inglaterra quer em papel de parede, quer em tecidos, quer também nalguns azulejos.

Os azulejos fabricados com esta técnica, ou estampados, distinguem-se facilmente dos estampilhados por serem monocromáticos, de cores neutras e mortijas e com desenhos de contornos nem sempre bem definidos, sugerindo a decoração da loiça doméstica ainda hoje produzida pela Fábrica de Sacavém (fig. 17).

Ao contrário dos azulejos estampilhados, nos quais tantas vezes se evidenciam as características próprias de cada fábrica, os azulejos estampados produzidos pelas fábricas de Sacavém e do Desterro têm características de tal modo semelhantes, quer no que diz respeito às dimensões, quer no que respeita aos desenhos e às cores, quer ainda no que se refere à técnica de fabrico, que em muitos casos só é possível distingui-los pela marca do tardoz. As figuras n.º 18 e n.º 19 mostram dois exemplos de azulejos estampados, um de Sacavém e outro do Desterro, ficando bem patente a semelhança dos estilos.

Outra técnica bastante utilizada pela Fábrica de Sacavém e por vezes pela Fábrica do Desterro consistia em decorar os azulejos não com tintas, mas cobrindo-os com vidrados de uma ou mais cores. Nesta técnica, o desenho era



Tardoz da Fábrica do Carvalhinho

Tardoz da Fábrica de Faiança das Caldas



marcado na própria chacota por um ligeiro relevo feito com um molde de metal ou madeira. Assim, era possível separar as várias cores do vidrado no caso dos azulejos serem policrómicos, ou conseguir um certo efeito de claro-escuro nos azulejos monocrómicos, já que o vidrado, ao escorrer, se concentra nas partes menos salientes do azulejo, colorindo-as mais intensamente. As cores vulgarmente utilizadas eram o branco, o verde, o castanho, o azul e o amarelo. Um bom exemplo da versatilidade e das potencialidades desta técnica está bem patente nos exemplos das figuras n.º 20 (a, b e c) em que apenas diferenças de cor produzem efeitos decorativos muito diversos.

Mas apesar de Sacavém e Desterro terem produzido este tipo de azulejo a que podemos chamar de «meio-relevo», foram as fábricas do Norte do País que se distinguiram pela produção do verdadeiro azulejo de relevo ou de «alto-relevo» de que a cidade do Porto é ainda hoje um precioso mostruário. Este tipo de azulejo era fabricado com um molde de gesso no qual era aplicado o barro, de tal maneira que o desenho, em geral representando folhas e flores, ficava saliente (fig. 21).

O facto destes exemplares não terem qualquer marca no tardoz, dificulta em muito a identificação da sua origem. Sabemos, no entanto, que foram produzidos por várias fábricas do Norte, das quais destacamos a fábrica das Devezas que parece ter iniciado este tipo de produção e as fábricas de Massarelos, Sto. António do Vale da Piedade e Carvalhinho. Nas fachadas de Lisboa, estes azulejos de relevo são raros, embora existam ainda alguns exemplares dispersos.

Ao falarmos do azulejo de relevo não podemos deixar de fazer referência aos exemplares produzidos pela Fábrica de Faiança das Caldas da Rainha, que se distinguem dos anteriores pelo tipo de relevo menos acentuado, e sobretudo pelo espírito dos desenhos, muitos deles de inspiração claramente hispano-árabe, outros deixando transparecer influências estéticas «Arte Nova» (fig. 22 e 23).

Mas para além do azulejo de relevo, as fábricas do Norte do País produziram sobretudo azulejo estampilhado, embora com algumas diferenças em relação à técnica lisboeta. Na verdade, muitas delas utilizavam a técnica da pintura sobre a chacota em que as tintas eram aplicadas directamente sobre o barro cozido, e depois cobertas por um vidrado transparente. Desta forma, as zonas não pintadas apresentavam a cor natural do barro, quase sempre amarelada (fig. 24). Esta característica permite algumas vezes distinguir estes azulejos dos exemplares estampilhados feitos em Lisboa, já que estes, como dissemos atrás,

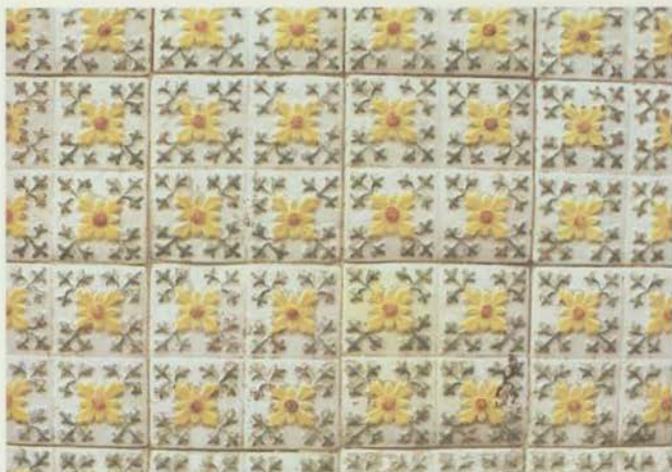


Azulejos estampilhados
da Fábrica Viúva Lamego.
R. da Estrela, 41
- Fig. 15 a e b



Azulejos em meio-relevo, com vidro
colorido, da Fábrica de Sacavém.
a e b - R. dos Anjos, 59
c - R. Conde das Antas, 100
- Fig. 20 a, b e c

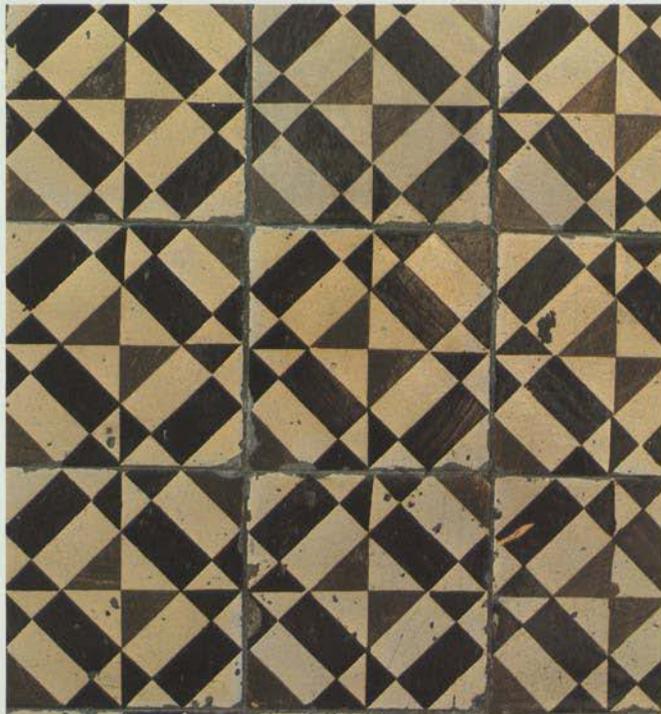




Azulejos em relevo
da Fábrica das Devezas.
R. dos Anjos, 1
- Fig. 21

Azulejos em relevo, estilo Arte Nova,
da Fábrica de Faiança das Caldas.
R. Ponta Delgada, 25
- Fig. 22

Azulejos em relevo, reproduzindo
motivo hispano-árabe, da
Fábrica de Faiança das Caldas.
R. Ponta Delgada, 25
- Fig. 23



Azulejos estampilhados
da Fábrica das Devezas. Pintura aplicada
sobre a chacota e recoberta
de vidro transparente.
R. do Abarracamento de Peniche, 2



Azulejos aerografados da Fábrica de Sacavém. Este desenho consta do catálogo da Fábrica Goarmon que provavelmente os produziu também. R. Sousa Martins, 17

— Fig. 25

Azulejos estampilhados da Fábrica Viúva Lamego.

Av. 24 de Julho, 3

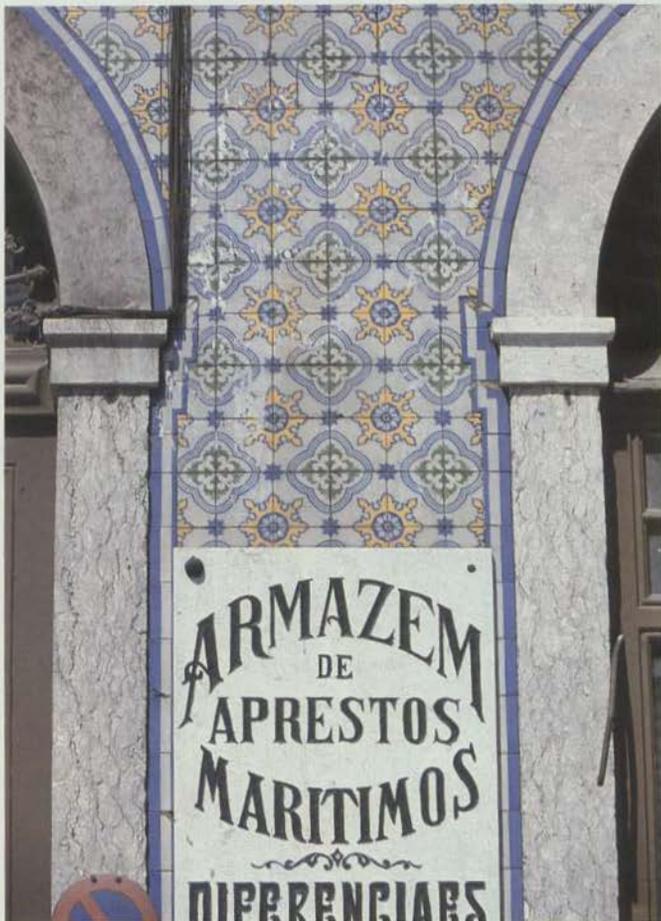
— Fig. 26

eram cobertos com um vidrado opaco, de cor branca, sobre o qual eram aplicadas as tintas.

Referiremos, por último, uma técnica relativamente rara, utilizada pela Fábrica de Sacavém: a aerografagem. Nesta técnica, as tintas são aplicadas à pistola sobre o vidrado branco, utilizando igualmente uma estampilha. Denomina-se também *decoração ao terceiro fogo* já que o azulejo vai três vezes ao forno, a primeira para cozer a chacota, a segunda para cozer o vidrado e a terceira para cozer as tintas. (fig. 25)

A grande maioria dos azulejos apenas vai duas vezes ao forno, uma para cozer o barro e outra para cozer o vidrado e as tintas de maneira a obter uma integração perfeita destes elementos através do calor. No entanto, nem todos os azulejos são cozidos à mesma temperatura. A decoração ao grande fogo, quer dizer a altas temperaturas (superiores a 800° C.) é utilizada por exemplo na pintura sob o vidrado transparente e na pintura sobre o vidrado opaco em cru. Há no entanto certos vidrados e certas tintas que exigem temperaturas mais baixas e por isso têm que ser submetidos a uma cozedura a fogo moderado, depois da chacota já ter sido cozida. A esta técnica de cozedura chama-se *decoração ao fogo de mulla*. É empregue sobretudo na decoração com vidrados coloridos e na pintura sobre o biscuito.

Mas para além das diferenças respeitantes às técnicas de fabrico propriamente ditas, existem ainda diferenças importantes no que se refere ao tipo de desenho e às cores utilizadas que permitem, em muitos casos, distinguir os exemplares provenientes do Porto e de Lisboa e, por vezes até, relacioná-los com a fábrica de origem. Na verdade, no

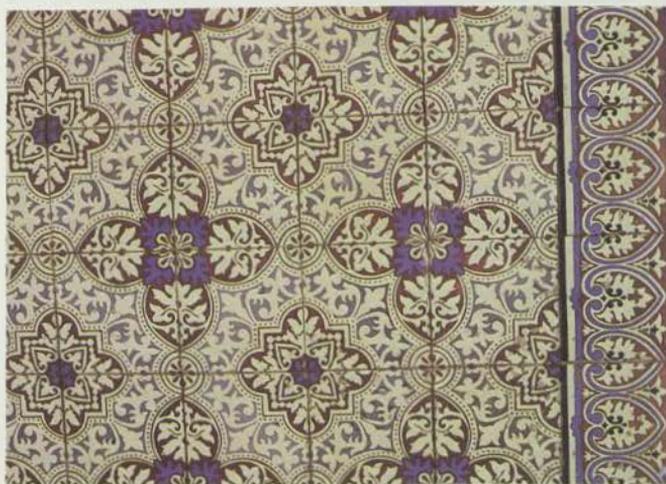




Azulejos estampilhados
da Fábrica das Devezas.
R. Vieira da Silva, 14
- Fig. 27 a e b



Azulejos estampilhados
da Fábrica das Devezas.
Este padrão foi produzido com algumas
variantes de desenho e de cor
pela Fábrica de Cerâmica
do Carvalhinho.
R. dos Açores, 30
- Fig. 28 a e b



que diz respeito ao azulejo estampilhado (já que o estampado se pode desde logo atribuir às fábricas de Sacavém ou do Desterro), as fábricas de Lisboa, particularmente a Viúva Lamego, utilizavam cores vivas como o azul forte, o amarelo e o verde, em desenhos simples, geométricos ou com elementos fitomórficos, de contornos bem definidos. (fig. 26) Em contrapartida, os azulejos provenientes das fábricas do Norte apresentam com maior frequência desenhos mais complexos e rebuscados, com predomínio de certas cores escuras como castanho, roxo, cor de vinho e preto. (fig. 27 e 28).

As várias tintas que se utilizam na decoração dos azulejos são obtidas através de óxidos e sais metálicos que possuem a propriedade de se dissolver à temperatura de fusão dos silicatos e aluminatos que entram na constituição dos vidrados. No entanto, uma das dificuldades da decoração da cerâmica em geral e dos azulejos em particular é o facto das tintas se alterarem com as temperaturas a que são submetidas e com a atmosfera oxidante ou redutora dos fornos, adquirindo por vezes tons bastante diferentes dos que tinham antes da cozedura. O óxido de cobre, por exemplo, numa atmosfera oxidante transforma-se em óxido cúprico dando tons verdes e, numa atmosfera redutora, transforma-se em óxido cuproso dando tons vermelhos. Pelo contrário, o óxido de cobalto que produz tons azuis não se altera com a atmosfera dos fornos. Dos óxidos de ferro, o mais utilizado é o óxido férrico, através do qual se obtém um tom amarelo torrado. O óxido ferroso, pouco usado devido à sua grande instabilidade, passa de avermelhado para esverdeado quando submetido a uma atmosfera oxidante. Os óxidos de cromo são, por outro lado, bastante utilizados na decoração da cerâmica em virtude de darem tintas verdes muito ricas que resistem às altas temperaturas. Também com o ácido crômico se podem obter tons amarelos e acastanhados e em associação com outros ácidos, tons que vão desde o rosa ao púrpura. Enfim, várias cores e matizes intermédios se podem obter a partir de óxidos de níquel, urânio ou titânio, combinados ou não com outras substâncias.

Do que temos vindo a dizer, pode concluir-se que as técnicas de pintura e vidragem adoptadas pelas várias fábricas tiveram influência decisiva no estilo de azulejaria por elas produzida.

Há ainda que fazer referência a outro elemento que adquire bastante importância na identificação de alguns azulejos. Trata-se da eventual existência de frisos ou cercaduras. Alguns destes elementos, produzidos em grande quantidade por determinadas fábricas, destina-



Azulejos estampilhados.
Padrão conhecido pelo nome de «crochet».
Foi produzido com variantes
de desenho, de cor e de técnica
em várias Fábricas:
Viúva Lamego, Cerâmica do Carvalhinho e outras.
Av. da República, 104
- Fig. 29

vam-se a ser aplicados com padrões muito variados. É o caso dos frisos de *galão*, de *corda* ou de *grega* e de várias cercaduras cuja origem se conhece, e que permitem presumir a origem dos azulejos a que estão associados.

Pode parecer, à primeira vista, que a identificação da origem de cada azulejo é relativamente fácil, devido à quantidade de elementos diferentes que caracterizam os exemplares das fábricas. De facto, assim não sucede.

Em primeiro lugar, para identificar qualquer marca na face posterior de um azulejo, é necessário tê-lo na mão, o que desde logo é difícil visto que os azulejos estão colocados nas fachadas. Os exemplares observados foram encontrados em vários armazéns de demolição, onde existem centenas senão milhares de azulejos provenientes dos prédios de Lisboa que vão sendo, pouco a pouco, mas persistentemente destruídos.

Cabe aqui fazer uma referência aos exemplares da Fábrica das Devezas que, quando por qualquer motivo (em geral devido ao estado de degradação dos prédios) se desprendem e caem, deixam marcado na fachada o quadricu-

lado inconfundível do tardoz. Foi deste modo que vários padrões nortenhos puderam ser identificados.

De certa utilidade para a identificação de numerosos azulejos foram também os contactos pessoais estabelecidos nalgumas fábricas e os elementos colhidos junto de antigos funcionários, que se lembram ainda de muitos dos padrões ali produzidos. Foi o caso da Fábrica Viúva Lamego onde, pese embora o facto de não existir nenhum catálogo da época para consulta e investigação, o testemunho pessoal de alguns artifices permitiu a identificação de grande número de exemplares que doutra maneira não poderia ter sido feita já que, como referimos atrás, esta fábrica só começou a marcar os seus azulejos por volta de 1942.

Também na Fábrica de Sacavém os contactos pessoais foram bastante úteis, não só pelos elementos fornecidos como também pela possibilidade de consulta do único catálogo existente e do acesso a alguns moldes que foram utilizados na produção de vários padrões.

Outros azulejos puderam também ser identificados através da consulta dos ra-

ros exemplares de catálogos das fábricas Lusitânia, Goarmon, Carvalhinho e Devezas.

Apesar de tudo o que foi dito, a identificação de grande número de exemplares continua a ser extremamente difícil e por vezes mesmo impossível: não só porque em numerosos casos o mesmo padrão foi produzido por várias fábricas com pequenas diferenças de desenho ou de tom, tal como acontece com o padrão conhecido pelo nome de *crochet*, (fig. 29) mas sobretudo porque algumas das fábricas que, no princípio do século, tiveram grande importância na produção de azulejos de fachada, deixaram de existir ou reconverteram a sua produção. Por isso são hoje raros os elementos de arquivo, registo ou mostruário da época que temos vindo a tratar.

Alguns exemplares ainda não definitivamente identificados podem com maior ou menor probabilidade ser atribuídos a determinada fábrica porque algumas delas conseguiram criar um estilo próprio, não só no que diz respeito à técnica de fabrico e ao tipo de decoração utilizada, mas também no que se refere à forma da aplicação nas fachadas.

A Fábrica Viúva Lamego, grande produtora do azulejo de fachada de Lisboa, dedicou-se à técnica de estampilha e foi a fábrica que mais se preocupou com a integração arquitectónica do azulejo, sobretudo através da utilização de frisos.

As fábricas de Sacavém e do Desterro dedicaram-se principalmente à produção do azulejo estampado e do azulejo de «meio-relevo», de vidrado colorido, utilizando por vezes cercaduras do mesmo tipo.

As fábricas do Norte, das quais destacamos a Fábrica das Devezas, produziram grande parte dos exemplares em alto-relevo embora fabricassem em maior quantidade azulejos estampilhados nos quais as tintas eram aplicadas directamente sobre o barro, característica que os distinguiu dos azulejos lisboetas.

As outras fábricas, de dimensões mais pequenas e de produção mais reduzida, não criaram um estilo suficientemente definido que permita facilmente distinguir os seus azulejos.

Diga-se a terminar que muitos azulejos ficam por identificar com os dados actualmente disponíveis. Esperamos que no futuro novos elementos venham a surgir que permitam o aprofundamento deste trabalho agora iniciado.

BIBLIOGRAFIA

VASCONCELLOS, Joaquim de, Indústria da Cerâmica - col. «Biblioteca de Instrução Profissional», 1907.

QUEIRÓS, José, Cerâmica Portuguesa - 2.ª ed., Lisboa, 1948.

LISBOA

VISTA PELOS ESTRAN- GEIROS

(LEVANTAMENTO
BIBLIOGRÁFICO
ATÉ AO FIM
DO SÉC. XIX)

Este trabalho, que se procurou tanto quando possível que fosse completo, não pretende ser um levantamento exaustivo. Muitas descrições de Lisboa terão sido objecto de obras ainda desconhecidas, de capítulos de livros de viagens, de cartas publicadas ou não, de trechos de romances até. Mas todas as listagens deste tipo têm uma primeira fase, porventura a mais arriscada em termos da crítica, mas também a mais útil em termos objectivos: é mais fácil completar alguma coisa já estruturada do que organizar uma bibliografia suficientemente representativa, conseguida ao fim de anos de trabalho de biblioteca, em que a consulta de catálogos e ficheiros vai resultando em agrupamentos vários de material realmente interessante ou simplesmente curioso.

Em termos históricos, a bibliografia estrangeira sobre Lisboa até ao fim do século XIX pode dividir-se em quatro grandes séries:

1.ª, iniciada aparentemente no século XVI, que inclui os relatos de quem, por razões várias, atravessou os Pireneus até ao Oceano ou desembarcou em Lisboa e fez porventura a viagem em sentido inverso;

2.ª, provocada pelo horror primeiro e pela curiosidade depois, subsequentes ao terramoto de 1755, por um período que podemos considerar até ao fim do século XVIII;

3.ª, forçada pelas circunstâncias políticas da Europa, menos literária mas talvez mais rica de vários pontos de vista que a maior parte da bibliografia descritiva de outras cidades ou mesmo países: as descrições feitas pelos oficiais franceses e sobretudo ingleses que as invasões napoleónicas trouxeram até nós;

4.ª, toda a restante literatura do género até ao fim do século XIX, obtida a partir de intenções diversas, na sua maior parte ainda ocasional, mas numa tónica romântica que não é demais realçar, na esteira de meia dúzia de estrofes byronianas de conteúdo mais ou menos controverso, mas sem dúvida influente.

Para uns cidade acolhedora, para outros lugar desprezível, mero ponto de passagem inevitável para quem viajava de barco da e para a Península, todos reconheciam, todavia, aquilo que viria a ser o seu grande cartaz turístico dos nossos dias: uma situação natural privilegiada e um clima que, para quem vinha dos países frios do Norte, era quase paradisíaco.

É já de 1907, por isso não consta da listagem agora apresentada, que tomou como limite máximo o final do século XIX, uma obra extremamente interessante — esta entusiástica — de A. C. Inchbold, intitulada *Lisbon & Cintra*. Merecem ser transcritas as suas primeiras frases, que tomam dois versos de Camões como ponto de partida:

«E tu, nobre Lisboa, que no mundo facilmente das outras és princesa.»

Lus., Cant. III, LVII

«Luz — sol — beleza — a atmosfera evocada por estes três dons da Natureza é transmitida por todos os nomes que têm sido dados a Lisboa desde eras tão remotas que abrangem a sua origem lendária em Ulisses. [...]

As mesmas ideias de luz e sol, os elementos essenciais para um clima ideal, se nos deparam no clássico e poético nome do país — Lusitânia.» (!)

Alguns autores, como a Duquesa de Abrantes, mulher de Junot, citam mesmo um rifão que em certas situações era difícil de aceitar:

«Quem não tem visto Lisboa, não tem visto coisa boa», que, na obra *Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal, de 1808 a 1811*, inicia o texto, simultaneamente com a respectiva tradução: «Qui n'a pas vu Lisbonne n'a vu rien de beau en ce monde».

Outros acham mais acertado um ditado — que possivelmente se perdeu — que estabelece um compromisso mais realista entre a beleza natural e os estragos que o homem lhe fazia:

«Tive muitas vezes ocasião de verificar, a propósito de Lisboa, a verdade deste rifão: que toda a cidade é bela menos o sitio onde a gente está! Na verdade, a distância nem sempre deixa notar as coisas mais ou menos repugnantes que, perto de nós, se mostram claramente.» (2)

A imundície fazia parte dos aspectos negativos que de um modo geral todos os viajantes notavam, com o consequente mau cheiro. Também a grande quantidade de cães vadios, a falta de iluminação e de policiamento, falta propícia aos assaltos, que na verdade eram muito frequentes, impressionavam desfavoravelmente. Por outro lado, a importância do Cabo da Roca (que para os marinhos britânicos foi sempre «the rock of Lisbon»), que implicava a ideia reconfortante de que o desembarque estava próximo, a disposição da cidade sobre

várias colinas, fechando em leque até ao mar, a vista de *Buenos-Aires*, a luz e o sol eram factores positivos que todos reconheciam.

Já quanto à afabilidade dos seus habitantes as opiniões se dividiam: de um modo geral, eram considerados acolhedores, mas houve quem os encarasse como uma escumalha cheia de defeitos, sobretudo quando na sua apreciação entrava em conta o aspecto religioso, que os europeus nórdicos que nos visitavam não dissociavam da Inquisição e dos autos-de-fé. São bastante coincidentes no modo como falam do seu «fanatismo», bem como nas críticas aos governos, fossem eles do Marquês de Pombal ou da Corte emigrada no Brasil e dos que a representavam na capital. É que aqueles que descreviam Lisboa não pretendiam observar a cidade apenas dos pontos de vista geográfico e arquitectónico: procuraram sempre alguma coisa que os movimentos culturais dos fins do século XVIII e princípios do XIX baptizaram de «pitoresco», e pitoresco era tudo o que fosse diferente em qualquer aspecto. Daí títulos longos e miscelâneos, como *A Picture of Lisbon, taken on the spot; being a description, moral, civil, political, physical, and religious, of that capital; with sketches of the Government, character, and manners of the Portuguese in general* (1811, 2.ª ed.).

Nessa visão geral que os autores pretendiam transmitir (*Historical, Military, and Picturesque Observations on Portugal*, de George Landmann, 1821) entravam com certeza — a menos que se tratasse de uma descrição muito curta — a população negra e as suas actividades, o execrando costume do *água-vai*, a vida retirada das senhoras portuguesas, o seu vestuário escuro e o uso da mantilha, o despotismo dos maridos, os aspectos hipócritas da religião tal como então se praticava, a sobriedade da arquitectura pombalina — que para alguns era miséria —, a ausência de grandes palácios e edifícios públicos, já anteriormente ao terramoto, o Aqueduto, a beleza e originalidade do Mosteiro dos Jerónimos. A um nível mais profundo, estas descrições incluíam já os aspectos comerciais, facilmente interessantes numa cidade que, além de capital, era o melhor porto do seu país. E depois os aspectos políticos, internos e externos — sobretudo externos, na longa série de relatos da época da Guerra Peninsular. O tipo e o grau de experiências aqui vi-

vidas, bem como o campo de actividades e a cultura de quem escrevia tiveram logicamente também a sua importância no modo como a cidade foi abordada e tratada.

E não só a cidade, mas também os seus arredores. Por vezes as descrições estendem-se até Cascais, mas incluem sempre Belém, que ainda no princípio do século XIX era tratado como aldeia independente, e — praticamente sem excepção — Sintra, o paraíso cantado por Byron com o lamento de ser «desperdiçado nos portugueses». O título que citei, de 1907, consagra a relação Lisboa-Sintra, mas pode dizer-se que todos os viajantes, qualquer que fosse a sua razão para estar em Portugal, arranjavam tempo para uma excursão a Sintra, excursão essa que muitas vezes ia até Mafra.

Curiosamente as descrições mais antigas desta bibliografia são alemãs, desde as cartas que os correspondentes do Conde Fugger mandaram para Augsburg, algumas com importantes relatos visuais dos acontecimentos que nas últimas décadas do século XVI abalaram a vida portuguesa, na sequência de Alcácer-Quibir. Por outro lado, as mais abundantes — num período mais tardio — são as inglesas, dada a permanência mais ou menos longa que os exércitos britânicos tiveram entre nós em alguns períodos do século XVIII e sobretudo no fim da primeira década do XIX.

Alguns destes textos têm uma importância que não é demais salientar:

— *Kurtze Jedoch Wahrhaftige Beschreibung der Vortrefflichen Weitberühmten Haupt-Stadt Lisboa in Portugal*, etc. (1751), pela antiguidade de uma descrição já bastante pormenorizada que utiliza inclusivamente um texto de 1594;

— *Description de Lisbonne* (Junho de 1755) e *Description de la ville de Lisbonne*, etc., de 1730, pela sua extensão e detalhe;

— *Explication de l'Estampe de Lisbonne*, etc., por ser talvez o último texto anterior ao terramoto;

— *Kurzverfaste Beschreibung der vortrefflichen, mächtigen und reichen Haupt- und Residenz-Stadt Lissabon*, etc. (1751) e as *Lettere d'un Vago Italiano* (1751), por serem talvez as primeiras descrições da cidade após a catástrofe de 1755;

— o célebre *Tableau de Lisbonne*, de 1798, incluído na obra de Carrère *Voyage en Portugal*, etc., possivelmente a

primeira grande descrição sistemática da cidade.

Omitiram-se nesta bibliografia, salvo raras excepções que podem dar uma ideia de como o tema foi tratado nas várias épocas, os compêndios de geografia, guias ou outras descrições com carácter de divulgação, algumas com descrições pormenorizadas, outras com breves referências apenas:

«Lisbonne en est capitale, port magnifique sur la mer de l'Océan occidental, et près du fleuve nommé le Tage, que, dit-on, roule de l'or dans ses flots.» (1751)

Não é difícil fazer esse levantamento, que completará um dia esta visão mais ou menos «turística», pessoal, que agora se pretende apresentar da cidade que, sobretudo para os lisboetas, «facilmente das outras é princesa».

No que se refere às obras que não tratam exclusivamente de Lisboa, está dada a indicação das páginas em que a cidade é descrita. No caso de relatos de viagens que não puderam ser consultados, apenas foram incluídos nesta listagem aqueles que se sabe contem com certeza alguma descrição de Lisboa.

1 — *Abhandlungen der Königlichen Schwedischen Academie der Wissenschaften*.

Traduzido do sueco por A.G. Kästner. Fala-se de Lisboa no vol. XXX, pág. 303.

2 — *An Account of the City of Lisbon*, As it stood before the 1st of Nov. 1755. And of the Customs, Manners, &c. of the Inhabitants.

Trata-se de uma descrição em 12 páginas apenas a uma edição de Dublin, 1756, da obra de Fielding *A Journal of a Voyage to Lisbon*.

3 — *Anmärkingar öfver Portugal*. (Por) Carl Israel Ruders. Estocolmo, 1803.

Obra anterior à que António Feijó traduziu em 1907-1909.

4 — *The Ancient and Present State of Portugal*. Containing the Description of that Kingdom, its Former and Present Division, the Manner of the Cortes or Parliament, its several Names, Forts, Rivers, Lakes, Baths, Minerals, Plants and

other Product; Religious and Military Orders, Prelates, Nobility, and Great Officers, Prime Families, Courts and Councils; the Language, Coins, Antiquities, Famous Writers, and Other Great Men. Also a Curious Account of the Inquisition, and of all the Towns and Rivers in the Kingdom, besides some of the Chiefest on the Frontiers of Spain. With an Index, and a Map of Portugal and Spain. By a Gentleman who Resided some Years in that Country (John Stevens). London, J. Nutt, 1706.

A descrição de Lisboa encontra-se nas págs. 176-193.

5 — *Beschryving van Spanjen en Portugal*; (etc.). Te Leyden, By Pieter Vander Aa, MDCCVII.

As referências a Lisboa encontram-se nas págs. 21-30 e são facilmente localizáveis pela consulta do índice remissivo.

6 — *Beyträge zur Völker- und Länderkunde*. Von Sprengel und Forster. Lisboa é referida no vol. VII, pág. 13.

7 — *Costume of Portugal*. (Por) Henry l'Eveque, 1814.

Trata-se de um álbum de gravuras a cores de figuras típicas, muitas delas de Lisboa. O texto explicativo é apresentado em francês e inglês.

8 — *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814*, Suivi d'un Mémoire politique concernant la Constitution promulguée par les Cortès à Cadix, Et d'une Notice sur l'état moderne des Sciences mathématiques et physiques en Espagne. Ouvrage dédié au Roi par Ch.-V. d'Hautefort. Paris, Delaunay, 1820.

A descrição de Lisboa aparece nas págs. 4-58 e inclui considerações sobre a cultura.

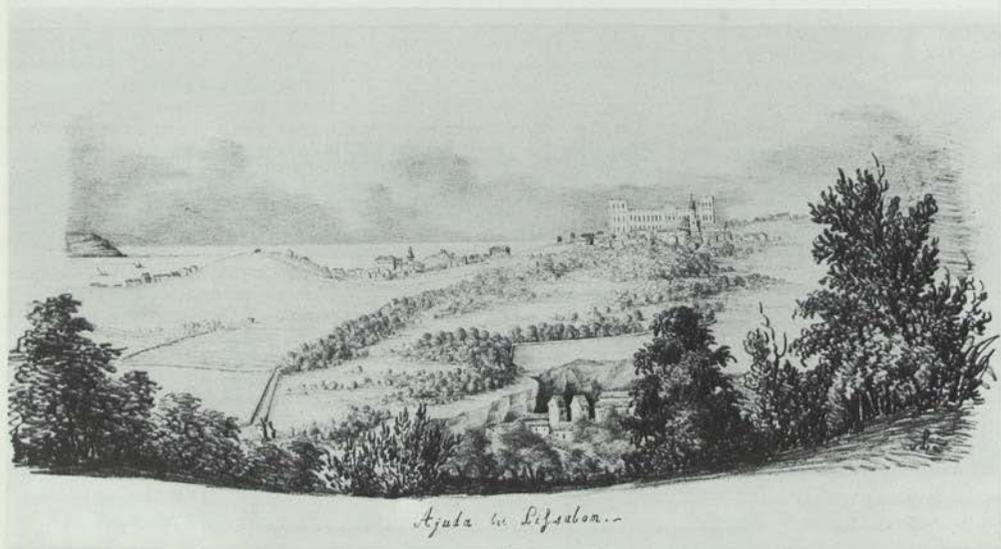
Vista de Lisboa incluída na obra de Colmenar
de Colmenar
*Les Delices de l'Espagne
et du Portugal*
Obra n.º 9





Palácio Real de Lisboa
(Colmenar, *Les Delices*)
Obra n.º 9

Vista da Ajuda incluída na obra
Erinnerungen aus Portugal and Spain
Obra n.º 16



9 — *Les Delices de l'Espagne & du Portugal* où l'on voit une description exacte des antiquités des provinces, de la religion, des moeurs des habitants, de leurs fêtes, par Juan Alvarez de Colmenar. A Leyde, Vander, 1707.

Nouvelle édition, revûe, corrigée & beaucoup augmentée. A Leyde, Chez Pierre Vander Aa, MDCCXV.

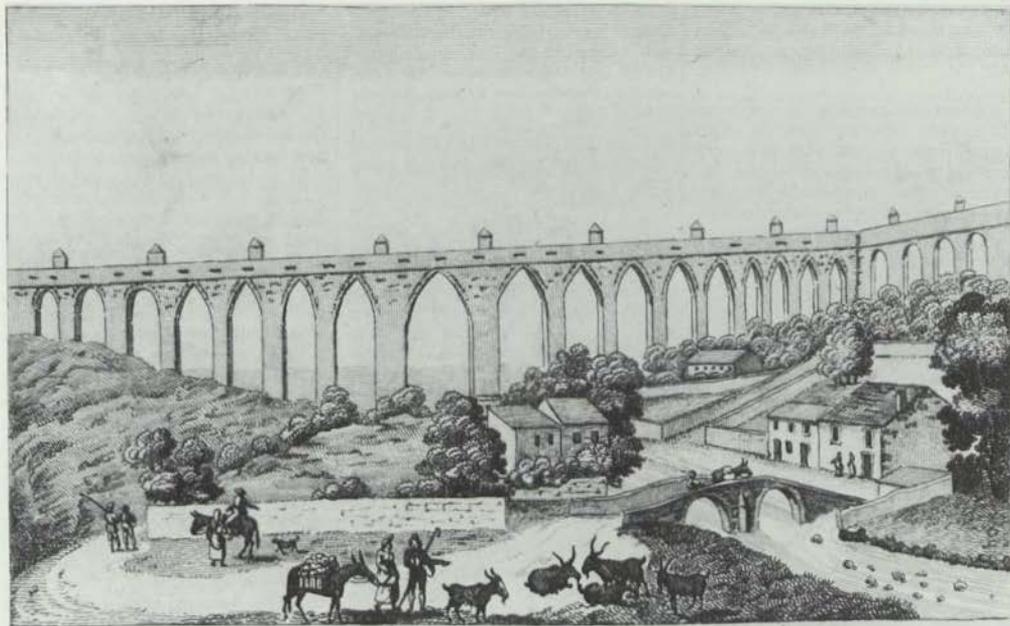
Nesta última edição, Lisboa é descrita no tomo V, págs. 747-771.

10 — *De Madrid á Oporto pasando por Lisboa*. Diario de un caminante por Modesto Fernandez y Gonzalez. Madrid, 1874.

Pormenorizado índice remissivo.

11 — *Descripcion geográfica, física, política, estadística, literaria del Reino de Portugal y de los Algarbes, comparando con los principales de Europa*. Extractada del *Ensayo Estadístico* del mismo reino, publicado por Adriano Balbi en Paris en 1822 y de otras obras; y aumentada con noticias originales mas recientes, tanto sobre este reino, como en las comparaciones que se hacen con el de Espana. Por Don José Marúgan y Martín. 2 tomos. Madrid, en la Imprenta Real, 1833.

V. n.º 18.



Aqueduc d'Alcantara.

O Aqeduto — Gravura incluída na obra
L'Espagne et le Portugal
Obra n.º 17

12 — *Description de la ville de Lisbonne* où l'on traite de la cour de Portugal, de la langue Portugaise, & des Mœurs des Habitans; du Gouvernement, des Revenus du Roi & de ses Forces, par Mer & par Terre; des Colonies Portugaises, et du Commerce de cette Capitale. A Paris, chez Pierre Prault, 1730.

Uma das mais longas e completas descrições. Foi traduzida e anotada por Castelo Branco Chaves para a Série Portugal e os Estrangeiros, Biblioteca Nacional, em 1983: *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*.

13 — *Description de Lisbonne*, extrait de *Journal de la Campagne des Vaisseaux du Roy en 1755*.

Conhecida por uma cópia manuscrita do fim do século XIX.

Publicada in *Bulletin des Etudes Portugaises*, nouvelle série, t. 26, 1965: «Une description de Lisbonne en Juin de 1755 par le Chevalier des Courtils».

Présentation par Jacques Aman. Notes par Albert-Alain Bourdon.

O texto, um dos últimos escritos antes do terramoto, ocupa as págs. 145-164.

14 — *Description de l'Univers*, (etc.) Par Allain Manesson Mallet, Maître de Mathématiques des Pages de la petite Escurie de sa Majesté, cy-devant Ingénieur & Sergent Major d'Artillerie en Portugal. A Paris, M.DC.LXXXIII.

As referências a Lisboa encontram-se no tomo IV, págs. 310-328.

15 — *The diary of an invalid; being the journal of a tour in pursuit of health; in Portugal, Italy, Switzerland, and France*, in the years 1817, 1818, and 1819. By Henry Matthews. London, 1820.

Lisboa e Sintra são descritas nas págs. 10-29.

16 — *Erinnerungen aus Portugal und Spanien*. Erstes Heft. Portugal.

Trata-se de uma série de gravuras acompanhadas de texto.

A Lisboa referem-se os n.ºs 2-6.

17 — *L'Espagne et le Portugal*, ou mœurs, usages et costumes des habitans de ces royaumes. Précédé d'un précis historique par M. Breton. Ouvrage orné de cinquante-quatre planches représentant douze vues et plus de soixante costumes différens, la plupart d'après des dessins exécutés en 1809 et 1810. 6 tomes. Paris, A. Nepveu, 1815.

A descrição de Lisboa, incluindo um capítulo dedicado apenas ao Aqeduto, aparece no vol. VI, págs. 109-129.

18 — *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi

les portugais des deux hemisphères dédiés à sa Majesté Très-Fidèle par Adrien Balbi. 2 tomes. Paris, Rey et Gravier, 1822.

Contém uma descrição de Lisboa no vol. II, págs. 169-180, além de várias outras indicações estatísticas e das importantes e minuciosas referências feitas no «Tableau alphabétique des fabriques et manufactures existantes en Portugal au commencement de 1821», no vol. I, págs. 446-462. V. n.º 11.

19 — *Etat présent du royaume de Portugal*, en l'année M.D.CC.LXXVI. [Pelo general Charles François Dumouriez] 4 livres. A Lausanne, chez François Grasset, M.D.CC.LXXVI.

Encontram-se referências a Lisboa sobretudo no Livro I, págs. 28-33, e IV, págs. 174-179.

Há outra edição: *Etat présent du Royaume de Portugal*. Nouvelle édition corrigée et considérablement augmentée. Hamburgo e Veneza, 1763.

Há tradução inglesa: *An Account of Portugal* as it appeared in 1766 to Dumouriez, since a celebrated General in the French Army. Printed at Lausanne in 1775. 4 books. London, 1797. Há também uma tradução alemã: *Gemälde von Portugal*. Leipzig, bey Jacobäer, 1797.

As referências a Lisboa estão no Livro I, págs. 32-36, e IV, págs. 162-166.

20 — *Etat du Royaume de Portugal* en l'année 1766. Lausanne, 1775.

Há uma tradução alemã editada em Berna.

21 — *Explication de l'Estampe de Lisbonne* avec une description succincte des curiosités & evenemens mémorables de cette Ville.

O volume pertencente ao fundo Vieira da Silva e existente no Gabinete de Estudos Olisiponenses tem escrito à mão a nota «1755, Pouco antes do Terramoto».

22 — *Fair Lusitania* with twenty illustrations from photographs. By Catherine Charlotte Lady Jackson. London, Richard Bentley and Son, 1874.

Lisboa aparece nas págs. 14-162.

Foi traduzida por Camilo Castelo Branco em 1877: *a Formosa Lusitânia*.

23 — *Fragment einer physikalischen Geschichte der Erde, oder Beschreibungen merkwürdiger Höhlen, Grotten, Gänge und Klüfte im Innern der Erde, von Rosenmüller und Tilesius*. Leipzig, 1798.

Inclui uma representação do vale de Alcântara, onde está construído o Aqueduto.

24 — *A General View of the State of Portugal*; containing a topographical description thereof. In which are included an account of the physical and moral state of the kingdom; together with observation on the animal, vegetable, and mineral productions of its colonies. The Whole compiled from the best Portuguese Writers, and from Notices obtained in the Country, By James Murphy. Illustrated with plates. London: Cadell and Davies, 1798.

Há várias referências a Lisboa, localizáveis a partir do índice remissivo.

25 — *The great earthquake at Lisbon*. By the Rev. Charles Davy. 1832, incluída nas «Letters on Literature», publicadas por *Penny Magazine*.

Foi também incluída em *Fifty-two stories of Life and adventure for boys*. Edited by Alfred H. Miles. London, 1895, bem como em vários jornais literários em Inglaterra e noutros países.

Mais do que é vulgar nos relatos do terramoto, dá minuciosas indicações sobre a cidade.

26 — *Guide du voyageur à Lisbonne*. Histoire, monuments, moeurs, par Olivier Merson. Paris, Hachette et C.ª, 1857.

27 — *A Handbook for Travellers in Portugal*. With a travelling map. Second edition, 1856; third edition, 1875. London, John Murray.

Fala-se de Lisboa nas págs. 1-34.

28 — *Historical, Military, and Picturesque Observations on Portugal*, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war. By George Landmann Lieut - col. in the corps of royal-engineers, etc. In 2 volumes. London, Cadell a. Davies, 1818. 2.ª ed. 1821.

É uma edição monumental, formato 38x28, dedicada a D. João V. Lisboa é descrita no vol. II, págs. 1-26.

29 — *Italy; with Sketches of Spain and Portugal*. By the author of «Vathek» [William Beckford]. In two volumes. London, Richard Bentley, 1834.

Lisboa é descrita no vol. II, págs. 23-103.

30 — *Itinéraire de l'Espagne et du Portugal*. Contenant: 1.º Des Instructions sur la Manière de voyager dans ces pays; 2.º L'Indication des Relais de Poste sur toutes les routes fréquentées par la Poste, les Courriers et les Diligences; 3.º La Topographie ou Description exactes des vues, sites, lieux pittoresques. Quatrième Edition. Soigneusement revue, corrigée et augmentée d'un Aperçu Géographique et Statistique de ces pays, donnant une analyse très détaillée et traduite de l'espagnol, du Précis de géographie physique et politique de Don Isidoro Antillon; Avec la nouvelle division des Cortès; Ornée d'une carte routière, d'après Lopès et Tofino. Paris, Hyacinthe Langlois, Libraire et Geographe, 1823.

A descrição de Lisboa surge nas págs. 100-104.

31 — *Itinéraire Descriptif, Historique et Artistique de l'Espagne et du Portugal*. 2^{ème} édition entièrement refondue. Paris, Hachette, 1866.

Lisboa é descrita nas págs. 782-790.

32 — *Journal der Kunstgeschichte*. Von Murr.

Mencionado numa bibliografia de 1804.

Há referência a Lisboa na parte XIII, pág. 128.

33 — *Journal of a few months' residence in Portugal*, and glimpses of the south of Spain. [Por Dorothy Wordsworth] In two volumes. London, Edward Moxon, 1847.

Há referências a Lisboa no início do vol. II.

34 — *Journal of a regimental officer during the recent campaign in Portugal and Spain under Lord Viscount Wellington*. With a correct plan of the battle of Talavera. London, 1810.

A descrição de Lisboa é breve, mas tem interesse.

35 — *A Journey from London to Genoa through England, Portugal, Spain and France.* et cet. By Joseph Baretti. 4 volumes. London, MDCCLXX.

Não consegui localizar o original. Trata-se de uma obra diferente da n.º 39.

Há tradução alemã de J. J. Köler. 2 vols. Leipzig, 1772 e francesa: *Voyage de Londres à Gènes. Passant par l'Angleterre, le Portugal, l'Espagne et la France.* Traduit de l'Anglois sur le troisième Edition en quatre Volumes. Amsterdam, 1777.

36 — *Kurtze/Jedoch Wahrafftige Beschreibung Der Vortrefflichen/Weitberühmten Haupt-Stadt Lisboa in Portugal Welche Vor Zeiten der Könige von Portugal Residenz gewesen/Jetziger Zeit aber dem König in Hispanien Unterthan /und Gehörig ist.* Was' alda vor eine herrliche/schöne Gelegenheit zuwohnen: Waß der Einwohner Religion, Sitten /und Gewohnheiten/auch wie sichs sonst alda Verhält/und zu gedeencken Wüdig ist: Auffß Kürzeste und Einfältigste Beschrieben Sampt einer kurzen Beschreibung etlicher Wunderbarlichen Völcker/so in Indien Wohnen/wie sie sich Verhalten/und was sonsten darneben zusehen ist/genommen aus einem Sendebriefff/welchen ein Geselle/mit Namē Christian Schmiedgen/im Jahr 1594. aus Ost-Indien/an seine Eltern uñ Freunde gen Lüneburg geschrieben. Auß Niedersächsischer in Hochteutsche Sprache gebracht/und in Druck vorfertiget/Durch Martinum Rüdigers/Von Chrimmizschau in Meissen/Allen der Peregrination Versuchten/und derselben Liebhabern zum Wolgefallen. Zwickaw/Gedruckt bey Melchior Göpnerm/im Jahre 1643.

37 — *Kurzverfaste Beschreibung der vortrefflichen, mächtigen und reichen Haupt- und Residenz-Stadt Lissabon im Königreiche Portugall.* Nebst einer ausführlichen Nachricht, wie solche den ersten November 1755. durch ein erschütterliches Erdbeben verderbet worden. Mit zweyen Kupfern, welche vorstellen, wie die Stadt in ihrem Flor gestaltet war, und wie Sie gegenwärtig in den Ruinen liegt. Frankfurt und Leipzig, 1756.

38 — *Lettere d'un Vago Italiano Ad un suo Amico.* Tomo III. Pittburgo, 1764.

Frontispício da obra n.º 36

**Kurtze/Jedoch Warhafftige
Beschreibung
Der Vortrefflichen/ Weitberühmten Haupt/ Stadt
Lisbona in Portugal
Welche Vor Zeiten der Könige
von Portugal Residenz gewesen/ Jetziger
Zeit aber/ dem König in Hispanien
Unterthan/ vnd Gehörig ist.
Was' alda vor eine herrliche/ schöne
Gelegenheit zuwohnen: Waß der Einwohner
Religion, Sitten/ vnd Gewohnheiten/ auch wie sichs
sonst alda Verhält/ vnd zugeedencken Wüdig ist: Auffß
Kürzeste und Einfältigste Beschrieben.
Sampt einer kurzen Beschreibung/ etlicher
Wunderbarlichen Völcker/ so in Indien
Wohnen/ wie sie sich Verhalten/ vnd was sonsten
darneben zusehen ist/ genommen aus einem
Sendebriefff/ welchen ein Geselle/ mit Namē
Christian Schmiedgen/ im Jahr 1594. aus Ost-
Indien/ an seine Eltern vñ Freunde gen Lüneburg
geschrieben. Auß Niedersächsischer in Hochteutsche
Sprache gebracht/ vnd in Druck vorfertiget/
Durch
MARTINUM Rüdigers/ Von Chrimmizschau
in Meissen/
Allen der Peregrination Versuchten/ vnd derselben
Liebhabern zum Wolgefallen.**

Zwickaw
Gedruckt bey Melchior Göpnerm/ im Jahr 1643.

2354

DE ESTUDOS
OLISIPONENSES



O Terramoto de Lisboa
Gravura incluída na obra a que
se refere o n.º 37.

Fala de Lisboa a Carta de 1 de Maio
de 1756, págs. 144-158.

39 — *Lettere Familiari* di Giuseppe
Baretti a suoi tre Fratelli Filippo, Giovan-
ni e Amadeo. 2 volumes. I, Milano,
1762; II, Venetia, 1763.

Há outra edição: — coll'aggiunta
delle Lettere Istruttive. Cremona Presso,
Luigi de Micheli, MDCCCXXXVII.

40 — *Letters from Barbary, France,
Spain, Portugal, &c by an English officer*
[Alexander Jardine]. In two volumes.
London, MDCCCLXXXVIII.

As cartas relativas a Portugal ocupam
as págs. 401-504 do vol. II. Há uma bre-
ve referência a Lisboa no cap. VI, págs.
462-479.

41 — *Letters from Britain and Spain.*
By Adam Neale. London, 1809.

42 — *Letters from Portugal and Spain*, written during the march of the British troops under Sir John Moore. [O nome do autor é Porter] With a map of the route, and appropriate engravings. London, 1809.

Lisboa é descrita nas págs. 1-67.

43 — *Letters from Portugal, Spain, and France*, during the memorable campaigns of 1811, 1812, & 1813; and from Belgium and France, in the year 1815. By a British officer. Edinburgh, 1819.

Lisboa é referida nas págs. 2-3. Trata-se de um texto com muito interesse, exprimindo uma visão de conjunto que vale a pena transcrever:

«But I must here inform you, that Lisbon visited, and Lisbon viewed at a distance, are not the same.

The latter is as superior to the former as the rays of the sun are to the glimmering of a farthing rush-light. — The latter vies in splendour with the finest city in Europe, while the former falls beneath the rank of the very lowest.»

44 — *Letters from Portugal, Spain, & France*, written during the campaigns of 1812, 1813 & 1814, addressed to a friend in England: describing the leading features of the provinces passed through, and the state of society, manners, habits &c. of the people. By S. D. Broughton. London, Longman, Hurst, Rees, Arme, and Brown, 1815.

A descrição de Lisboa, págs. 1-62, tem muito interesse e inclui aspectos da vida social.

45 — *Letters from Portugal, Spain and Germany in the Years 1759-61* by Christoph Hervey. London, 1785.

46 — *Letters on Portugal*. [Escritas em 1777]. London, 1778.

Há traduções francesa e alemã: *Lettres écrites de Portugal*, sur l'état ancien et actuel de ce royaume. Paris, 1780; *Briefe über Portugal*, nebst einem Anhang über Brasilien, aus dem Französisch übersetzt und mit Anmerkungen herausgegeben von Sprengel, Prof. der Geschichte in Halle. Leipzig, Weygand, 1782.

47 — *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*, by Robert Southey. With some account of Spanish and Portuguese Poetry. Bristol, 1797.

Lisboa aparece nas págs. 260-264.

Há mais duas edições sucessivas, de 1799 e 1808, com alterações no texto.

48 — *Lettres sur le Portugal*, Écrites à l'occasion de la guerre actuelle, par un français [Cormatin] établi à Lisbonne, avec des observations sur le voyage du Duc du Chatelet, et des détails sur les finances de ce Royaume. Publiées par H. Ranque. A Paris, Chez Desenne, [1801].

Fala-se de Lisboa na «Lettre V», págs. 57-75.

49 — *Lisboa en 1870*. Costumbres, literatura y artes del vecino reino. Por G. Calvo Asensio. Madrid, 1870.

50 — *Lisboa y los Portugueses*. Conferencia dada en el Fomento de las Artes, de Madrid, el 2 de Junio de 1888 por Don Rafael María de Labra, publicada en la «Revista Puertorriqueña». Porto Rico.

51 — *The Lisbon guide*, or an historical and descriptive view of the city of Lisbon and its environs, with notice of the chief places of interest in Portuguese Estremadura. Second edition. Lisbon, 1853.

É uma obra muito interessante e detalhada. Contém indicações históricas.

52 — *Lisbon in the years 1821, 1822, and 1823*. By Marianne Baillie. In two volumes. London, MDCCCXXIV.

Há tradução parcial (9 cartas) francesa, num manuscrito dos «Reservados» da Biblioteca Nacional de Lisboa: *Lisbonne dans les années 1821, 1822 & 1823*, par Marianne Baillie en 2 Volumes (avec une vue de la Tour de Belem, copie d'une gravure de M. B. Comte, sur un dessin de Mr. T. H.). Londres. J. Murray — Rue d'Albermarle 1824. Traduit de l'Anglais par J. F. E. 1825. Tem a seguinte dedicatória: «Au très Honorable Comte Chichester, à la bonté duquel ils doivent leur existence, ces Lettres sont respectueusement dédiées, et avec beaucoup de reconnaissance par les Auteurs.

53 — *Lisbonne*. Par Armand Dayot. In «Les Capitales du Monde». Paris, Hachette, 1892.

54 — *Lisbonne et le Portugal*. Par I. Pourcet de Fondyre. Paris, 1846.

A viagem que deu origem ao livro foi feita em 1842. A descrição de Lisboa ocupa as págs. 1-70. Contém muitas indicações pitorescas e históricas, sobretudo a respeito do Marquês de Pombal.

55 — *Lisbonne et les Portugais*. Par Ollivier de la Blairie. Paris, Corréard, 1820.

A descrição foi feita em 1805, e o seu autor era oficial.

56 — *Lisbonne. Souvenirs de Voyage*. Par Ch. de Franciosi. Lille, 1884.

57 — *Lissabon*. [1804, segundo indicação existente na capa encadernada].

Trata-se de uma descrição que ocupa as págs. 634-672 de uma enciclopédia. Encontra-se no fundo Vieira da Silva, actualmente no Gabinete de Estudos Olisiponenses. É a única das descrições aqui referidas que inclui uma extensa bibliografia sobre Lisboa.

58 — *Lissabon und seine Umgebungen*. Nebst einer kurzen historischen Beschreibung von Portugal. Mit einer Ansicht und einem Plane von Lissabon und einer Charte von Portugal. Dessau und Leipzig, bei Georg Voß., 1808.

As três gravuras fazem parte de um desdobrável que inicia a obra.

59 — *Lissabon*, wie es ohnlangst noch im schönsten Flor gestanden, am 1. November des 1755ten Jahres aber durch ein entsetzliches Erdbeben in einem Stein-Hauften verwandelt worden, etc. Stolpen, 1756.

60 — *Die Macht des Portugiesischen Scepters* / Oder Umständliche Beschreibung des Königreichs Portugal / Nach dessen Natur-Gütern alten Einwohnern / König / Verfall unter Spanien / Wieder Erledigung und Regierung bis auf den dermäligen König / Inquisition Geist- und Weltlichen Gericht / Sprach / Kleidern und Neigungen &c. &c. Nebst einer Verzeichnuß aller fürnehmsten Städte / Vestungen und Plätze / samt deren Merckwürdigkeiten; Welchen auch beygefügt die Macht der Portugiesischen Scepters ausser Europa samt einem Anhang / was sich selthero den Tod des letzten Königs von Spanien in Portugal begeben. Ausgefertiget durch Germanum Adolph Frankfurth und Leipzig / Zufinden bey Joh. Leonh. Buggel / 1703.

A Torre de Belém – Gravura que antecede o frontispício da obra de M. Baillie Lisbon in the years 1821, 1822 & 1823
Obra n.º 52

Edição com gravuras. Refere-se a Lisboa o texto das págs. 406-423 e 501-530.

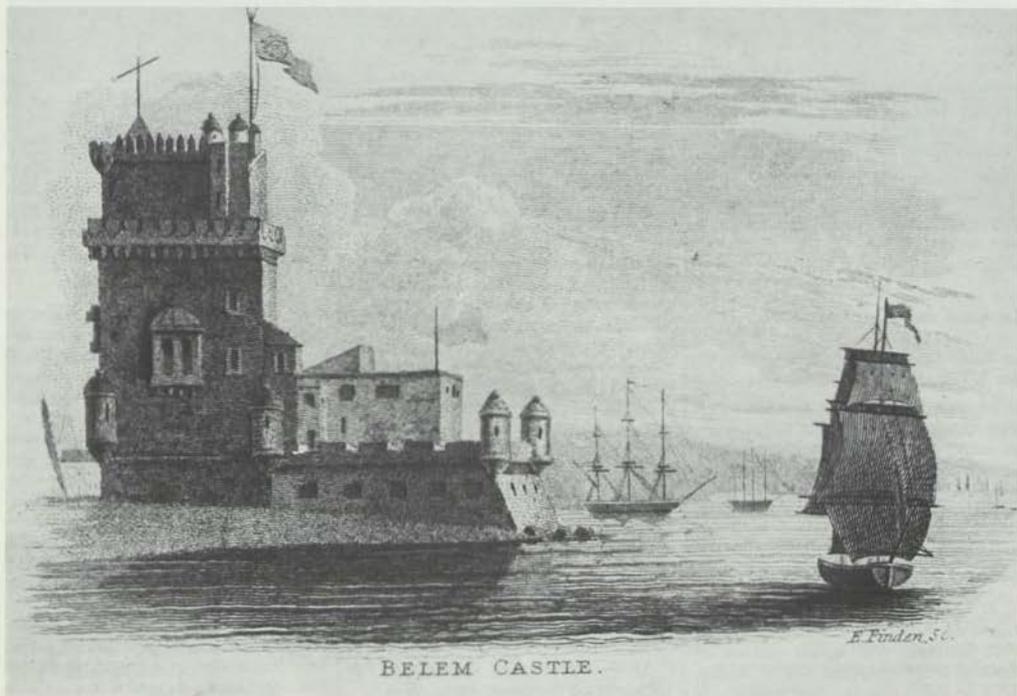
61 — *Memoires Instructifs pour un Voyageur Dans les divers Etats de l'Europe: Contenant Des Anecdotes curieuses très propres à éclaircir l'Histoire du Temps; avec des Remarques sur le Commerce l'Histoire Naturelle.* 2 volumes. A Amsterdam, Chez H. Du Sauzet, M.DCC.XXXVIII. [O autor é Merveilleux, botânico francês que D. João V encarregou de estudar a flora portuguesa].

Lisboa é particularmente referida nas págs. 44-54.

Esta obra foi traduzida e anotada por Castelo Branco Chaves para a Série Portugal e os Estrangeiros; Biblioteca Nacional, 1983: *O Portugal de D. João V visto por três estrangeiros.*

62 — *Mémoires sur le Portugal.* A Paris, de l'Imprimerie de la République. Floréal an IX (1801).

Lisboa é descrita nas págs. 12-15.



63 — *Le Memorie di Giuseppe Gorani*. Il. Corti e Paesi (1764-1766). A. Mondadori-Milano. Col. Settecentesca.

Há tradução francesa: *Mémoires Secrets et Critiques, des Gouvernements et des Mœurs*. Há também uma edição portuguesa: *Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*. Tradução, Prefácio e Notas por Castelo Branco Chaves. Coleção «Portugal visto pelos estrangeiros». Lisboa, Editorial Ática, 1945.

Na versão portuguesa, encontram-se passagens descritivas a respeito de Lisboa sobretudo nas págs. 46-48 e 80-84. O autor fala principalmente dos acontecimentos em que participou.

64 — *Merkwürdigkeiten von Portugal, oder Kurzgefaßte Nachricht von der Beschaffenheit des Landes, dem Charakter der Einwohner, und den vielfältigen Staatsveränderungen dieses Königreichs mit einigen Anekdoten neuerer Zeiten*. Frankfurt und Leipzig, 1777.

O texto relativo a Lisboa encontra-se no vol. I, págs. 53-60, vol. II, págs. 153-155 e vol. IV, págs. 96-101 (terramoto).

65 — *The Modern Traveller*. A popular description, geographical, historical, and topographical, of the Various Countries of the Globe. Spain and Portugal, 2 volumes. London, James Duncan, 1826.

A descrição de Lisboa aparece no vol. II, págs. 295-309.

66 — *Nach Spanien und Portugal*. Reise-Erinnerungen aus Jahren 1880 und 1882 von H. Obersteiner. Wien, Verlag von Rudolf Lechner, 1882.

Lisboa vem descrita nas págs. 43-78.

67 — *Neu eröffnete Academie der Kaufleute oder encyclopädisches Kaufmanns-Lexicon* von Ludovici, umgearbeitet von Schedel.

Leipzig, Breitkopf und Härtel, 1799.

Lisboa é tratada na 4.ª parte, págs. 177-195.

68 — *Neuestes Gemälde von Lissabon*. [É uma tradução do francês, aumentada por W. G. Tilesius, Doutor em Filosofia.] Leipzig, Kuchler, 1799.

Esta obra faz parte da bibliografia de 1804 (n.º 57), com o seguinte comentário: «Dieses ist bis jetzt das Hauptwerk

über Lissabon insbesondere.» Tratar-se-á talvez da obra n.º 119.

69 — *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818* par Louis François de Tollenare. [MS] Édition et commentaire de Léon Bourdon. 2 tomes. Paris, 1971.

A descrição de Lisboa aparece no t. I, págs. 146-232 (incluindo notas).

70 — *Notes of a journey from Cornhill to Grand Cairo*. By M. A. Titmarsh [pseud. de William Makepeace Thackeray]. London, George Routledge & Sons, Ltd., s/d.

O prefácio é datado de 24.12.1845. Nele diz o autor que fez este cruzeiro no Outono de 1844. Dedicou-o a Samuel Lewis, comandante do barco onde viajou.

Lisboa é descrita nas págs. 27-39.

71 — *Nouveau Voyage en Espagne et en Portugal*. Traduit de l'Anglois, par un officier français. Ouvrage rempli d'Anecdotes curieuses & peu connues sur les moeurs, le caractère et le gouvernement de ces deux Nations, etc. A Bruxelles, 1787.

72 — *An Overland Journey to Lisbon at the close of 1846; with a Picture of the Actual State of Spain and Portugal*. By T. M. Hughes, author of «Revelations of Spain». &c.&c. 2 volumes. London, Henry Colburn, MDCCCXLVII.

A descrição de Lisboa decorre nas págs. 287-327.

73 — *Peninsular Sketches: during a recent Tour*. By John Millford. London, 1816.

Fala de Lisboa nas págs. 155-172.

74 — *A Picture of Lisbon*, taken on the spot; being a description, moral, civil, political, physical, and religious, of that capital; with sketches of the Government, character, and manners of the Portuguese in general. By an inhabitant. Second Edition. London, Henry Colburn, 1811.

75 — *Portugal*. Par Ferdinand Denis. Paris, Firmin Didot Frères, MDCCCXLVI.

Há várias referências a Lisboa, indicadas no índice remissivo.

76 — *Portugal and Galicia*, with a review of the social and political state of the Basque Provinces. By the earl of Carnarvon [Henry John George Herbert], 1836. 3ª edition. London: John Murray, 1848; 4ª ed., 1861.

A viagem que deu origem à obra foi feita em 1827.

São muito ligeiras as referências a Lisboa (págs. 3-5), mas o texto tem interesse. Menciona «the rock of Lisbon», o Tejo, as colinas e principalmente o Aqeduto, nos aspectos paisagístico, arquitectónico e prático.

77 — *Le Portugal a vol d'oiseau*. Portugais et Portugaises. Par la Princesse Rattazzi. Paris, (1879).

O texto trata da vida em Lisboa até à pág. 231. A cidade é descrita a partir da pág. 191.

78 — *Portugal*. Erinnerungen aus dem Jahre 1842. Mainz, Verlag von Victor von Zabern, 1843. [O autor é Felix, Príncipe de Lichnowsky.]

Lisboa é descrita nas págs. 33-70.

Foi traduzida em português: *Portugal*. Recordações do ano de 1842 pelo Príncipe Lichnowsky. Traduzido do alemão. Lisboa, na Imprensa Nacional, 1844.

79 — *Portugal Illustrated*, by the Rev.º W. M. Kinsey. London, MDCCCXXVIII.

Há 2.ª edição do ano seguinte.

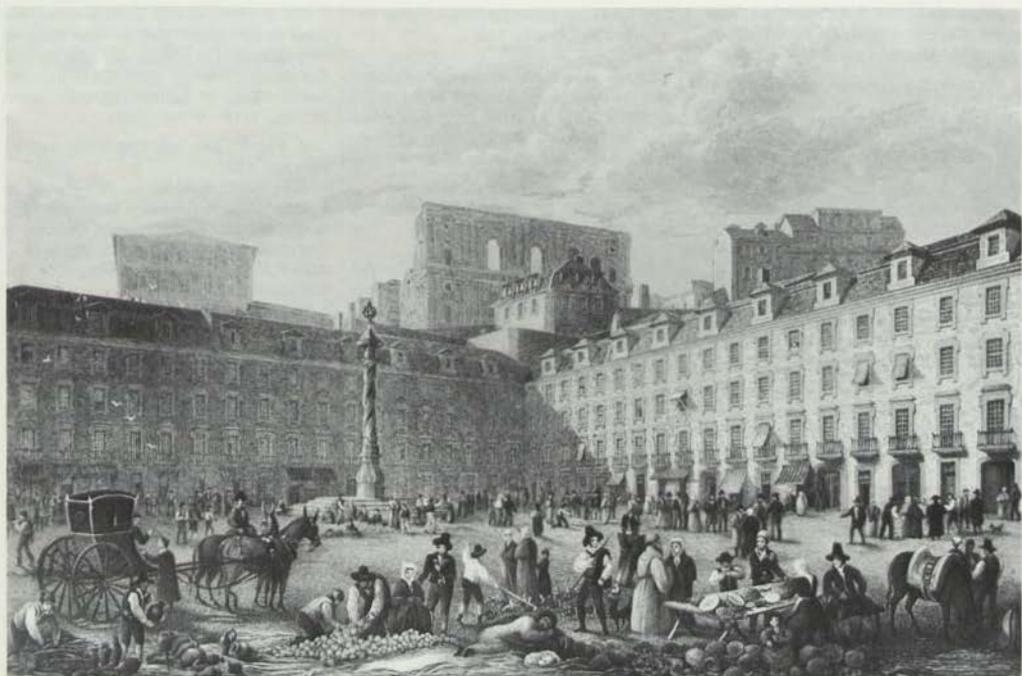
É um dos clássicos do género. Lisboa ocupa sobretudo as págs. 8-12 e 56-121.

80 — *Portugal*. Impresiones para servir de guia al viajero por Francisco y H. Giner de los Rios. Madrid, Imprenta Popular, (1888).

A descrição de Lisboa é feita nas págs. 35-61 e 83-143.

81 — *Portugal; or, The Young Travellers: being some account of Lisbon and its environs, and of a tour in the Alemtejo, in which the customs and manners of the inhabitants are faithfully detailed. From a journal kept by a lady during three years' actual residence*. London, 1830.

82 — *Portugal und Spanien*. (Por) Christoph Daniel Ebeling. Hamburg, 1808.



Lisboa – O Largo do Pelourinho
Gravura incluída na obra – *Select views*,
de R. Batty
Obra n.º 88

A obra inclui uma descrição de Lisboa, que não pude consultar.

83 — *Portugisisk Resa*, Brevskrifven, Bref Till Vänner. (Por) Carl Israel Ruders. 3 volumes. Stockholm, 1805-1809.

Há uma versão alemã: *Reise durch Portugall* von C. I. Ruders, Königlich-Schwedischem Gesandtschaftsprediger in Lissabon. Nach dem schwedischen Original bearbeitet von H. S. A. Gerken. Berlin, 1808.

A obra foi traduzida para português por António Feijó e publicada no *Diário de Notícias* de Dezembro de 1907 a Agosto de 1909. Esta versão, na qual foram suprimidas algumas cartas, foi novamente publicada, pela Biblioteca Nacional de Lisboa, na Série «Portugal e os Estrangeiros», em 1981, com prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. O título é *Viagem em Portugal 1798-1802*.

O texto refere sobretudo a vida em Lisboa, com várias passagens descritivas.

84 — *Rambles in Madeira*. [Pelo Rev.º Alfred Lyall]. 1827.

Há uma descrição de Lisboa nas págs. 173-232.

85 — *Recollections of the Peninsula*. By the author of *Sketches of India*. Fourth edition. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, 1825.

Lisboa é descrita nas págs. 3-34.

86 — Rudolph's *Reise durch Europa*. In getreuen Schilderungen Naturansichten, Sitten u.s.w. Nurnberg, Bauer und Raspe, 1832.

As viagens são contadas em diálogo. Lisboa é referida nas págs. 4-16.

87 — *Reise durch Spanien und Portugal* und von da nach England. (Por) J. P. Texier, Königl. Dänischen Geh. Legation- und Etats-Raths und Danebrog-Ritters. Herausgegeben von Ludwig Koch. Hamm, 1825.

A descrição de Lisboa ocupa as págs. 121-149.

88 — *Reisen* von Engelhard.

Lisboa é mencionada nas págs. 25-28.

89 — *Select views* of some of the principal cities of Europe. From Original

Paintings by Lieut. Col. Robert Batty, F. R. S. With Illustrative Notices. London: Moon, Boys and Graves, 1832.

Trata-se do Porto e Lisboa. Sobre a capital há seis gravuras, todas com a seguinte indicação: «London, Published July 1, 1830, by Moon, Boys & Graves».

São todas assinadas por Batty, mas por gravadores diferentes.

90 — *Several years travels* through Portugal, Spain, Italy, Germany, Prussia, Sweden, Denmark and the United Provinces. Performed by a Gentleman. [William Bromley]. London, 1702.

Curta mas interessante descrição de Lisboa nas págs. 2-8.

91 — *A Short Account of the View of Lisbon*, now exhibited in Henry Aston Barker's Panorama, Leicester Square. London, J. Adlard, 1812.

Apenso ao texto está uma gravura circular com indicações numéricas. No centro há a seguinte legenda: «Explanation of a view of Lisbon, taken on the river Tagus, by Mr. John Burford, whose Views of Malta and Messina have given very general Satisfaction, and painted by Henry Aston Barker, On Ten Thousand Square Feet of Canvas, now exhibiting in the Panorama, Leicester Square.»

92 — *A Sketch of the City of Lisbon*, and its environs, with some observations on the manners, disposition, and character of the Portuguese nation. By R. B. Fischer, Esq., Paymaster of the First Battalion of Royal Americans, or 60th Regiment of Foot. London, 1811.

93 — *Sketches in Portugal*, during the Civil War of 1834 with observations on the present state and future prospects of Portugal. By James Edward Alexander, K. L. S. London, Cochrane and Co., 1835.

O autor era oficial, e é do ponto de vista estratégico e político que faz as suas observações. Há breves referências a Lisboa nos caps. VIII e IX.

94 — *Sketches of Portuguese Life*, manners, costume and character. With plates. London, 1826.

A vida portuguesa que o autor descreve é centrada em Lisboa. Trata-se de uma das obras mais interessantes do género.



STREET SCENE IN LISBON

95 — *Sketches of Society and Manners in Portugal*. In a series of Letters from Arthur William Costigan in two volumes. London, 1787. [Escritas em 1778-79. O verdadeiro nome do autor parece ser Diogo Ferrier, brigadeiro escocês ao serviço de Portugal, segundo Castelo Branco Chaves, *Os Livros de Viagens em Portugal no século XVIII*, Biblioteca Breve, 1977].

As referências a Lisboa encontram-se sobretudo nas págs. 24-38.

Há tradução alemã, Leipzig, 1788 e francesa: *Lettres sur le gouvernement, les mœurs et les usages en Portugal* écrites par Arthur William Costigan à son frère. Paris, Piton, 1810, além de *Voyage de Costigan en Portugal avec des observations et adolitions importantes, tirées des ouvrages de Twiss, Murphy, Link, Dalrymple, du duc du Chatelet, et autres voyageurs*. s/d.

Há ainda a tradução portuguesa: *Cartas de Portugal 1778-79*. Tradução, prefácio e notas de Augusto Reis Machado. 2 volumes. Lisboa, Ática, 1946.

96 — *La Société de Lisbonne* (Lettres humoristiques). (Por) Madame de Rute. Madrid et Paris, Bureaux des Matinées Espagnoles, MDCCCLXXVII.

Lisboa é descrita nas págs. 45-62.

97 — *Souvenirs d'Espagne et de Portugal*. (Por) Maxime Descamps. Lille, 1892.

A descrição de Lisboa ocupa as págs. 202-218.

98 — *Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal*, de 1808 a 1811. Par La Duchesse d'Abrantès. 2 volumes. Paris, Ollivier, 1837.

A parte do texto que se refere a Lisboa ocupa as págs. 131-355 do 2.º vol. É constituída sobretudo por histórias, entremeadas de descrições. A introdução deste capítulo (III, Lisbonne) é relativamente longa.

Em 1912, Albert Savine publicou em Paris uma edição comentada desta obra: *Le Portugal il y a cent ans*. Souvenirs d'une ambassade. Annotés d'après les Documents d'Archives et les Mémoires. Illustrations documentaires.

Deste trabalho há tradução para espanhol: *Portugal a principios del siglo XIX*. Recuerdos de una Embajadora. Anotados según los documentos de Archivos

y las Memorias por Albert Savine. Colección Austral. Traducción de Alberto Insúa. Buenos Aires, Espasa-Calpe, Argentina, 1944.

99 — *A Steam Voyage to Constantinople, by the Rhine and the Danube*, in 1840-41, and to Portugal, Spain, &c, in 1839. By C. W. Vane in two volumes. London: Henry Colburn, 1842.

Lisboa ocupa as págs. 107-137 do 2.º volume.

100 — *A Tour through Spain and Portugal*, &c. by Udal up Rhys. Second edition. London, MDCCCLX.

Lisboa é descrita nas págs. 265-272.

101 — *A Tour through the principal provinces of Spain and Portugal*, performed in the year 1803, with cursory observations on the manner of the inhabitants. London, 1806.

A última página e meia resume a travessia da fronteira até Lisboa, que lhe não interessa. Fala do Mosteiro dos Jerónimos, que representa um tipo de arquitectura gótica desconhecida do resto da Europa.

Há uma edição de 1808, Londres.

102 — *Le Tour du Monde*. Nouveau journal de voyages publié sous la direction de Mr. Édouard Charton et illustré par nos plus célèbres artistes. 1^{er} semestre de 1861. Paris, Hachette.

Na págs. 318 há uma referência aos Jerónimos, com a seguinte nota: «Nous retranchons de cette relation tout ce qui concerne Lisbonne, nous proposant de publier plus tard une livraison où seront étudiés avec soin les monuments, la population et les mœurs de la capitale du Portugal.» Não consegui saber se tal publicação se chegou a fazer.

103 — *Le Tour du Monde*, ou Tableau géographique et historique de tous les peuples de la terre, etc. Par M.^{me} Dufrenoy. Paris, Librairie d'Éducation et de Jurisprudence d'Alexis Eymery, 1814.

Lisboa é referida nas págs. 137-140.

104 — *Traits and Traditions of Portugal*. Collected during a residence in that country. By Miss [Julia] Pardoe. In two volumes. London, Saunders and Otley, 1833.

Esta é uma das obras declaradamente adversas a Portugal e à sua gente. Lisboa aparece, embora não seja propriamente descrita, nas págs. 6-21 do vol. I.

105 — *Travels in Portugal*. By John Latouche. With illustrations by the Right Hon. T. Sotherton Estcourt. Second Edition. London: 1875. [O autor é realmente Oswald John Frederic Crawford, que foi cônsul da Inglaterra no Porto.]

Esta obra foi publicada pela primeira vez em «The New Quarterly Magazine», como *Notes of Travel in Portugal*.

O autor, que desencorajava os viajantes de repetirem o seu percurso, fala de Lisboa no cap. VIII, págs. 187-206.

106 — *Travels in Portugal, and through France and Spain*. With a dissertation on the Literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages. By Henry Frederick Link. Translated from the German by John Hinckley, Esq. with notes by the translator. London, 1801.

Trata-se de uma das obras clássicas sobre Portugal. Lisboa ocupa as págs. 165-178.

Há tradução sueca: *Resa genom Frankrike Spanien och i synnerhet Portugall; Aren 1797 och foljande*. Sammandrag. Stockholm, 1802.

Em francês apareceu um terceiro volume: *Voyage en Portugal depuis 1797, jusqu'en 1805*.

107 — *Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alem-Tejo, in the Years 1789 and 1790*. Consisting of Observations on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities, &c. of that Kingdom. By James Murphy, Architect. Illustrated with Plates. London, 1795.

Outra obra clássica, de um autor particularmente sensibilizado aos aspectos artísticos. Lisboa é descrita nas págs. 131-222.

Há edição francesa: *Voyage en Portugal a travers les provinces d'Entre-Douro e Minho, de Beira, d'Estramadure et d'Alenteju dans les années 1789 et 1790; Contenant des Observations sur les Moeurs, les Usages, le Commerce, les Edifices publics, les Arts, les Antiquités, etc. de ce Royaume*. Traduit de l'Anglais de Jacques Murphy, architecte. Orné de planches. A Paris, 1797.

Lisboa ocupa aqui as págs. 148-247.

Há também uma versão alemã: *Reisen durch Portugal in den Jahren 1789-1790*. [Traduzida do inglês por] M. Sprengel. Halle bey Renger, 1796.

A descrição de Lisboa começa na pág. 78.

108 — *Travels in Spain and Portugal*. Dublin, 1828.

Trata sobretudo do terramoto, mas tem descrições de Lisboa, págs. 30-46.

109 — *Travels through Portugal and Spain, during the Peninsular War*. By William Graham. With engravings. London: Printed for Sir Richard Phillips and Co., 1820.

Fala de Lisboa nas págs. 9-13.

110 — *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773*. By Richard Twiss. With copper-plates; and an Appendix. London, Printed for the Author, MDCCCLXXV.

O próprio autor fez os esboços para as gravuras.

Há referências várias a Lisboa, sobretudo no início.

Esta obra foi traduzida para francês: *Voyage en Portugal et en Espagne fait en 1772-1773*. Berne, 1776. Há também uma tradução alemã de C. D. Ebeling, que foi editada em Leipzig, 1776.

111 — *Travels through Several Provinces of Spain and Portugal, &c.* by Richard Croker, Esq., captain in the late 99th Regiment of Foot. London: Printed for the author, 1799.

A viagem foi feita em 1780. A descrição de Lisboa, datada de Dezembro, ocupa as págs. 273-282.

112 — *Travels through Spain and Portugal, in 1774; with a short account of the Spanish Expedition against Algiers, in 1775*. By Major William Dalrymple. London, M,DCC,LXXVII.

Trata de Lisboa nas págs. 136-142.

Há tradução francesa: *Voyage en Espagne et en Portugal dans l'année 1774 avec une relation de l'expédition des Espagnols contre les algériens, en 1775, par le major William Dalrymple, traduit de l'anglais, par un officier français*. Paris, 1783.

Há também uma tradução alemã anotada: Leipzig, 1778.

113 — *Travels through Spain and part of Portugal, with commercial, statistical, and geographical details*. [Por Whittington]. In two volumes. London, 1808.

O texto sobre Lisboa é o mesmo de *A Tour through the principal provinces of Spain, etc.*, n.º 101, com a mesma paginação (230-232).

114 — *Variétés politico-statistiques sur la monarchie portugaise; dédiées a M. le Baron Alexandre de Humboldt par Adrien Balbi*. Paris, Rey et Gravier, 1822.

Apresenta vários dados estatísticos referentes a Lisboa, sua população e desenvolvimento. A 2.ª parte intitula-se: «Quelle doit être la capitale de la monarchie portugaise?» (págs. 51-65). O autor decide por Lisboa contra o Rio de Janeiro.

115 — *A Visit to Portugal and Madeira*. By the Lady Emmeline Stuart Worthy. London, Chapman and Hall, 1854.

Fala de Lisboa nas págs. 2-98.

116 — *Voyage de César de Saussure en Portugal*. Lettres de Lisbonne (1729). Edité par le Vicomte de Faria (avec préface). Milan, 1909.

Esta edição apresenta apenas a descrição de Lisboa, segundo o MS de 1765.

A obra foi agora traduzida e anotada por Castelo Branco Chaves para a Série Portugal e os Estrangeiros, Biblioteca Nacional, 1983: *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*.

117 — *Voyage de France, d'Espagne, de Portugal*. Par Etienne de Silhouette. 4 volumes. Paris, 1768.

118 — *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent Des détails intéressans sur ses Colonies, sur le Treusement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour; Revu, corrigé sur le Manuscrit, et augmenté de Notes sur la situation actuelle de ce Royaume et de ses Colonies*. Avec la Carte de Portugal, et la Vue de la Baie de Lisbonne. 2 tomes. A Paris, Buisson, an VI de la République (1798). [Segundo Castelo-Branco Chaves, *Os Livros de Viagens de Portugal no século XVIII*, Biblioteca Breve, 1977, o autor seria Desoteux.]



A REPRESENTATION OF THE PRINCIPAL MODERN STREETS OF LISBON.

Um dos clássicos do género.

Tem várias referências a Lisboa, facilmente localizáveis através do índice remissivo que se encontra no fim do 2.º volume.

Há tradução inglesa: *Travels of the Duke de Chatelet, in Portugal. Comprehending Interesting Particulars relative to the Colonies; the Earthquake of Lisbon; the Marquis de Pombal, and the Court. The Manuscript revised, corrected, and enlarged, with Notes, on the present State of the Kingdom and Colonies of Portugal, by J. Fr. Bourgoing, translated from the French, by John Joseph Stockdale. Illustrated with a Map of Portugal, and View of the Bay of Lisbon. In two volumes. London: printed for John Stockdale, 1809.*

Uma rua moderna de Lisboa — Gravura incluída na obra do arquitecto Murphy *Travels in Portugal* (n.º 107)

ral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette Capitale, etc., etc., suivi De plusieurs Lettres sur l'état ancien et actuel de ce Royaume. A Paris, an VI (1798). [O autor é Joseph Barthélemy François Carrère.]

Trata-se da descrição de Lisboa mais importante do período posterior ao terramoto.

Foi editado ainda no mesmo ano, também em Paris, o *Tableau de Lisbonne en 1796*; suivi de *Lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce Royaume*.

120 — *Voyage pittoresque en Espagne, en Portugal et sur la cote d'Afrique, de Tanger a Tétouan*. (Por) J. Taylor. 3 volumes [dois de gravuras acompanhadas de texto, um apenas de texto]. Paris, M.DCCC.XXXII [os volumes de gravuras] et M.DCCC.XXXVI [o volume de texto].

No 2.º vol. referem-se a Lisboa as gravuras n.ºs 61, 61-A, 62 e 62-A. O volume de texto refere-se a Lisboa nas págs. 194-202.

121 — *Voyage pittoresque en Espagne et en Portugal*. (Por) Émile Bégin. Paris, Belin-Leprieux et Morizot. [O texto está datado de 1852.]

Lisboa surge nas págs. 543-545.

122 — *A Voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily and Malta, in 1810*, & 11. including a description of Sicily and the Lipari Islands, and Excursion in Portugal, by L. Genl. Cockburn. 2 volumes. London, 1815.

Fala de Lisboa o 2.º vol., págs. 133-148.

123 — *Voyages de France, d'Espagne, de Portugal, et d'Italie*, par M. S. *** 4 volumes. A Paris, Chez Merlin, M.DCC.LXX.

Lisboa é descrita no vol. IV, pág. 168-173.

124 — *Voyages de M. de Monconys*. Où les Sçavans trouveront un nombre infini de nouveautes, en Machines de Mathematique, Experiences Physiques, Raisonnemens de la belle Philosophie, curiositez de Chymie, & conversations des Illustres de ce Siecle; (etc.) 4 volumes. A Paris, Chez Pierre Delaune, MDCXV.

Lisboa é tratada no vol. I, págs. 102-142, e IV, págs. 30-36.

125 — *Voyages historiques de l'Europe*, tome II. Qui comprend tout ce qu'il y a de plus curieux en Espagne & en Portugal. Augmenté De la Guide des Voyageurs ou Description des routes les plus fréquentées, pour Voyager en Espagne & en Portugal. Avec une Carte très exacte de ces Roiaumes. Par Mr. de B. F. Nouvelle Edition. A Amsterdam, Pierre de Coup, M.D.C.XVIII.

Lisboa é descrita nas págs. 252-258.

126 — *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia-Minor, Egypt, &c. &c.* from 1796 to 1801. With an historical sketch, and occasional reflections. By Francis Collins. London: Printed for the Author, 1807.

Trata de Lisboa nas págs. 11-31.

127 — *Le Voyageur de la Jeunesse* dans les quatre parties du Monde; Ouvrage élémentaire, contenant; 1.º La description pittoresque des divers pays; 2.º Le Tableau des moeurs, religions et gouvernemens de tous les peuples; 3.º Des notices sur ce que la nature et les arts ont de plus curieux: orné de soixante-quatre figures. Cinquième édition, revue et augmentée. Tome second. A Paris, Le Prieur, 1818.

Fala de Lisboa nas págs. 14-34.

128 — *The World Displayed: or, a Curious Collection of Voyages and Travels, selected from the Writers of all Nations. In which the Conjectures and Interpolations of Several vain Editors and Translators are expunged; Every Relation is made concise and plain, and the Divisions of Countries and Kingdoms are clearly and distinctly noted. Embellished with Cuts. The Sixth Edition, corrected.* Vol. XIX. Dublin, M,DCC,LXXIX.

Lisboa é referida nas págs. 27-29.

129 — *A Year in Portugal (1889-1890)*. By George Bailey Loring, M.D. late United States Minister in Lisbon. London and New York, G. P. Putnam's Sons, 1891.

Fala de Lisboa na págs. 27-28 e 154-185. São indicações muito dispersas, mas com interesse por serem diferentes do que é vulgar, sobretudo na descrição das recepções oficiais.

(1) «Light — sunshine — beauty — the atmosphere of these three gifts of Nature is conveyed in every name that has been given to Lisbon from ages so remote as to include its legendary origin to Ulysses. [...]

The same ideas of light and sunshine, the first essentials for an ideal climate, strike one in the classical and poetical name of the country — Lusitania.» (2) C.I. Ruders, *Portugiesisk Resa*, 1805, na tradução de António Feijó agora reeditada, pág. 29. É ligeiramente mais concisa a versão alemã, de 1808: «Oft fühle ich die Wahrheit des Sprichworts, daß Lissabon überall einen schönen Anblick gewährt, wenn man gerade die Stelle ausnimmt, worauf man steht. Mehrentheils sieht man ein sich her mehr oder minder eckelhafte Gegenstände, die sich in einiger Entfernung dem Auge entziehen.

(3) *Curta mas verdadeira descrição da excelente e mundialmente famosa capital Lisboa em Portugal*.

(4) *Descrição resumida da excelente, poderosa e rica cidade capital e Corte de Lisboa*.

(5) *Carta de um Viajante Italiano*.

(6) *Description des moeurs, usages et coutumes de tous les peuples du monde [...]* 2ª edição [...] adaptée à l'usage de la jeunesse. 2 tomes. Paris, Roret, s/d.



Círculo Eça de Queiroz.
Grande Salão.

SUMÁRIA HISTÓRIA E NASCENÇA DO CÍRCULO EÇA DE QUEIROZ

A génese da agremiação do Círculo Eça de Queiroz surgiu inopinadamente em New York em 1938, embora a ideia basilar de tomar como patrono o grande escritor não tenha ocorrido então.

Mas sim, unicamente à semelhança de um *club* de campo existente nos arredores daquela cidade, por sinal só de senhoras; enorme, rodeado de relvados e encantadora paisagem, em edifício próprio, cómodo e eficiente; um encanto de repouso e de convívio até intelectual.

Foi o nosso amigo Doutor Albino Tavares de Almeida, médico que amiudadas vezes visitava os Estados Unidos, quem apresentou a António Ferro, Guilherme Pereira de Carvalho e quem isto conta a uma muito simpática senhora Mrs. Rice, mulher do Director Presidente do Canadian Club de New York.

Foi ela quem nos levou ao seu *club* fora da cidade e nos ofereceu ali esplêndido almoço. Foi outro encanto de civilização. À volta, no automóvel, António Ferro com o seu inquieto e fértil espírito inventivo, propôs-nos a criação em Lisboa de uma organização semelhante, para ponto de reuniões intelectuais e culturais e para regalo de convívio.

Curiosa foi tal ideia inopinadamente surgida estrada fora e com entusiasmo por ele lançada.

Discutiu-se logo avivamente, mas de nós quatro, só António Ferro e eu não tivemos dúvidas em acreditar firmemente numa tal realização.

Já em Lisboa, passaram-se muitos meses, mas a ideia permaneceu pura e firme em nós dois.

Num serão no Hotel Palace do Estoril, após jantar de três amigos, António Ferro, José Júlio da Silva Bastos e quem isto escreve, discutindo Arte e Literatura, vem naturalmente ao de cima a ideia de um Círculo, onde houvesse ambiente próprio para tratar em sã convivio assuntos de espírito.

Voltou o entusiasmo e a vontade expressa de se actuar, de se entrar praticamente na realização.

Logo ali ficou assente que nós três arranjáramos listas de nomes para o efeito da constituição.

Assim foi. Dois dias depois, a ideia estava em marcha. Tomava forma.

Por escrito e pelo telefone fizeram-se convites para uma primeira reunião que se efectuou no Tavares. Seguiram-se-lhe outras, não só naquele restaurante, mas também em casas de vários componentes; na do Doutor Eduardo Pinto da Cunha (Palácio do Conde de Vimioso no Campo Grande); de Júlio Cayola em Pedrouços e do Doutor José de Alvellos na Rua do Ataíde.

Entretanto procurou-se uma casa antiga de campo, à volta da cidade, mas de balde, até que se resolveu procurá-la em Lisboa; mas nada capaz apareceu.

Um belo dia, porém, António Lopes Ribeiro descobre à maravilha a casa devoluta da antiga Fotografia Vasques, ao Chiado, a par mesmo do antigo «Casino» (hoje loja da firma de mobiliário Barbosa & Costa).

O seu proprietário, o nosso amigo Doutor Emilio Infante da Câmara, não só concordou alugar a Casa, mas também, com todo o entusiasmo, juntar-se à iniciativa e como senhorio até contribuir na realização das obras de adaptação a fazer.

Recrudescceu o entusiasmo e eu como arquitecto entrei em activa acção com a ajuda do também arquitecto Adelinho Nunes.

De braço dado deitou-se mão à obra. Tracei o plano geral da distribuição numa primeira fase, provisoriamente.

Círculo Eça de Queiroz.
Sala de Estar.

Círculo Eça de Queiroz.
Recanto da Sala do Bar.

(A legenda «já lá vou» é alusiva ao poeta Carlos Queiroz)



Círculo Eça de Queiroz.
Exterior.

Servia de acesso a entrada e a escada de serviço actuais.

A cobertura do imóvel foi a do grande terraço ao ar livre, onde no Verão se realizaram conferências e festivais de teatro e de música.

Depois, noutras obras, o terraço desapareceu e deu lugar ao grande salão, com seu pequenino palco.

Entretanto já a agremiação tomara nome: «Círculo Eça de Queiroz», felicíssimo achado também de quem para tal o

levava o António Lopes Ribeiro, título que foi unanimemente aprovado e com muito e bem justificado entusiasmo se abraçou.

Seguiu-se um jantar-festa no Hotel Aviz, o primeiro, ao qual assistiu como convidado de honra o grande poeta Maurício Maeterlink e de todos os sócios.

Entretanto, as obras terminaram a sua primeira fase, em 25 de Novembro de 1940, fez-se, solenemente, a inauguração do Círculo Eça de Queiroz.



NO CENTENÁRIO DE UM MUSEU ESQUECIDO

Há um século deveu-se à Câmara Municipal de Lisboa uma inovação notável: a criação de um Museu Pedagógico.

Deixemos aos museólogos o estudo da importância desta ampliação do conjunto museológico nacional e aos estudiosos da História do Ensino em Portugal o enquadramento desta iniciativa no panorama das reformas do ensino ocorrentes nos finais do século passado e na experiência de descentralização do ensino primário. Limitemo-nos a registar a efeméride e a procurar celebrá-la (!) coligindo alguns dados a respeito da inovadora instituição.

Informa-nos a acta da sessão da Câmara de 19 de Janeiro de 1883 que na mesma foi lido um ofício de Francisco Adolfo Coelho «offerecendo-se, para, gratuitamente, organizar e dirigir durante tres annos, (!) d'accordo com o sr. vereador do pelouro da instrucção, e sobre a base de um regulamento approved pela camara, o museu e bibliotheca pedagogica, que lhe consta ter a mesma camara tenção crear; e bem assim de

ahi fazer durante o mesmo espaço de tempo, um curso de pedagogia» (!).

E logo na sessão de 25 o vereador do pelouro expendeu o parecer de que se devia aproveitar o oferecimento de Adolfo Coelho, beneficiando da sua competência «na organização do nosso museu pedagogico, para a qual existem já muitos exemplares na alfandega de Lisboa». E, sublinhando a importância de museus como o que se pretendia criar, acrescentava: «Foi por isso que tanto no orçamento passado, como no do corrente anno, a camara approvou a verba proposta por mim com esse destino, e na escola n.º 6 tenho já uma vasta sala destinada a installar ahi o novo museu pedagogico, que será o primeiro de Portugal (...)».

Alguns meses volvidos, na sessão de 28 de Junho, era participado «que no domingo, 1 do proximo futuro mez de Julho, pelo meio dia seria inaugurado o museu pedagogico, estabelecido provisoriamente n'uma das salas do edificio da escola central municipal n.º 6, na rua

Palácio dos Condes de Mesquitela onde se encontra instalada a Escola de D. Maria I e estiveram a Escola de Rodrigues Sampaio e o Museu Pedagógico





Porta brasonada do Palácio dos Condes de Mesquitela. No tímpano um escudo com as armas dos Sosas (do Prado) e dos Macedos sobre a Cruz da Ordem de Cristo, de que o fundador do Palácio, o Dr. António de Sousa de Macedo, era cavaleiro. O coronel de nobreza é encimado pelo timbre dos Macedos

de Santa Izelabel n.º 25». Que assim foi confirma-o notícia inserta a pág. 127 do n.º 16 da revista *Froebel* e um artigo que no mesmo número da publicação Feio Terenas dedica ao acontecimento.

A inauguração não significou imediata e franca abertura ao público, conforme se verifica pela seguinte proposta, apresentada pelo director do Museu ao vereador do pelouro da Instrução em officio de 21 de Agosto e que será aprovada em 30 do mesmo mês:

«Não tendo sido possível até hoje estabelecer as bases do regulamento do Museu Pedagógico, determinando os dias, em que deve estar aberto e outras condições, julgo conveniente que durante o proximo mez de setembro esteja aberto nas terças-feiras, quintas-feiras e sabbados, das 10 horas da manhã às 3 da tarde, mas por emquanto só para os professores das escolas municipaes, centraes e parochiaes, que desejem aproveitar as ferias para os seus estudos d'aperfeiçoamento. Eu estarei n'esses dias todo o tempo de que me seja possível dispôr, afim de dar aos professores todas as indicações necessarias (...)».

Esta medida a algum resultado conduziu, ainda que, talvez, modesto: no livro de visitantes do Museu (*) estão registadas as impressões de um deles com data de 29 de Setembro de 1883. Todavia, um normal funcionamento só se terá verificado mais tarde. Em 9 de Fevereiro de 1885 o provedor da Instrução comunica ao director que o presidente da Câmara «ha muito deseja ir visitar o Museu pedagogico com o Exm.º Sñr. Conselheiro Antonio Augusto d'Aguiar, o qual mostra grande empenho em conhecer este estabelecimento municipal devido á iniciativa intelligente e zelo de V. Ex.ª» e, consequentemente, pergunta «se o museu já está reorganizado e em condições de ser visitado pelos dois cavalheiros acima mencionados (...)»; a resposta de Adolfo Coelho terá sido imediata e mencionaria o mau estado do edificio, como se depreende de novo officio do provedor, datado de 11, em que formula a esperanza de «que em breve se poderá reorganisar o Museu» e transcreve parte da resposta que dera ao presidente na qual referia o risco da «perda material dos objectos, que o Museu já possui» e da «perda da instrução industrial e artistica, que resultará da sua aniquilação». Finalmente, na acta da sessão da Câmara de 27 de Agosto de 1885 é lido officio da mesma

data remetido por Adolfo Coelho, offico cujo conteúdo foi aprovado, sendo decidido publicá-lo mediante anúncios nos jornais. A proposta aprovada era a seguinte:

«Achando-se reorganizado o Museu pedagógico e estando completos os inventários e catalogos do mesmo, assim como do material da Escola Rodrigues Sampaio, rogo a v. ex.^a me autorise a tornar publico o Museu, nos dias e segundo as condições em seguimento mencionados:

1.^o — O Museu estará exposto ao publico todos os domingos das 11 horas da manhã ás 3 da tarde.

2.^o — Os livros da bibliotheca pedagogica, que se acha junto das collecções do Museu, assim como estas collecções, serão facultados ao exame dos estudiosos, na segunda, quarta e sexta feira de cada semana, não sendo dia santificado, das 11 horas da manhã ás 3 da tarde.

§ único — A admissão só será concedida n'esses dias aos estudiosos que se apresentarem com autorisação do pelouro da instrução ou do director do Museu.

3.^o — Na sexta-feira de cada semana, ás horas acima marcadas, o director dará aos estudiosos quaesquer explicações ao seu alcance sobre assumptos pedagogicos» (1).

Detenhamo-nos agora num bastante esclarecedor conjunto de documentos (2) do ano de 1892, o primeiro dos quais, na ordem cronológica, é offico de 14 de Julho, datado do Museu Pedagógico Municipal e dirigido pelo respectivo director ao director-geral da Instrução Pública; este offico servir-nos-á como ponto de partida para a abordagem de um ou outro aspecto da vida do Museu e é do seguinte teor:

«Tenho a honra de submeter á esclarecida apreciação de V. Ex.^a os seguintes factos relativos ao Museu pedagógico municipal, de que o Snr. administrador do 4.^o bairro veiu antehontem tomar posse por ordem do governo de Sua Magestade.

Este Museu foi organizado em 1883 com diversas collecções para o ensino das sciencias naturaes e alguns modelos de moveis escolares que a Exm.^a Camara Municipal de Lisboa adquiriu no intuito, ao que parece, de em parte os distribuir por diversas escolas, em parte conhecer o material escolar extranjeiro. Juntou-se uma pequena collecção de livros a essas outras collecções e o Mu-

seu não teve desde aquelle ano verba nenhuma no orçamento municipal para o desenvolvimento das collecções (3). Offerecera-me eu para organisa-lo e dirigilo durante tres annos; mas creada a escola Rodrigues Sampaio (4), reconheci que a melhor applicação que se podia dar ao material reunido era o ensino da escola. Lentamente foram-se adquirindo mais alguns objectos para que esse ensino se fizesse nas condições exigidas pelo methodo intuitivo, mas pela verba destinada á despesa da escola, sendo todavia esses objectos encorperados no Museu, que em virtude d'uma resolução da ex.^{ma} Camara Municipal, em 15 de Janeiro de 1887, foi considerado parte integrante da escola (5), continuando portanto sob a minha direcção.

É verdade que nas suas contas a ex.^{ma} Camara Municipal continuava a deixar subsistir a designação *Museu pedagogico*, por isso que havia e ha empregados especiaes do Museu (6), que não obstante não tinha condições para continuar como estabelecimento independente, visto não permitirem as circunstancias economicas que se fizessem as largas despesas impostas por um instituto d'esse genero.

O ensino na escola Rodrigues Sampaio não pode fazer-se sem uma parte das collecções existentes no Museu, ou sem outras similares, cuja acquisição importaria uma despesa inutil, porque as já adquiridas de nada servem não sendo aproveitadas no ensino. Carecem tambem o pessoal docente e os alumnos, para os seus estudos e consulta, dos livros reunidos na pequena bibliotheca incluída no Museu, entre os quaes ha obras sobre o ensino industrial, manuaes industriaes e diversos compendios. Não valeria a pena subdividir essa pequena bibliotheca de 1438 obras, das quaes grande parte são simples folhetos, quando de mais é pequeno o numero dos que não possam ser aproveitados na escola.

Em virtude d'estas considerações rogo a V. Ex.^a se digne dar as ordens necessarias para que sejam concedidas á Escola Rodrigues Sampaio as collecções, livros e mais objectos constantes da lista que tenho a honra de juntar».

Do offico transcrito emergem, entre outras, duas interrogações: que significa a posse do Museu pelo administrador do Bairro e qual era o conteúdo do mesmo?

Recuemos um pouco. De acordo com um projecto descentralizador que remontava a Rodrigues Sampaio, a instrução primaria deixou em 1881 de estar a cargo do Estado e passou a depender dos Municipios. Mas a experiência não foi longa e a carta de lei de 7 de Agosto de 1890 autorizava «o governo a reunir no ministerio da instrução publica e bellas artes todo o ensino official da instrução primaria elemental e complementar»; coincidentemente, foram, pelo art.^o 68 do decreto de 26 de Setembro de 1891, «que reorganizou o municipio de Lisboa, mandados transferir immediatamente para o estado todos os serviços da mencionada instrução que estivessem a cargo da camara municipal de Lisboa». Em conformidade, o decreto de 6 de Maio de 1892, em cujo preâmbulo é feita áspera critica á gestão do ensino pelos municipios, determinava, conforme refere offico de 24 de Outubro do director-geral do Comércio e Indústria ao da Instrução Pública, «que passassem para o Estado a escola municipal Rodrigues Sampaio e o Museu Pedagógico instalado na casa da mesma escola, ficando o primeiro estabelecimento a cargo do Ministerio das Obras Publicas (...) e o segundo a cargo do Ministerio do Reino».

Esta determinação, que desliga o Museu Pedagógico da Câmara Municipal, a que devia a criação, desliga-o também da Escola Rodrigues Sampaio, a que estava conjunto pela comunhão de installações e de direcção e pela decisão camarária de 15 de Janeiro de 1887. Esta determinação é responsavel também pela divisão das espécies que constituíam o recheio do Museu e, muito provavelmente, pela decadência deste.

Detenhamo-nos agora sobre o problema de qual seria o conteúdo do Museu Pedagógico.

Como ficou visto, já antes da sua criação lhe estavam destinados «muitos exemplares na alfandega de Lisboa». Feio Terenas, noticiando a inauguração, refere que o vereador a que se ficara devendo a iniciativa «procurou adquirir grande numero das collecções, que figuram no museu» e que, «um pouco mais tarde (...) o sr. Adolpho Coelho fez escolha de muitos apparatus» e de «todos os livros de que se compõe a bibliotheca pedagogica». O transcrito offico de 27 de Agosto de 1885, que dá como «completos os inventarios e catalogos do museu» — inventários e catalogos que serão extremamente esclarecedores... quando forem encontrados —



Fachada do Palácio dos Condes de Mesquitela sobre o Largo do Dr. António de Sousa de Macedo, antigo Largo do Poço Novo

Trecho dessa mesma fachada na direcção da Rua do Poço dos Negros

refere-se muito vagamente às «collecções do Museu» e aos «livros da bibliotheca pedagogica» que junto a elas se achava. E Adolfo Coelho, no esclarecedor officio de 14 de Julho de 1892 que acima ficou trasladado, refere que o «Museu foi organizado (...) com diversas collecções para o ensino das sciencias naturaes e alguns modelos de moveis escolares», acrescentando-se-lhe «uma pequena collecção de livros» e, lentamente, «mais alguns objectos necessarios» para que o «ensino se fizesse nas condições exigidas pelo methodo intuitivo» (1).

A correspondência recebida, arquivada na Escola de D. Maria I, fornece algumas avulsas indicações concretas: em 15 de Junho de 1883 era remetida «uma collecção do Archivo Municipal para o museu pedagogico»; um officio de 29 de Agosto menciona «objectos de desenho, caligraphia e lavores, existentes no Museu» e que para lá tinham ido das escolas centrais; um outro, de 5 do mês seguinte, respeitava a envio de modelo de banco escolar «estudado e construido» na Secção de Architectura n.º 6 da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa; em 6 de Dezembro uma nota de remessa enumera carteiras, bancos de diferentes tipos, estantes, contadores; uma «Relação dos objectos remettidos da Secretaria do Pelouro da Instrucção para o Museu» (Elementar Zeichenschule, 2 collecções e 11 cadernos; Anleitung zum Gebrauche, 3 exemplares; Plantes vénéneuses et plantes cultivées, fleurs et fruits, 2 collecções; Cartas elementares de Portugal, 1 exemplar) era acompanhada po officio de 13 de Julho de 1885; em 1 de Maio de 1886 era remetida «uma caixa de chagrin, fechada com uma chavinha, contendo dois apparatus propostos para manter a cabeça das creanças na devida posição, quando escrevem; apparatus que o Sr. José de Lima Netto offereceu á Camara, e que a Comissão Executiva d'esta deliberou que fossem remettidos para o museu pedagogico»; finalmente, officio de 27 de Setembro do mesmo ano participa remessa de «os frascos com fetos que existiam na bibliotheca do extincto Concelho de Belem».

Também nas actas da Comissão Administrativa da Câmara (1889) se respiga, em referência à sessão de 24 de Abril, que «tendo Almeida Menezes, da Cidade d'Evora offerecido á Camara para o museu pedagogico um album cal-

L: 227.375-
21472-92-

Collecções e outros objectos requisitados do elasmus
pedagogico para a Escola Rodrigues Sampaio.

N.º de en- trego	Designação
13*	Globe terrestre dressi par et. Delamarche.
14*	" celeste " " " "
15	Parbot. Sphere terrestre.
16	Simon. Globe celeste.
x 18	Esphere armillar
19	Atlas manuel de Geographie moderne Harbette & Co.
36	Compendium methode. Peat & Falquet.
53	New Forms and Solids for Object Teaching.
x 68	Stereoscopia americano cu rotaçãõ para o ensino da geographia?
x 71	44 vistas transparentes para Stereoscopia } para o dito
x 72	206 " opacas " " } ensino?
74	Dr. Saffray. Menses des Ecoles. Placets.
x 104	Cabinet de physique des Ecoles. Levenite & Co.
x 107	Collection d'histoire naturelle. Emile Duvrolle.
x 108	Collecção d'insectos 35 exipos.
x 109	Collecção d'insectos utiles e nocivos. 10 exipos.
x 111	Collecção sericolar.
x 112	" de matieres premieres. 46 exipos.
115	P. Gervais. Nouvelles planches murales d'histoire naturelle.

N.º do catã logo	Designação
+123	Dessins muraux pour l'enseignement de la me- canique. 8 desenhos.
124	Mapas geographicos de Portugal nudo e fal- lante.
x125	Carte murale de l'Europe par E. Levasseur?
126	Broni. Cartes murales de cabinet. 7 cartes com appareils de suspension.
127	Cotton's Geographical Cards 6 cartas.
x128	Guilheman Tableaux cosmographiques 2 quadros.
129	Direcção dos trabalhos geodesicos. Cartas do districto de Lisboa
130	Folgue. Carta geographica de Portugal.
x138	1 thermometre arillar?
x139	1 pedometre.
140	Tableaux pour l'enseignement par les yeux. Ch. Delagrave. 12 estampas.
141	Charvet et Pillet. Enseignement primaire de dessin.
x142	Tableaux pour l'enseignement par les yeux. Outils à percer. 1 estampa.
x143	Tableaux pour l'enseignement par les yeux. Fabrication de l'acier. 2 estampas.
x144	Dussand. Tableaux anatomiques. 5 quadros.
x145	Modelo de locomotiva
x155	1 pluviometre de cuplador?

N.º do cat. logo	Designação
*156	1 psychometro de Auguste.
*157	1 vaso para inflamar o ether
*158	1 sonometro simples
*159	1 dynamometro balança.
*160	1 apparatus para demonstrar o principio do puzado?
*161	1 modelo de nonio
*162	Cylindro que sobe em plano inclinado?
*163	Chackina de Atwood.
*164	Chetronomo
*165	Caldeira para o estado espheroidal.
*166	Cubo de Seislie.
*167	Thermometro differencial
*168	Apparatus de Casson.
*169	Pipeta graduada com torneira.
*170	" curvas
*171	3 tubos de Torricelli
*172	Thermometro de maxima
*173	Ampertheta
*174	Lanterna universal com microscopio
*178	Collecção osteologica.
*179	4 quadros articulados para o ensino da mechanica.
*180	Balancas decimal com pesos.
*181	Squidion com proreta.
*182	Diamante para cortar vidro?
*183	Supporte universal.

N.º do lote logo	Designação
x184	Tecnil d'ar comprimido
x185	Telephono Bell.
x186	Siphão de ramo
x187	Voltmetro
x188	Modelo de prensa hydraulica
x189	Baroscópio
x190	Tubo de cobre com isolador
x191	Disco de madeira coberto de panno
x192	" " vidro
x193	Spatho d'Islandia 2 crystals.
x194	Bateria Badaquist. 8 elementos.
x195	Aerometro Baumé.
x196	Frasco de densidades.
x197	Fente intermitente.
x198	Torniquete hydraulico
x199	Hygrometro de cabelo
x200	Gazometro d'hydrogenio
x201	Machina pneumatica
x202	6 Preparações elasticas
x203	2 abrias simples.
204	Carta physica da Africa
205	" " de Hespanha e Portugal
206	" do mundo antigo
207	" " Imperio Romano.
208	Kirchoff. Vasos humanos. 12 quadros.

N.º de conta Luzo	Designação
x 209	Modelo de macaco
x 210	Parafuso d'Archimedes
x 211	Bomba aspirante premente
x 212	" d'incendios.
x 213	" aspirante ³
x 214	Pyrometro de quadrante
x 215	Modelo de gaveta de vapor.
x 216	Elemento thermoelectrico.
x 217	Apparehos de Platine para a agua glicerina.
x 218	Pantographo
219	Machina para o calculo das fracções.
220	Atlas da historia da civilisação
x 221	Colleccão de modelos de gesso. Viollet-le-Duc.
x 222	Cadeca d'agrimensor.
x 223	2 Espiras fallantes
x 224	Nivel d'agua
x 225	Harmonica chimica
	Colleccão de 1438 obras de pedagogia (uma parte sobre ensino industrial), artes e industrias, etc.
x 2	Estantes para livros, de 2 corpos cada uma, medindo 3. ^m 20 x 1. ^m 30 x 0. ^m 37.
X 1	Annuario vitreus para o gabinete de physica (N.º 104) medindo 2. ^m 03 x 1. ^m 04 x 1. ^m 04.
X 2	Annuarios vitreus para a colleccão N.º 107, med.

N.º de catalogação	Designação
	dindo $1,30 \times 2,12 \times 0,85$.
X	1 D ^{to} para a mesma collecção com 12 gavetas, das mesmas dimensões dos precedentes.
	1 D ^{to} de 2 corpos para livros, com gavetas, medindo $2,38 \times 1,70 \times 0,45$.
X	3 Caixilhas com 15 divisões cada uma para as collecções N.ºs 108 e 109.
X	1 D ^{to} grande, medindo $3,35 \times 4,96 \times 0,10$ para a collecção N.º 112
X	1 estesa medindo $1,75 \times 0,88 \times 0,77$.
<p>Museu pedagógico municipal, 15 de julho de 1892.</p>	
<p>O Director do Museu pedagógico e Escola Rodrigues Sampaio Francisco Adolpho Coelho:</p>	

ligráfico, a comissão mandou agradecer a oferta e entregá-la ao serviço d'instrução para ser remetido àquele museu».

Ao que fica coligido pouco acrescenta a afirmação feita, em ofício de 21 de Dezembro de 1892, de que a mudança, que teria de realizar-se dentro de poucos dias, implicava «desarmar, transportar e armar vitrinas, estantes e artigos muito delicados e susceptíveis de se estragarem».

Ainda os elementos mais valiosos para o conhecimento do que conteriam o Museu e a Biblioteca a ele anexa são o ofício de 14 de Julho de 1892 e a relação da mesma data que o acompanhava. Ai encontramos referência, embora vaga e, talvez, interessada, à índole dos livros e ao exacto número de obras que constituíam a Biblioteca quando ela transitou do Museu para a Escola Rodrigues Sampaio ⁽¹²⁾. A relação que acompanhava o ofício e que enumerava os objectos que teriam o mesmo destino que a Biblioteca, é também apreciavelmente esclarecedora quanto ao recheio do Museu ⁽¹³⁾.

Ficou apurado, até onde foi possível, qual era o conteúdo do Museu ⁽¹⁴⁾. Pode ainda interrogar-se a documentação encontrada sobre para que servia esse conteúdo e onde estava instalado.

É facto pacífico que, para além da finalidade educativa de todos os museus e mesmo, num sentido mais estrito, do aproveitamento que deles podem fazer os docentes das diversas matérias, o Museu Pedagógico Municipal se destinava principal ou quase exclusivamente a ser utilizado no ensino. Recordemos passagens já citadas de Adolfo Coelho: afirma ter reconhecido «que a melhor aplicação que se podia dar ao material reunido era o ensino da escola»; o Museu não só possui «muito valiosas matérias para o ensino escolar» como as suas colecções «de nada servem não sendo aproveitadas no ensino». E apontamos também como a nova instituição era aproveitada na reciclagem dos docentes: em ofício de 19 de Outubro de 1883 o vereador da Instrução, Teófilo Ferreira, participa a Adolfo Coelho que a Câmara «auctorisou que V. Ex.^a possa fazer um curso de ensino froebeliano, destinado às professoras municipais e particulares d'este concelho, na escola central n.º 6, afim de utilizar os objectos, que se encontram no Museu Pedagógico».

Em textos já transcritos foi assinalado que ficou «estabelecido provisoriamente n'uma das salas do edificio da escola central municipal n.º 6, na rua de Santa Izabel, n.º 25», «palacio do sr. conde de Paraty», especificando um outro texto que essa era «uma vasta sala».

No artigo publicado no n.º de Abril de 1892 da *Revista de Educação e Ensino* referiu Adolfo Coelho como fora curta a permanência na Rua de Santa Izabel: «Em Outubro de 1884 a escola achava-se estabelecida na rua do Sacramento à Lapa, n.º 25 (...) e nesta tem permanecido até hoje (...)». Nesta morada indicam o Museu as edições para 1888 e anos seguintes do «Almanach Commercial de Lisboa» e nela (n.ºs 25 e 27 da rua do Sacramento à Lapa) ocupava o Museu Pedagógico mais que uma sala do piso nobre (consta de cópia de informação de 24 de Novembro de 1892 sobre o estado do edificio que «no pavimento nobre a penas tres ou quatro compartimentos, compreendendo entre elles os que occupam o museu pedagogico, poderiam servir para aulas»).

Desarticulado o Museu da Rodrigues Sampaio foi esta mandada «para o Largo do Poço Novo, n.º 1, onde ainda hoje se encontra instalada» ⁽¹⁵⁾. Para o Museu alvitrava-se em ofício de 13 de Dezembro de 1892 como melhor local a Escola Central n.º 6 «onde existe uma sala devoluta na qual elle poderá ser estabelecido»; uma informação de 7 referia que se achava «disponível a sala onde se arrecadava o armamento do extinto batalhão escolar. Esta sala é vasta e tem boa exposição e luz sufficiente para n'ella se instalar o museu pedagogico (...)». Ofício de 19 refere a urgência de «fazer a mudança do museu pedagogico da escola «Rodrigues Sampaio» para a sua nova casa no largo do Poço Novo», mas outro, de 22, afirma que o Museu tinha de se transferir para a Escola Central n.º 6, da rua Saraiva de Carvalho e, finalmente, um de 30 de Dezembro de 1892 comunica ao director-geral da Instrução Pública «que a mudança do Museu pedagogico, da casa da rua do Sacramento para a escola central n.º 6, ficou hoje concluida».

Parece, portanto, que a coabitação da Rodrigues Sampaio e do Museu terá terminado, mudando aquela para o Poço Novo e este para a rua Saraiva de Carvalho. Mas, de facto, não terminou, apenas se terá, mais ou menos demoradamente, interrompido. Em ofício de 25 de Fevereiro de 1919 (atente-se em que

Adolfo Coelho falecera no dia 9) o director da Escola comunica ao Director-Geral do Ensino Industrial e Commercial: «Tendo saído desta Escola o Museu Pedagógico para a Escola Normal de Bemfica, ficaram vagas nesta Escola duas boas salas, onde tenciono colocar o museu de historia natural, física e química e a biblioteca (...)».

Para um período de quase três décadas não foi encontrado qualquer documento respeitante ao Museu Pedagógico, o que será provavelmente indício de um certo esbatimento da sua importância (¹). De qualquer modo, ele constituiu uma iniciativa que honra a Câmara que o criou e o pedagogo inovador e de multimoda actividade (²) que a ele esteve logo de início ligado.

(¹) O registo e a celebração, além das motivações óbvias, encontram ainda uma outra no facto de actualmente se encontrar constituída (pelos Ex.^{mos} Senhores Prof. Doutor Fernando de Jesus, Doutor Nuno Daupias d'Alcochete e Dr. José da Silva e pelo signatário) uma comissão tendente à criação de um Museu, Arquivo e Biblioteca de Ensino.

(²) O directorado de Adolfo Coelho prolongou-se por bastante mais que os três anos e a gratuidade das suas funções também não foi mantida (consta de acta da sessão da Câmara de 19/12/1885 ter sido fixado em 200\$000 anuais o ordenado do director do Museu).

(³) O previsto curso de Pedagogia deverá ser o que, conforme consta de officio de 18/7/1883 do provedor da Instrução para F.A. Coelho, se terá inaugurado «sabbado 21 do corrente pelas oito e meia da tarde na escola 6» e cuja segunda sessão terá tido lugar nos Paços do Concelho em 28, à mesma hora. Estes officios, assim como todos os mais citados (à excepção dos datados de 1892), encontram-se no Arquivo da Secretaria da Escola Secundária de D. Maria I.

(⁴) O livro regista a presença de algumas personalidades de destaque nos meios pedagógico e político, encontra-se na Escola do Magistério Primário e devo a sua consulta, bem como a de outras espécies documentais, à amabilidade do Ex.^{mo} Senhor Prof. Moreira Pinheiro, docente da mencionada Escola e investigador de temas pedagógicos.

(⁵) A «autorização para tornar publico o Museu Pedagógico» foi comunicada pelo serviço competente da Câmara em officio de 1/9/1885.

(⁶) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério da Instrução Pública, maço 32. Todos os documentos de 1892 mencionados pertencem a este maço.

(⁷) De facto, as verbas atribuídas ao Museu (como, por exemplo, as respeitantes aos meses de Janeiro a Julho de 1884 e constantes do livro de actas da Câmara) são destinadas exclusivamente a pessoal (máximo de 45\$000 em Janeiro, mínimo de 20\$000 em Fevereiro, 38\$000 em Abril e Junho, 38\$600 em Março, Maio e Julho).

(⁸) Foi-o em 30 de Agosto de 1883, abrindo as aulas em 16 de Outubro do mesmo ano (Urbano de

Castro, «Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio (1883-1923)», pág. 9).

(⁹) Resolução comunicada ao director da Rodrigues Sampaio e do Museu por officio de 4/2.

(¹⁰) Registemos alguns dados sobre pessoal (que poderiam ser confrontados com os constantes da n. 7). O livro de actas das reuniões da Câmara Municipal respeitante a 1883 regista, a pág. 794, nomeações nesse ano efectuadas: além do director, foram nomeados João Marques da Silva como conservador, António Pinto como continuo e José Francisco Beguer como servente. Menção de João Marques da Silva no cargo de conservador aparece nas edições do «Almanach Commercial de Lisboa» para anos de 1885 a 1892, em officio de 21/9/1886 e na acta da sessão de 14/11/1891 da Comissão Administrativa da Câmara. O servente foi dispensado do serviço a partir de 1/2/1884. Além de António Pinto ou em sua substituição passa a fazer serviço no Museu em Fevereiro de 1887 o continuo José Maria Jorge Baptista (parece que terão passado a ser dois os continuos, pois na acta da sessão de 15/5/1889 da Comissão Administrativa da Câmara é mencionada o requerimento de Pinto, «continuo do museu anexo à escola Rodrigues Sampaio»). Em 23/6/1886 o bibliotecário-geral mandou apresentar «para estar ao serviço da *Bibliotheca Pedagogica* o servente Miguel Augusto Sarmiento» (registre-se que esta determinação parece ser o modesto resultado de uma outra, constante de officio de 1/6/1886 do director-geral de Instrução Pública ao bibliotecário-geral, de que este mandasse «apresentar na *Bibliotheca Pedagogica* um conservador (...) a fim de se fazerem os trabalhos de registo, catalogação e outros, para que a referida *Bibliotheca* possa ser facultada ao publico»).

(¹¹) Ainda que não vá além de referências vagas, pode citar-se outro texto do pedagogo (in «O Ensino Primario Superior», *Revista de Educação e Ensino*, Ano VII, n.º 4, de Abril de 1892): «Têm faltado meios (apparelhos, colleções) para que o ensino se faça tanto quanto possível sobre base intuitiva. Hoje esta causa tem importancia menor, pois o Museu pedagogico (...) conquanto não possa manter-se com o titulo que tem, por suas colleções não corresponderem a tal titulo, possui já muito valiosos materiais para o ensino escolar».

(¹²) Seria interessante determinar a «estratigrafia» da biblioteca existente na Escola Secundária de D. Maria I e designada como legado de Adolfo Coelho, distinguindo as obras que pertenceram ao Museu Pedagógico, as incorporadas posteriormente mas durante o directorado de Adolfo Coelho e as que foram incorporadas (ou simplesmente arrumadas nas estantes) depois da morte deste e que, portanto, não poderiam fazer parte do legado (se legado foi). Em 1916, ano em que A. Coelho abandonou a direcção da Escola, já a biblioteca «se compunha de alguns milhares de volumes» (J.E. Moreira Pinheiro, «Notas sobre a Escola Normal Primária de Lisboa e alguns dos seus mestres», *Lisboa*, 1976, pág. 30).

(¹³) No Arquivo da Secretaria da Escola Secundária de D. Maria I, num livro de inventário, está transcrita relação semelhante à existente na Torre do Tombo. Tem relacionadas menos umas dezenas de objectos e não fica muito claro qual das duas relações corresponde, efectivamente, aos materiais que foram transferidos do Museu. De qualquer modo, parece mais interessante a que fornece indicação de um número maior de peças existentes anteriormente a essa transferência.

(¹⁴) Adolfo Coelho organizou o plano do Museu. Não se lhe faz aqui referência circunstanciada por duas razões. Porque esse plano foi indicado por Feio Terenas no citado artigo de Froebel, por João da Silva Correia no artigo intitulado «O Doutor Adol-

fo Coelho - Pedagogo», que publicou na revista *Lusa* (Ano III, n.ºs 53-54-55 de Janeiro-Março de 1920) e em «O Doutor Adolfo Coelho e o seu labor pedagógico», por Luís Saavedra Machado (Coimbra, 1950, pág. 221) e, com comentários pertinentes, por Rogério Fernandes em «As ideias pedagógicas de Francisco Adolfo Coelho» (pp. 214 e ss.). Porque o plano de um museu é só um plano e, se esclarece quanto às concepções do seu autor e, claro, às finalidades atribuídas ao museu, informa pouco quanto ao efectivo conteúdo do mesmo.

(¹⁵) Hoje, em 1923, quando Urbano de Castro (José Urbano Monteiro de Castro), seu director, dela escrevia. Também hoje, em 1983, quando a Escola Rodrigues Sampaio se chama Escola Secundária de D. Maria I e o Largo do Poço Novo se denomina Largo do Dr. António de Sousa Macedo.

(¹⁶) É sintomático que Maximiano Lemos na «Encyclopedica Portugueza Illustrada» ao mencionar «Museu pedagogico» se limite a dizer que «Este museu foi creado na rua Gay-Lussac, 41, em Paris, em 1879 (...)».

(¹⁷) Aspecto talvez esquecido desta actividade e das preocupações do homem e do pedagogo encontramos-lo na acta da reunião do Conselho Escolar realizada em 4/5/1897 na qual Adolfo Coelho apresentou a proposta, que foi aprovada, da criação na Rodrigues Sampaio de um curso elemental colonial.

LISBOA

LISBOA - 14 de Julho de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis, recebe,
no seu gabinete, em visita de cumprimentos,
o «Mayor» de Telavive





LISBOA – 27 de Julho de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis, recebe,
no Salão Nobre dos Paços do Concelho, uma delegação
da Associação Internacional de Polícias

LISBOA – 28 de Julho de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis, recebe,
no Salão Nobre dos Paços do Concelho,
um grupo de crianças das Aldeias SOS





LISBOA - 29 de Julho de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis, recebe,
no seu gabinete, um representante
da CEE em Lisboa



LISBOA – 29 de Julho de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis,
recebe, em audiência na Sala Rosa Araújo,
o Embaixador do Japão em Lisboa

LISBOA – 4 de Agosto de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis,
recebe da Embaixatriz do Peru em Lisboa,
o busto do escritor peruano
Garcilaso «El Inca», em cerimónia realizada
no Salão Nobre dos Paços do Concelho



LISBOA – 9 de Agosto de 1983

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis,
recebe na Sala Rosa Araújo,
em visita de despedida,
o Embaixador cessante do Brasil em Lisboa





LISBOA - 10 de Agosto de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis,
recebe na Sala Rosa Araújo,
os elementos da Direcção
do Ginásio Clube Português
que fizeram oferta de uma medalha



LISBOA – 31 de Agosto de 1983
O Presidente da Câmara Substituto,
Vereador Dr. Lívio Borges,
recebe na Sala Rosa Araújo, os cumprimentos
de Miss Folclorama 1983, do Canadá

LISBOA – 31 de Agosto de 1983
O Presidente da Câmara Substituto,
Vereador Dr. Lívio Borges,
recebe na Sala Rosa Araújo, os cumprimentos
de Miss Cabrillo 1983





LISBOA - 7 de Setembro de 1983
O Presidente da Câmara Substituto,
Vereador Dr. Lívio Borges,
recebe no Salão Nobre dos Paços do Concelho,
as Comissões de «Cultura e Educação»
e «Ciência e Tecnologia» da Assembleia Parlamentar
do Conselho da Europa

LISBOA – 5 de Outubro de 1983

O Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares
e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis, presidem às celebrações
de mais um aniversário da Revolução de 5 de Outubro,
no Largo do Município





LISBOA – 5 de Outubro de 1983

Comemorações da Revolução de 5 de Outubro.
Na varanda principal dos Paços do Concelho destacam-se
entre outras personalidades o Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares,
o Presidente da Assembleia da República,
Eng.º Tito de Morais
e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis

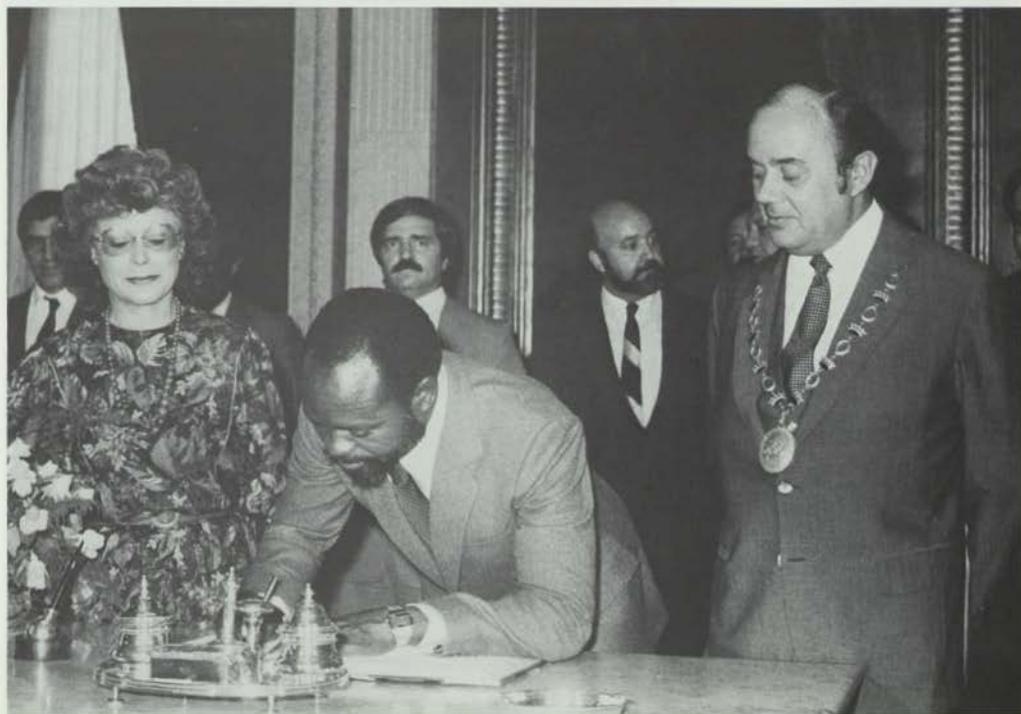


LISBOA – 8 de Outubro de 1983
Visita oficial aos Paços do Concelho
do Presidente da República Popular de Moçambique.
O Presidente da Câmara Municipal,
Eng.º Nuno Abecasis, acompanha
o Marechal Samora Machel
na revista à Guarda de Honra



LISBOA – 8 de Outubro de 1983
Visita oficial aos Paços do Concelho
do Presidente da República
Popular de Moçambique.
Discurso do Presidente da Câmara
Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis, no Salão Nobre

LISBOA – 8 de Outubro de 1983
Visita oficial aos Paços do Concelho
do Presidente da República
Popular de Moçambique.
O Marechal Samora Machel assina
o Livro de Honra da Câmara,
na Sala Rosa Araújo





LISBOA – 14 de Outubro de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, usa da palavra durante a recepção oferecida pela Câmara Municipal em honra do «Chief Onbudsmän Suécio», Sr. Per-Herik Nilsson, na Sala da Cisterna do Castelo de S. Jorge



LISBOA – 25 de Outubro de 1983
Partida para Londres do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, acompanhado pelo Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa

LISBOA – 19 de Novembro de 1983

Visita a Lisboa do Presidente do Conselho Executivo do Maputo. O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, entrega a Chave de Honra da Cidade ao Presidente do Conselho Executivo Sr. Alberto Massavanhame, durante a Sessão de Boas Vindas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho



LISBOA – 22 de Novembro de 1983

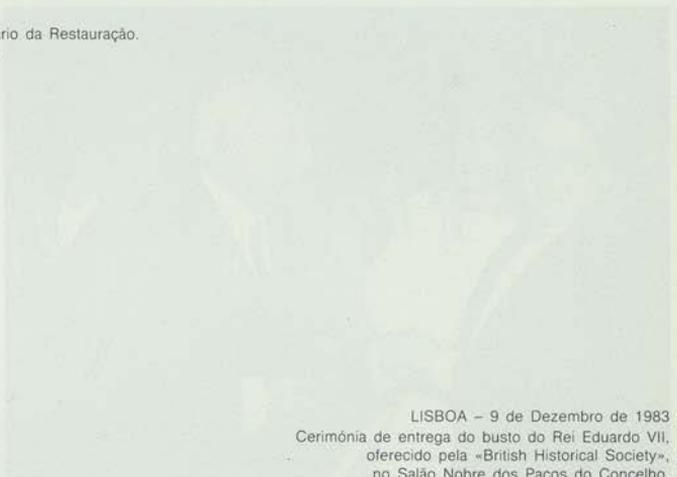
Visita oficial aos Paços do Concelho do Presidente da Islândia Sr. Vigdis Finnbogadóttir. O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, profere o discurso de saudação no Salão Nobre





LISBOA – 1 de Dezembro de 1983

Comemorações do 1.º de Dezembro – Aniversário da Restauração.
O Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis,
depõe uma coroa
de flores no monumento aos Restauradores



LISBOA – 9 de Dezembro de 1983

Cerimónia de entrega do busto do Rei Eduardo VII,
oferecido pela «British Historical Society»,
no Salão Nobre dos Paços do Concelho.
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Eng.º Nuno Abecasis, profere
o discurso de agradecimento





LISBOA – 10 de Dezembro de 1983
O Vereador, Dr.ª Maria Clotilde Guedes da Silva, procede à entrega da Medalha de Ouro de Mérito Municipal ao Maestro Tavares Belo, durante o espectáculo realizado no Teatro Municipal de São Luiz

LISBOA – 20 de Dezembro de 1983
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, recebe, em audiência, na Sala Rosa Araújo, o Embaixador da China em Lisboa



